UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULA PUERTAS BELTRAME

**Adoção de crianças maiores e adolescentes: um estudo qualitativo acerca das motivações
dos pretendentes**

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Gomes

São Paulo
2021

PAULA PUERTAS BELTRAME

**Adoção de crianças maiores e adolescentes: um estudo qualitativo acerca das motivações
dos pretendentes
(versão corrigida)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Gomes

São Paulo
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catologação na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

Puertas Beltrame, Paula

Adoção de crianças maiores e adolescentes: um estudo qualitativo acerca das
motivações dos pretendentes / Paula Puertas Beltrame; orientadora Isabel Cristina
Gomes. -- São Paulo, 2021.

134 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Adoção. 2. Crianças maiores. 3. Adolescentes. 4. Psicanálise. 5. Judiciário. I.
Cristina Gomes, Isabel, orient. II. Título.

Nome: BELTRAME, Paula Puertas

Título: Adoção de crianças maiores e adolescentes: um estudo qualitativo acerca das motivações dos pretendentes

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profº Dr: Isabel Cristina Gomes

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profº Dr: Gustavo Ferraz de Campos Mônaco

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Profº Dr: Gina Khafif Levinzon

Instituição: _____

Assinatura: _____

Aos filhos adotivos e suas famílias

AGRADECIMENTOS

À minha família, meus pais Válter e Marisa, e minhas irmãs Luciana e Flávia, por terem feito com que eu me tornasse quem eu sou, por acreditarem em mim e serem morada em todos os momentos.

À Professora Isabel Cristina Gomes, por todo o carinho, atenção e afeto com que me orientou, pelos ensinamentos valiosos e a generosidade em compartilhá-los.

Aos Professores Gustavo Ferraz de Campos Mônaco e Ivonise Fernandes da Motta, membros da banca do exame de qualificação, pelos importantes apontamentos realizados.

À Professora Gina Kafhif Levinzon e ao Professor Gustavo Ferraz de Campos Mônaco, membros da banca de defesa do mestrado, pela gentileza com que compartilharam seus vastos conhecimentos e enriqueceram a discussão da pesquisa.

Aos colegas do grupo de orientandos e do Laboratório de Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, pelas ricas contribuições, trocas e aprendizados.

Às queridas Ana Clara Fusaro Rodrigues e Juliana Beatriz Ferreira de Souza, verdadeiros presentes que o mestrado me proporcionou, por todo suporte e acolhimento durante nossa jornada.

À Yane Gitahy Oliveira, companheira de estudos e indagações, por ter me incentivado a realizar esta pesquisa e me ajudado a traçar o caminho que me levou até o mestrado.

À Karina Soares, pela escuta afetuosa e acolhimento, que tornaram meu percurso mais suave e verdadeiro.

Ao Fernando, pelo compartilhamento da vida e dos sonhos, por todo o apoio.

Aos Grupos de Apoio à Adoção e às colegas das equipes técnicas do Tribunal de Justiça de São Paulo que viabilizaram o acesso aos participantes da pesquisa.

Aos pretendentes à adoção que gentilmente contribuíram com o compartilhamento de suas histórias, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

Aos professores e funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, por toda a disponibilidade e empatia.

“Perguntou-lhe, por responsabilidade, contendo a ansiedade mas assim perguntando como se fosse uma coisa normal, se podia ser seu pai. Porque havia metade de si e apenas estaria completa quando tivesse um filho. E o rapaz pequeno olhou o homem grande e disse que sim, e além de ser bom em matemática sabia cozinhar e só não gostava de passar roupa a ferro. Era o modo como pensava que podia dividir com alguém as tarefas dos afectos, as obrigações de respeito por quem partilha um cuidado mútuo e uma promessa de gostar. O rapaz pequeno emocionou-se. Chamava-se Camilo.

O Crisóstomo abraçou de novo o Camilo e percebeu as estrelas e percebeu como as traineiras eram pirilampos de flutuar que podiam entender a felicidade e agradeceu à natureza gritando, num barulho alto para que todos soubessem, que tinha um filho, que tinha um filho.”

Válter Hugo Mãe, O filho de mil homens.

RESUMO

BELTRAME, P. P. Adoção de crianças maiores e adolescentes: um estudo qualitativo acerca das motivações dos pretendentes. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O desencontro entre o perfil de filho desejado por candidatos à adoção e a realidade de crianças e adolescentes à espera de uma família adotiva leva a longas filas de espera de pretendentes e remotas chances de adoção para as crianças. As estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam que atualmente, no Brasil, a adoção declina significativamente quando a criança já ultrapassou os sete anos de idade. Diante desta realidade, esta pesquisa teve o objetivo de identificar e compreender as motivações, conscientes e inconscientes, de pretendentes que desejavam adotar crianças maiores de sete anos de idade e adolescentes. A partir da metodologia clínico-qualitativa, e sob o referencial teórico da Psicanálise, foram realizadas cinco entrevistas semidirigidas com pretendentes à adoção de diferentes configurações familiares, que já estavam habilitados judicialmente para adotar crianças efetivamente maiores e/ou adolescentes. Os resultados indicaram que as novas configurações vinculares facilitam este tipo de adoção, tendo sido apresentadas motivações contemporâneas, que ultrapassam as questões de infertilidade e altruísmo. As motivações inconscientes subjacentes à busca pela adoção estavam associadas à singularidade de cada um, se apresentando com maior intensidade no discurso dos entrevistados em que as expectativas em torno da adoção se distanciavam da realidade da parentalidade adotiva. A diferença entre expectativas mais próximas ou mais distanciadas da realidade da filiação e parentalidade adotivas mostrou-se relacionada à história de vida dos entrevistados, e ao preparo recebido durante o tempo de espera pela adoção. A análise das entrevistas apontou ainda estratégias, por parte das equipes interprofissionais, para a alteração do perfil de filho desejado, revelando ações tanto para a ampliação da idade aceita, como para sua redução, explicitando uma tentativa de reproduzir o modelo tradicional de família, o que acaba por reduzir as chances de crianças maiores e adolescentes serem adotados. Ao lançar luz sobre as motivações dos pretendentes, esta pesquisa visou contribuir para uma prática, no campo das adoções, voltada ao melhor interesse das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: Adoção. Crianças maiores. Adolescentes. Psicanálise. Judiciário.

ABSTRACT

BELTRAME, P. P. Adoption of older children and adolescents: a qualitative study about motivations of candidates. 2021. Dissertation (Master in Clinical Psychology) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

The mismatch between the desired child profile from adoption applicants and the reality of children and adolescents waiting for adoptive family results in long waiting lines for the applicants and remote chances of adoption of children. Statistics from Nacional Council of Justice (CNJ) indicates that in Brazil, adoption declines significantly when the child already surpassed the age of seven. In face of this reality, this work intended to identify and understand the motivations, conscious and unconscious, from candidates who desire to adopt older children and teenagers. With a clinic-qualitative methodology and from Psychoanalysis Theory perspective, we performed five semi-directive interviews with Court enabled candidates from different family configurations. The results indicated that diverse family structures facilitate the older children adoption, presenting contemporary motivations that overcome the questions about infertility and notional altruism. Unconscious motivations in seek a child were particular of the singularities of each person, performing with greater intensity on the interviewee's speech, whose adoption expectations went away from the reality of the adoptive parenting. The range of this expectations about adoptive filiation and parenting was related to interviewee's life history and the preparation received during the adoption waiting period. The analysis of the interviews pointed out strategies from Court's experts to change the desired child profile, revealing actions either to enlarge the accepted age, or reduce it by reproducing the traditional model of family and diminishing the chances of adoption of older children. By illuminating the motivations of candidates, the present research contributed for the good practices in adoption, focusing the best interest of older children and adolescents.

Keywords: Adoption. Older children. Adolescents. Psychoanalysis. Judiciary.

LISTA DE SIGLAS

ACAF	Autoridade Central Administrativa Federal
CEJA	Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GAA	Grupo de Apoio à Adoção
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
VIJ	Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADOÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .	14
2.1 Realidade de crianças e adolescentes que aguardam uma família adotiva X perfil desejado pelos pretendentes à adoção	17
2.2 Diversidade das configurações familiares atuais na adoção	20
2.3 A construção da parentalidade adotiva.....	23
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: MOTIVAÇÕES PARA A ADOÇÃO	27
3.1 As motivações inconscientes	30
4 ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES	32
4.1 A adoção de adolescentes	35
4.2 Adoção Internacional	37
4.3 Campanhas de incentivo à adoção de crianças maiores e adolescentes	39
5 OBJETIVO	42
6 MÉTODO.....	43
6.1 Instrumentos	43
6.2 Participantes	44
6.3 Procedimentos	45
6.4 Aspectos Éticos	46
7 RESULTADOS.....	47
7.1 Marcela.....	48
7.2 Adriano.....	53
7.3 Daniel e Sara	58
7.4 Flávia e Ana	65
7.5 Marcos e Vinicius	70
8 DISCUSSÃO	76
8.1 Motivações, conscientes e inconscientes, para a adoção de crianças maiores e adolescentes	76
8.1.1 Motivações conscientes	76
8.1.2 Motivações inconscientes.....	86
8.2 Estratégias relacionadas à alteração do perfil de filho pretendido	90
8.3 O preparo dos pretendentes	103
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	130
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	131
ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	133

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste estudo partiu de inquietações da pesquisadora, ao longo de sete anos de trabalho como psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), instituição do Direito, a qual impõe à Psicologia e, especialmente, à Psicanálise, um desafio na articulação entre diferentes formas de lidar com os conflitos e as questões que envolvem o ser humano e sua capacidade de se vincular.

Operar dentro da perspectiva da Psicanálise ao lidar com situações tão delicadas, e ao mesmo tempo complexas, como é o caso das adoções, significa trazer para o centro das discussões a cena do inconsciente. Pretendentes desejosos de terem seu pleito de adoção legitimado pelo Poder Judiciário nem sempre estão dispostos a acessar o que, de fato, os mobiliza na busca por um filho adotivo, proveniente de outra matriz familiar. Esta tarefa, no entanto, se coloca como etapa necessária para ingresso no cadastro de adotantes.

O que leva uma pessoa, ou um casal, a querer adotar uma criança ou um adolescente? Como delinear o perfil desejado? Como avaliar a viabilidade do desejo de ser tornar pai e mãe através da adoção? E ainda, como escutar se determinado discurso revela o verdadeiro desejo pela parentalidade ou, pelo contrário, encoberta outras motivações inconscientes, que não a de se tornar pai ou mãe através da adoção?

A discrepância entre o perfil idealizado de filho, traçado pela maioria dos pretendentes, e a realidade de crianças e adolescentes à espera de uma família adotiva evidencia uma situação amplamente divulgada: enquanto muitos pretendentes aguardam anos até a chegada do filho adotivo, crianças e adolescentes acabam atingindo a maioridade sem que lhes tenha sido possível formar novos vínculos de filiação. Na atual conjuntura brasileira, essa possibilidade se torna provável quando a criança alcança os sete anos de idade.

Ainda que a parentalidade aconteça ao longo de toda a vida relacional de pais e filhos, as adoções de crianças maiores e adolescentes se coloca como exceção frente ao desejo por bebês e crianças pequenas, manifesto pelos pretendentes. Neste contexto de desafios a serem superados para que, diante da ruptura dos vínculos biológicos, seja possível construir novos vínculos de filiação, lançar luz sobre as motivações de quem busca uma criança maior ou um adolescente para se tornar seu filho poderá contribuir para uma compreensão mais apurada desta realidade, bem como na discussão sobre possibilidades de atuação frente à situação apresentada.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ADOÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A adoção é temática que desperta o interesse não apenas de estudiosos do tema, sendo frequentemente relatada e discutida em diferentes segmentos da sociedade, nem sempre de forma a contemplar a complexidade envolvida na construção de novas relações entre pais e filhos. O desejo de formar uma família precisa ser sólido para que novas configurações familiares sejam possíveis, e para que vínculos de filiação se constituam, especialmente quando se trata de crianças maiores e adolescentes.

No Brasil, as adoções reconhecidas legalmente necessariamente tramitam pelo Poder Judiciário, que faz a mediação entre as crianças e os adolescentes que precisam de uma família, e as pessoas que desejam acolhê-los como filhos. Atualmente, o cadastramento de crianças e adolescentes juridicamente disponíveis para colocação em família substituta e de pretendentes habilitados para a adoção ocorre através do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em agosto de 2019, em substituição aos sistemas utilizados anteriormente, o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) (BRASIL, 2019).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adoção é tida como medida excepcional e figura como última alternativa para manutenção do direito à convivência familiar, sendo efetivada apenas após o esgotamento das tentativas de reinserção da criança e do adolescente na família natural ou extensa (BRASIL, 1990). Este percurso, embora juridicamente necessário, ocasiona marcas psíquicas nas crianças e adolescentes separados de suas famílias, que muitas vezes vivenciaram extremas violações de direitos. Nos casos em que o período de acolhimento institucional se prolonga, existem ainda as consequências emocionais da institucionalização, havendo um acúmulo de experiências no histórico de crianças e adolescentes, que perpassam desde o rompimento com a família biológica e a permanência em instituições, até a chegada na família adotiva (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018).

As razões para a separação de crianças e adolescentes de suas famílias de origem são diversas, variando desde a entrega voluntária pela mãe, até a decisão judicial de destituição do poder familiar frente ao entendimento da falta de capacidade dos genitores para cuidar dos filhos. Em todos os casos existe uma descontinuidade ocasionada pela separação dos pais (PEITER, 2011).

Ainda que se dê num momento precoce de vida da criança, a ruptura entre a passagem da mãe biológica para a mãe adotiva trará consequências para o desenvolvimento psíquico, podendo se expressar em maior sensibilidade frente a situações de separação e medo exagerado do abandono (ABRÃO, 2011). Devido à realidade vivenciada por essas crianças e adolescentes, existem intensas lacunas em seus desenvolvimentos. Essas poderão ser reparadas, em certa medida, no contato com os pais adotivos que, conscientes da necessidade de seus filhos e das falhas ambientais anteriores à adoção, precisarão ser não apenas pais, mas também terapeutas de uma criança carente, conforme conceituado por Winnicott (1953/1997). Levinzon (2013) propõe que, a partir do vínculo estabelecido entre pais e filhos, os primeiros ofertem o que as crianças necessitam.

Muito embora ainda existam, no Brasil, resquícios de outras formas de adoção, que burlam o previsto em Lei, o presente estudo tem como objetivo lançar luz ao que mobiliza para a adoção pretendentes que já obtiveram do Judiciário a autorização para acolher uma ou mais crianças e adolescentes dentro do perfil delineado, ou seja, que já foram submetidos à preparação e avaliação por parte das equipes técnicas (psicólogos e assistentes sociais) do Poder Judiciário, previstas no ECA.

Se, por um lado, as chamadas adoções prontas - quando há encaminhamento do bebê a terceiros sem a intermediação do Judiciário - resultam de motivações e fantasias envoltas em preconceitos e supervalorização da consanguinidade (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015), por outro, espera-se que o preparo e a avaliação dos pretendentes pelas equipes técnicas do Judiciário selecionem como candidatos à adoção apenas aqueles que buscam, de fato, exercer a parentalidade adotiva.

É na possibilidade do descompasso entre as necessidades das crianças e adolescentes que aguardam uma família substituta e as expectativas de pais adotivos que se encontram psicólogos e assistentes sociais encarregados de conduzir o trabalho que precisará ser tecido entre adotantes e adotados.

A preparação psicossocial e jurídica é etapa obrigatória do cadastramento de pretendentes à adoção e é orientada pela equipe técnica da Justiça da Infância e Juventude, preferencialmente com o apoio de profissionais responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) habilitados pela Justiça da Infância e Juventude (BRASIL, 2009, 2017).

No que tange à avaliação, a equipe interprofissional à serviço da justiça deve elaborar estudo psicossocial que apresente elementos acerca da capacidade e do preparo dos pretendentes para exercer a paternidade ou a maternidade de forma responsável (BRASIL, 2009). A estes profissionais cabe estar atento ao discurso apresentado pelos pretendentes para, a partir da escuta da subjetividade das narrativas, oferecer subsídios para legitimar - ou não - a efetivação do projeto adotivo (TRINDADE-SALAVERT, 2010).

De acordo com o ECA, as crianças e os adolescentes também devem ser gradativamente preparados para a colocação em família substituta, e posteriormente acompanhados, num trabalho conjunto entre a equipe técnica à serviço da Justiça da Infância e Juventude e os profissionais responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

Conforme apontado por Fortineau-Guillorit e Baillon (2015), nem todas as crianças são adotáveis, assim como nem todos os pais têm capacidades psíquicas para certo tipo de adoção. Algumas crianças, devido a sua história de vida (como maus-tratos, traumatismos precoces, mudanças bruscas de residência e pessoas de referência), podem não estar preparadas para estabelecer uma relação positiva, enquanto alguns pais podem não possuir a flexibilidade necessária para confrontar a criança real àquela imaginada (FORTINEAU-GUILLORIT; BAILLON, 2015).

A disponibilidade da criança e do adolescente para se permitir ser adotada poderá mudar, a depender do tempo necessário para elaborar psiquicamente aspectos de sua história, bem como do apoio que receberá no processo. Neste sentido, a adotabilidade da criança depende de seu preparo emocional, e do tempo transcorrido em seu psiquismo (PAIVA, 2014).

De acordo com Paiva (2014), não apenas o tempo cronológico e jurídico devem ser considerados, mas também o tempo psíquico da criança, compreendido como o tempo necessário para desligar-se emocionalmente, na medida do possível, dos pais biológicos, e disponibilizar-se a dar início a novos vínculos com a família adotiva.

No que se refere à colocação em família substituta através da adoção, as dimensões jurídica e cronológica do tempo são importantes, relacionadas ao tempo judicial da destituição do poder familiar, bem como ao tempo cronológico em que a criança já se encontra afastada dos pais biológicos. A dimensão psíquica do tempo, no entanto, deve ser privilegiada para que o vínculo parento-filial possa se constituir (PAIVA, 2014).

Os principais referenciais teóricos utilizados para a construção desta pesquisa baseiam-se na Psicanálise, a partir dos conceitos cunhados por Freud, na centralidade do inconsciente e da transferência, e em alguns conceitos da Psicanálise Vincular, a partir da ampliação da compreensão dos aspectos intrapsíquicos para o interpssíquico, entendido como a construção de subjetividade no espaço comum e partilhado que se dá entre psiquismos, atribuindo especial importância aos vínculos e à intersubjetividade.

Ao se pautar na afetividade e na potência de novos encontros para a construção de vínculos de filiação, a adoção prescinde do que será possível construir no espaço intersubjetivo para se consolidar em termos psíquicos. Conforme explicitado por Rossetti-Ferreira et al. (2012), ao discorrer sobre a plasticidade do desenvolvimento humano e a possibilidade de reconstruir vínculos significativos, “como aponta Lewis (1999), a pessoa constrói vínculos afetivos ao longo de toda a vida. Assim, se os eventos passados são significativos, os atuais também o são e têm o poder de alterar o percurso de seu desenvolvimento” (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2012, p. 397).

2.1 Realidade de crianças e adolescentes que aguardam uma família adotiva X perfil desejado pelos pretendentes à adoção

No Brasil, é de ampla divulgação o fato de existirem mais pessoas interessadas em adotar do que crianças e adolescentes disponíveis para adoção. De acordo com dados do CNJ, em todo o país, no ano de 2019, enquanto 42.487 pretendentes aguardavam a chegada do filho adotivo, apenas 4.886 crianças e adolescentes esperavam a chegada de famílias adotivas¹. Destes, 91,07% possuíam entre 7 e 17 anos, enquanto 91,84% dos pretendentes habilitados para adoção desejavam crianças com até seis anos de idade, o que explica o fato de, por um lado, existirem longas filas de espera pelo filho adotivo e, por outro, crianças maiores e adolescentes que permanecem institucionalizados por muitos anos, por vezes chegando a completar a maioridade sem que tenham tido a possibilidade de inserção numa nova família (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018).

¹ Consulta realizada em 24/11/2019 através do site <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>.

Em consulta recente às estatísticas do CNJ², notamos que o número de pretendentes disponíveis reduziu, enquanto o número de crianças e adolescentes disponíveis não sofreu alteração significativa. No ano de 2021, enquanto 34.203 pretendentes aguardam pela adoção, 4.957 crianças e adolescentes esperam por uma família adotiva. Destes, 71% possuem mais de 6 anos de idade, enquanto 82% dos pretendentes aceitam crianças com até seis anos.

Neste contexto, a diferença entre a idade das crianças desejadas e daquelas disponíveis para a adoção representa apenas um recorte da lacuna existente entre as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e as expectativas dos futuros pais adotivos. Existem ainda questões relacionadas à exigência de que sejam crianças saudáveis, de cor de pele clara, que não pertençam a grupos de irmãos nem possuam deficiências, o que não corresponde à realidade da maioria daqueles que aguardam uma família substituta.

As chances de adoção de crianças maiores e adolescentes diminuem com a ilusão de muitos pretendentes de que a adoção de bebês seria perfeita, por serem mais adaptáveis. Trata-se, no entanto, de um equívoco, demonstrado pela existência de diversas patologias apresentadas por adultos adotados ainda bebês, que vivenciaram um projeto adotivo mal elaborado (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015; TRINDADE-SALAVERT, 2010). Apesar da Lei vigente determinar que a adoção deve se fundar em motivos legítimos e se efetivar apenas quando apresentar reais vantagens ao adotando (BRASIL, 1990), a possibilidade de os pretendentes escolherem características de crianças que não correspondem à realidade encontrada nas instituições de acolhimento pode indicar que a adoção ainda se presta a realizar desejos dos pretendentes (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Muito embora a maioria dos pretendentes à adoção ainda mantenha o desejo por bebês ou crianças pequenas, ao longo dos últimos anos, observamos maior abertura dos pretendentes com relação à faixa etária e identidade racial. No entanto, se, por um lado, as restrições impostas por quem deseja adotar têm diminuído, por outro, o número de famílias que desistem da adoção após já terem iniciado a convivência com a criança e o adolescente tem aumentado significativamente (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018; SILVA, 2018), o que remete a questionamentos sobre os fatores envolvidos na flexibilização do perfil dos adotantes.

Como forma de incentivar a adoção de crianças e adolescentes preteridos pelos

² Consulta realizada em 07/03/2021 através do painel online de estatísticas da adoção disponibilizado pelo CNJ, através do site: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>.

pretendentes, o Judiciário brasileiro tem lançado campanhas, através das quais intenciona sensibilizar os pretendentes para a adoção de crianças que, usualmente, permanecem na instituição de acolhimento até atingir a maioridade. No Estado de São Paulo está em vigência a Campanha “Adote um Boa Noite”, que se iniciou como projeto piloto em algumas Varas da Infância e Juventude (VIJ) da Comarca da Capital e se ampliou para todo o Estado, ficando à cargo de cada VIJ decidir pela adesão (TJSP, 2018). Após três anos de início do projeto, a adesão de novas VIJs à campanha tem sido estimulada (TJSP, 2021).

Por meio da divulgação da imagem de crianças e adolescentes institucionalizados em site próprio³, selecionados pelas equipes técnicas das VIJs, suas histórias de vida são brevemente apresentadas, com vistas à adoção por possíveis interessados. Dentre os critérios de seleção para participação no Programa, estão ter mais de sete anos de idade, ainda que tenha irmãos mais novos (inexistindo limite etário no caso de crianças com deficiência), cujos genitores já tenham sido destituídos do poder familiar (TJSP, 2018). Se, por um lado, o grande número de crianças e adolescentes com perfil preterido pela maioria dos pretendentes justifica a existência deste tipo de iniciativa, por outro, a complexidade envolvida na adoção indica que campanhas com atuação através de motivadores externos devem ser analisadas com cautela, uma vez que “o modismo e uma publicidade bem pensada induzem frequentemente a uma adoção que vem mais preencher o vazio interno de muitos que satisfazer o desejo de ser verdadeiramente pai e mãe” (TRINDADE-SALAVERT, 2010, p. 17).

Sob outra perspectiva, ainda que de maneira incipiente, a oferta de espaços de suporte e reflexão para os pretendentes à adoção vem aumentando, como é o caso dos Grupos Reflexivos⁴ junto a pretendentes à adoção, que objetivam aprofundar o entendimento das motivações para a adoção, numa abordagem dos aspectos psíquicos e emocionais envolvidos na construção dos vínculos de filiação adotivos, e a ação dos GAAs, geralmente organizados voluntariamente por pais adotivos, com o objetivo de oferecer apoio e suporte emocional aos pretendentes e às famílias adotivas (CARVALHO et al., 2017; LEVY; GOMES, 2017).

Durante a etapa obrigatória de preparação à adoção de pretendentes, orientada pelas equipes técnicas das VIJs, que precede a inscrição no cadastro de adotantes, é previsto que as

³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Adote um Boa-Noite. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite>.

⁴ Citamos como exemplo os Grupos Reflexivos realizados desde 2013 junto a pretendentes à adoção a partir de parceria entre o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o Laboratório de Casal e Família: Clínica e Estudos Psicossociais e a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

chamadas adoções necessárias⁵ sejam incentivadas (BRASIL, 2009, 2017).

Embora ainda seja necessário avaliar o quanto ações como estas impactam na ampliação do perfil de crianças e adolescentes desejados como filhos por parte dos pretendentes, Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) identificaram que, nos últimos vinte anos, a ação dos GAAs tem influenciado na ampliação do perfil desejado pelos pretendentes à adoção, sendo estes grupos organizados, geralmente, por pais adotivos que pretendem promover uma nova cultura da adoção. Com relação aos grupos reflexivos, estes se apresentam como espaços de efetiva elaboração do projeto adotivo, contribuindo para a transformação da expectativa idealizada em relação à adoção numa percepção mais realista dos percalços da construção de vínculos filiativos (CARVALHO et al., 2017).

Por parte dos pretendentes, a alta prevalência na busca por bebês, preferencialmente da mesma cor de pele e raça, se apresenta como tentativa de superar a impossibilidade de procriar biologicamente sendo, muitas vezes, uma forma de imitar a família biológica (MORELLI; SCORSOLONI-COMIN; SANTEIRO, 2015; PEITER, 2014). Não poder gerar um filho, fruto ou não de um relacionamento, causa frustrações e quebras de expectativas que, se não trabalhadas psiquicamente, podem impedir o estabelecimento de vínculo com a criança real, proveniente de outra matriz familiar, que traz suas particularidades e necessidade de pertencimento.

Mesmo nos casos em que a motivação para a adoção não é a infertilidade, existem idealizações de ambos os lados, pais e filhos. O confronto entre a realidade e as idealizações pode ocasionar conflitos e angústia no estabelecimento de vínculos afetivos, sendo importante que existam espaços de acolhimento e reflexão para que essas idealizações sejam trabalhadas (CARVALHO et al., 2017).

2.2 Diversidade das configurações familiares atuais na adoção

Ao longo das últimas décadas, as transformações na família abriram espaço para novas configurações para além dos casais heterossexuais, como é o caso de casais homoafetivos e

⁵ As adoções necessárias são referidas como aquelas mais difíceis de acontecer devido à limitação no perfil dos pretendentes à adoção, como a de crianças e adolescentes com necessidades especiais, grupos de irmãos e portadores de doenças infecto-contagiosas.

famílias reconstituídas. Pessoas solteiras ou viúvas de ambos os sexos também compõem, atualmente, o quadro de possibilidades para o início de uma nova família, através da adoção.

Conforme apontado por Levy (2013), a realidade cada vez mais presente dos divórcios trouxe a possibilidade de separação entre a conjugalidade e a parentalidade. Desvinculadas, a parentalidade pode continuar existindo quando, após o divórcio, são mantidas as funções parentais por ambos os membros do casal parental e se coloca, também, como uma possibilidade para pessoas solteiras que desejam se tornar pai ou mãe sem que estejam num relacionamento amoroso, configurando-se a denominada monoparentalidade

No bojo das transformações familiares, a heteronormatividade deixou de figurar como única possibilidade de ser família, ampliando lugares e funções de homens e mulheres, fazendo com que a parentalidade não fosse mais definida apenas pelo biológico e o conjugal (LEVY, 2013). De acordo com Roudinesco (2003), o termo homoparentalidade foi cunhado na França em 1996 para definir uma nova forma de parentalidade, exercida por homossexuais.

Se, historicamente, a busca pela adoção se colocava como uma possibilidade para casais heterossexuais que não conseguiam procriar biologicamente, muitas vezes após tentativas frustradas de fertilização assistida, as novas configurações vinculares ampliaram o contexto da adoção para monoparentalidades e homoparentalidades masculinas e femininas (ALKOLOMBRE, 2014; ROTENBERG, 2015).

No Brasil, a adoção é regida pelo ECA e pode ser realizada por pessoas maiores de 18 anos, independentemente de seu estado civil, respeitando-se a diferença mínima de 16 anos entre adotados e adotantes. No caso de adoção conjunta, é necessário que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável (BRASIL, 1990, 2009).

Muito embora a adoção por pessoas do mesmo sexo não esteja expressamente prevista no ECA, essa possibilidade já está consolidada no Brasil desde 2011, com o reconhecimento da legalidade da união estável por casais homoafetivos por parte do Superior Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2019).

Para algumas pessoas, a força da marca corporal e biológica não predomina, o que possibilita um trânsito mais direto até a adoção (ALKOLOMBRE, 2014). De acordo com Levy (2013), casais homoafetivos masculinos geralmente recorrem diretamente à adoção quando decidem pelo projeto de parentalidade, enquanto casais formados por mulheres costumam recorrer, num primeiro momento, a técnicas de reprodução assistida. Conforme apontado por

Queiroz (2018), no Brasil, 80% das demandas por adoção pleiteadas por mulheres acontecem após tentativas frustradas de engravidar, inclusive através de procedimentos assistidos.

Estudos acerca da adoção realizada por casais formados por pessoas do mesmo sexo têm avançado consideravelmente na última década. Para Eiguer (2015), assim como nos casais heterossexuais, existem inúmeras razões implicadas no desejo de filho apresentado por pais homossexuais, sendo predominante, no entanto, o querer educar e transmitir um patrimônio psíquico e cultural.

Em pesquisa com casais homoafetivos que adotaram, Levy (2013) identificou que, mesmo em casais formados apenas por homens que passaram a vivenciar a parentalidade adotiva, ocorreu um investimento materno no filho, conforme conceituação de Winnicott, o que poderia ser compreendido de forma semelhante à função materna a partir do investimento afetivo na relação. O exercício da parentalidade não estaria, portanto, diretamente ligado ao sexo dos pais, e sim à forma como seu desejo de filho foi construído e compartilhado dentro do casal (LEVY, 2013). Mais do que se tratar de um homem ou de uma mulher, as funções maternas desempenhadas junto ao filho se relacionam à estrutura e organização do casal, decorrentes de necessidades profissionais e dos cuidados demandados pelos filhos (ALMEIDA, 2012).

A este respeito, Campana, Dos Santos e Gomes (2019) realizaram uma revisão do conceito de preocupação materna primária, conceituada por Winnicott como a capacidade da mãe em identificar as necessidades do bebê e agir de forma a fornecer um ambiente suficientemente bom, propício ao seu desenvolvimento. As autoras identificaram que, frente às novas configurações familiares, os pais também são capazes de experimentar um estado semelhante ao descrito por Winnicott, quando se ocupam dos cuidados do bebê, e passam a ocupar um lugar de identificação com ele, o que as levou a propor o conceito de “preocupação parental primária”, compreendida como a possibilidade de ambas as figuras parentais fornecerem sustentação ao bebê.

Nas situações de monoparentalidade, uma vez que o papel parental é exercido apenas por uma pessoa, a troca afetiva propiciada pela rede de apoio como familiares, amigos e a comunidade, de um modo geral, possui papel fundamental, tanto no acolhimento ofertado pelo adotante, para que se sinta seguro como pai e mãe, como para a oferta de outros modelos de identificação para a criança ou o adolescente, de forma a suprir parte das funções da figura parental ausente (LEVY, 2005).

2.3 A construção da parentalidade adotiva

A ruptura entre conjugalidade e parentalidade promovida pela modernidade resulta no fato de que, mais do que o modelo familiar do passado, é o desejo de se tornar pai ou mãe e a história individual de cada um que sustentam, na atualidade, a busca pelo processo de transição para a parentalidade (ZORNIG, 2010a). Este termo surgiu como um neologismo criado por Paul-Claude Racamier em 1961, para conceitualizar aspectos complexos do funcionamento psíquico envolvidos no processo de tornar-se pai e mãe, para além do que poderia ser denominado como função dos pais, ultrapassando o aspecto biológico (SOLIS-PONTON, 2004).

Nesta direção, o conceito de parentalidade remete a um sentido para além do fato de ser genitor ou ser designado pai, pois “é necessário *‘tornar-se pais’*, o que se faz por meio de um processo complexo implicando níveis conscientes e inconscientes do funcionamento mental” (HOUZEL, 2004, p. 47). Para além de ter um filho, a parentalidade envolve o aspecto de construção e de transmissão intergeracional, na medida em que ao se tornar pai, o indivíduo age de acordo com os modelos de pais que teve (SOLIS-PONTON, 2004).

Correlacionada à parentalidade está a filiação, uma vez que não é possível ser pai sem que exista um filho (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015). Ao considerar o papel ativo da criança, enquanto um psiquismo que se constrói através das trocas afetivas estabelecidas com os pais, podemos compreender a parentalidade como um processo de coconstrução entre pais e filhos, pois ela se modifica com a presença real da criança (ZORNIG, 2010a).

Houzel (2004) conceituou três eixos a partir dos quais a parentalidade se articula: exercício da parentalidade, experiência da parentalidade e prática da parentalidade. O exercício da parentalidade diz respeito aos aspectos jurídicos que organizam os laços de parentesco e filiação; a experiência da parentalidade relaciona-se à experiência subjetiva frente aos papéis parentais, tanto em nível consciente, como inconsciente; enquanto a prática da parentalidade remete às práticas cotidianas de cuidados parentais, tanto físicos como psíquicos, e inclui as interações afetivas entre pais e filhos.

O eixo da experiência da parentalidade comporta uma série de aspectos, em especial o desejo pela criança e o processo de transição em direção à parentalidade, que também pode ser denominado de parentificação. A articulação entre os três eixos irá definir a constituição de um

lugar parental, sendo imprescindível para que não se privilegie apenas uma dimensão da parentalidade, em detrimento das outras (HOUZEL, 2004).

Neste processo, é necessária uma troca simbólica de lugares na medida em que a renúncia ao lugar de filho abre espaço para o desejo de ocupar o lugar de pai e mãe. No contexto das novas configurações familiares, sob a perspectiva psíquica, mais do que uma sexualidade potencialmente reprodutora, é esta troca simbólica que sustenta a posição parental, independentemente da orientação sexual e conjugal do indivíduo (LEVY, 2013).

Sob a perspectiva de que a parentalidade é compreendida como um processo de construção de novos papéis e nova identidade subjetiva, a transição para a parentalidade pode ser entendida como um momento do ciclo de vida, no qual serão necessários ajustes, tanto de rotina, como psíquicos, para a chegada do filho, seja ele biológico ou adotivo (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016).

Lévy-Soussan e Marinopoulos (2010) se referem à constituição da filiação, também através de três eixos: o biológico, o jurídico e o psíquico. A filiação biológica é a resultante dos laços biológicos entre pais e filhos, e não é suficiente para fazer com que o indivíduo se torne pai ou mãe; a filiação jurídica se define pelo quadro legislativo que estabelece suas regras, e a filiação psíquica representa a construção subjetiva que permite a cada um considerar-se como pai/mãe ou filho/filha.

É o eixo psíquico da filiação que permite o entrelaçamento entre os elementos biológico, social e subjetivo, presentes em todas as sociedades. A filiação psíquica “se distingue da filiação biológica ou jurídica, se constrói com o correr do tempo; seu valor e sua consistência nunca são estabelecidos definitivamente no curso da vida. É o eixo da temporalidade, do ritmo, da partilha, do sentimento de uma vivência comum” (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULOS, 2010, p. 84).

Se, por um lado, a parentalidade biológica guarda muitas semelhanças com a parentalidade adotiva, por outro, é necessário considerar suas diferenças. No campo da parentalidade adotiva, a filiação terá sempre duas facetas complementares: uma que se desfaz, relativa aos pais biológicos, e outra que se constitui no encontro com os pais adotivos. Na filiação adotiva, o eixo biológico está desvinculado do eixo jurídico e psíquico, ocasionando uma inevitável dissociação entre os três eixos. Neste contexto, os aspectos jurídico e psíquico serão suficientes para permitir a filiação, no entanto, serão extremamente solicitados, por um mecanismo de compensação (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULOS, 2010).

Frente a esta peculiaridade, os pais adotivos serão exigidos de uma capacidade narrativa parental, concebida como “uma das engrenagens que permitem viver juntos uma história comum que tem sua origem no psiquismo dos pais, através de seus desejos, seu encontro e a chegada da criança” (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULOS, 2010, p. 82), proveniente de outra configuração familiar, com uma história de vida própria e singular.

No que tange ao preparo para a parentalidade, ele é necessário tanto no contexto biológico, como no adotivo, uma vez que, em ambos os cenários, a parentalidade é um processo que não se encerra com a chegada do filho, mas se inicia muito antes, e se perpetua ao longo da constituição da nova família. O preparo para a chegada do filho inclui a gestação simbólica, durante a qual será imprescindível diluir a idealização, bem como expectativas irreais (MORELLI; SCORSOLONI-COMIN; SANTEIRO, 2015). Na ausência da gestação biológica, restará apenas a gestação psíquica, que poderá indicar o nascimento da criança a partir do desejo dos pais e de sua história (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULUS, 2010).

No caso da parentalidade adotiva, reconhecer as perdas na impossibilidade de ter um filho biológico é essencial, pois apenas após a elaboração do luto destas perdas é que será possível voltar-se para o filho e aceitar sua alteridade, o que permitirá a construção de uma história que inclua as descontinuidades como peculiaridade e, ao mesmo tempo, que seja única e familiar. Assim, enlutados de suas próprias perdas, aos pais adotivos será possível auxiliar os filhos na ligação entre eventos do passado e fatos atuais, promovendo novas significações (ABRÃO, 2011).

Considerando o papel ativo da criança na constituição da parentalidade dos pais, o modo de vinculação afetiva a ser construída na adoção de crianças maiores difere daquele apresentado com crianças mais novas, pois a criança maior já faz uso da linguagem e traz uma bagagem de sua história de vida pregressa, que certamente irá influenciar na construção do vínculo parento-filial (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018; ZORNIG, 2010a). Ademais, a separação entre a criança e seus pais, quando ocorre mais tarde, traz ainda a vivência com diferentes cuidadores, num percurso marcado por vinculações e rompimentos que, quando desacompanhados de um processo de elaboração psíquica, influenciam na capacidade de vir a formar novos vínculos (PEITER, 2011).

De acordo com Luchi (2014), a gratificação ofertada pelos bebês aos pais, com seu desenvolvimento saudável na medida em que recebem amor, contribui para a emergência dos sentimentos paternos e maternos. Quando se trata de crianças maiores, a coconstrução da

parentalidade e da filiação acontece de maneira diversa, uma vez que estas crianças, na maioria das vezes, vivenciaram rupturas de vínculos, violências e abandonos afetivos que influenciam em comportamentos agressivos e faltas de limites no contato com os pais adotivos, dificultando a emergência do materno e do paterno. Neste contexto, para a autora, a construção da filiação e da parentalidade dependerá, muito mais, da capacidade dos pais em parentalizar um filho que, muitas vezes, ainda se sente filho de outros, devido ao seu percurso de vida.

Especialmente quando se trata de crianças maiores e adolescentes, a construção de novos vínculos se dá como um processo, no qual tornar-se pai implica “uma trajetória que leva à consolidação de uma relação de pertencimento ao grupo familiar adotivo e a uma relação de confiança entre adotantes e adotados” (ALMEIDA, 2012, p.160), e prescinde de tempo e investimento nos vínculos que se formam. Neste aspecto, os pais necessitam de tempo para que se sintam confortáveis neste papel, e possam desempenhar as funções parentais de maneira clara e tranquila (ALMEIDA, 2012).

Dada a complexidade inerente ao processo de construção da parentalidade e filiação adotivas, a busca pela adoção não pode ser modelada por qualquer demanda parental, e deve estar à serviço da criança. Por exigir intenso trabalho psíquico, a filiação adotiva é vulnerável (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULUS, 2010), e evidencia a necessidade da atuação de terceiros (como assistentes sociais e psicólogos à serviço da Justiça) no espaço adotivo, os quais precisarão estar atentos para as motivações, conscientes e inconscientes, envolvidas na busca pela adoção, de forma a identificar se os pretendentes a pais poderão sustentar a complexidade envolvida na construção de novos vínculos de filiação, como por exemplo, assumir as consequências de falhas ambientais anteriores à adoção, pelas quais não foram responsáveis (LÉVY-SOUSSAN, 2010a; WINNICOTT, 1953/1997).

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: MOTIVAÇÕES PARA A ADOÇÃO

O processo de construção de novos vínculos de filiação encontra centralidade nas motivações, conscientes e inconscientes, que os pais apresentam para a adoção. O quanto o que os mobiliza pode ser clareado para si mesmos depende da possibilidade de amadurecimento e elaboração psíquica do projeto adotivo. Neste sentido, a decisão por adotar está imbuída de questões inconscientes, que são vastas e singulares, e se relacionam à história de vida de cada um, suas fantasias infantis e, no caso de casais, à dinâmica conjugal apresentada (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015).

As razões explicitadas para a busca pela adoção são inúmeras:

a esterilidade de um ou ambos os pais; a morte anterior de um filho; o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isto é possível biologicamente; a ideia de que “há muitas crianças necessitadas, e que se estará ajudando-as e fazendo um bem à sociedade”; o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; homens e mulheres que anseiam por ser pais, mas não possuem um parceiro amoroso; o desejo de ter filhos sem ter de passar por um processo de gravidez, por medo deste processo ou até por razões estéticas... (LEVINZON, 2013, p. 20-21).

O lugar que a criança adotada ocupará no psiquismo dos pais dependerá, em certo sentido, das motivações à adoção apresentadas por eles, e poderá ser identificado a partir de uma escuta atenta por parte dos profissionais envolvidos no processo de habilitação para a adoção (MORELLI; SCORSOLONI-COMIN; SANTEIRO, 2015; PEITER, 2011).

Historicamente, a origem da adoção remete à necessidade de transmissão de patrimônio, tendo posteriormente surgido no bojo de atitudes assistencialistas e religiosas e, apenas posteriormente, em meados do século 20, como uma forma de se tornar pai ou mãe (GHIRARDI, 2015; LÉVY-SOUSSAN, 2010a). No Brasil, as práticas assistencialistas no campo da adoção começaram a ser rompidas na década de 80, especialmente a partir dos avanços trazidos pela Constituição Federal, em 1988, e pelo ECA, em 1990, com o paradigma da proteção integral à criança e ao adolescente, no qual a adoção deve ser realizada quando corresponde ao melhor interesse da criança, e não centrada exclusivamente no interesse do adulto (BRASIL, 2006).

Estudos acerca dos motivos que levam as pessoas a adotarem identificaram a infertilidade como principal fator motivacional, seguido de sentimentos altruístas, o desejo de

ser pai e mãe, e o medo da solidão (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016; LEVINZON, 2013; MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015). Em investigação acerca da motivação à adoção de pessoas que se disponibilizavam a acolher crianças entre três e seis anos, Paulina et al. (2018) também apontaram a infertilidade e o altruísmo como principais fatores motivacionais.

Nas situações nas quais a esterilidade se coloca como motivador para a adoção, é necessário que os pais atinjam um nível de aceitação da impossibilidade de gerar um filho, a fim de possibilitar a abertura para outra forma de exercer as funções parentais. A elaboração do luto pelo filho que não foi possível conceber é imprescindível, pois “paradoxalmente, a criança que resgata os pais adotivos de sua impossibilidade de ser pais representa ao mesmo tempo um lembrete vivo de sua infertilidade” (LEVINZON, 2013, p. 56).

Um estudo qualitativo realizado com 10 pessoas que adotaram identificou em 6 das que apresentaram infertilidade própria ou do companheiro, a adoção como uma escolha secundária, não tendo, no entanto, em seu discurso, relatado de forma explícita a frustração e o sofrimento decorrentes da impossibilidade de ter um filho biológico, sendo o silêncio a este respeito uma manifestação da dificuldade de elaboração do luto pela perda deste filho, numa atitude defensiva (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015).

No bojo dos diversos arranjos familiares da contemporaneidade, um estudo acerca da adoção realizada por casais que já possuíam filhos biológicos investigou as motivações à adoção para além da infertilidade, tendo identificado, de modo geral, discursos altruístas, como fazer caridade e ser solidário, não estando necessariamente relacionados ao desejo de assumir a parentalidade (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016). Em outro estudo, realizado na França, também com um público em que a busca pela adoção não decorria da impossibilidade de procriar biologicamente, foi identificado que a grande maioria dos entrevistados trabalhava nas áreas social, da saúde ou da educação, e eram pessoas engajadas em associações de solidariedade, sindicais ou religiosas (BÈGUE, 2013), indicando certa peculiaridade deste público.

No que se refere à busca pela adoção baseada em motivos altruístas, destaca-se que o termo altruísmo envolve certa complexidade, e refere-se às motivações apresentadas conscientemente pelos pretendentes, num nível manifesto, como o desejo de ajudar ou salvar uma criança. No entanto, tais motivações podem ocultar aspectos inconscientes imbuídos nesta busca, que podem influenciar na aproximação entre pais e filhos (PEITER, 2011). Dada a

complexidade inerente à construção de vínculos de filiação na adoção, os desejos altruístas não são suficientes para a sustentação de uma relação parento-filial, a qual só poderá ser estabelecida a partir do desejo dos pais por um filho (LEVINZON, 2013).

Ainda no que tange às adoções motivadas por sentimentos altruístas, é importante diferenciar alteridade e filantropia. Enquanto a alteridade decorre de um olhar a partir das necessidades do outro, a filantropia pode encobrir certo grau de narcisismo que, sob a idealização do amor, pode fornecer alicerces frágeis para a construção do vínculo parento-filial (MACHADO, 2014). A adoção motivada majoritariamente por questões narcísicas, em que impera o desejo de ser o salvador de uma criança, corre o risco de fracassar, dadas as expectativas irreais construídas pelo adotante em torno do desejo de gratidão, podendo ser denominada de pseudo-altruísta (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

A maioria dos estudos acerca da motivação à adoção identifica, portanto, por um lado, a procura por crianças pequenas e bebês, motivadas pela infertilidade e, por outro, motivações altruístas, acompanhadas pela sensibilização com a situação de abandono, especialmente por parte daqueles que aceitam crianças maiores (PEITER, 2016).

Ao englobar um público específico de sujeitos que buscaram a adoção de crianças maiores, entre três e onze anos de idade, o estudo de Sampaio, Magalhães e Machado (2020) identificou um cenário no qual a infertilidade não é o principal fator motivacional para a adoção, e sim o desejo de vivenciar a parentalidade, a vontade de ser pai ou mãe independentemente de uma relação conjugal, e a ausência da necessidade de ter um bebê, justificada pela dedicação exigida, ou pela experiência subjetiva anterior de já ter cuidado de um recém-nascido. Denominadas de motivações contemporâneas, estas são facilitadas pelas novas configurações familiares, como a adoção por pessoas solteiras e por casais homossexuais (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

No campo da adoção, existem diferentes níveis de motivações, dentre as quais aquelas que estão mais distanciadas da consciência, bem como as que permanecem inconscientes para o próprio sujeito (MACHADO, 2014). A análise de apenas um destes aspectos corre o risco de impedir a identificação sobre o lugar do desejo de filho na busca de pretendentes à adoção, o que revela a importância da compreensão das motivações subjacentes ao desejo de adotar (PEITER, 2016).

3.1 As motivações inconscientes

Para além das razões objetivamente apresentadas, a escuta atenta do discurso dos sujeitos possibilita a compreensão de motivações inconscientes para a busca pela adoção, bem como a existência - ou não - do desejo por um filho. Algumas situações limite podem apresentar, até mesmo, uma *inadotabilidade psíquica*, compreendida como a incapacidade de alguns pais adotivos se tornarem verdadeiramente pai e mãe, a qual só poderá ser revelada pela leitura do que se apresenta na cena do inconsciente, podendo estar associada a diversos fatores, que precisam ser investigados (TRINDADE-SALAVERT, 2010).

O desejo de ter um filho, seja ele adotivo ou biológico, apresenta determinações inconscientes que só poderão ser compreendidas na singularidade de cada história. Em todo caso, é preciso avaliar se o filho está sendo colocado no lugar de sujeito ou de objeto, sendo que tanto a adoção monoparental, como aquela feita por casais heterossexuais ou homoafetivos “podem encobrir uma verdadeira não diferenciação do outro como sujeito” (LEVY, 2013, p. 156). A análise e elaboração das motivações inconscientes mobilizadoras para a busca do filho adotivo é imprescindível na medida em que possibilitará a renúncia ao filho idealizado, e a instauração de um relacionamento com a criança real, em sua totalidade (TEIXEIRA, 2000).

Em estudo acerca das motivações inconscientes de casais que adotaram crianças pequenas (de zero a dois anos de idade), Iyama (2004) explicitou o quanto aspectos inconscientes foram determinantes para a adoção. A autora identificou que, num plano manifesto, as razões apresentadas para a adoção foram a infertilidade, o desejo de ajudar uma criança abandonada e o desejo de ser pai e mãe. No entanto, os conteúdos latentes apresentados ao longo do trabalho clínico desenvolvido revelaram a necessidade de repetir a história familiar, a tentativa de salvar o casamento e o medo da solidão e da morte, o que possibilitou a conclusão de que a busca pela adoção nem sempre coincide com o desejo de ser pai e mãe. Nestes casos, a própria criança foi afetada, ao não ter seus interesses e necessidades colocados em primeiro plano pelos pais, que pretendiam, com a adoção, lidar com suas próprias faltas e lacunas (IYAMA, 2004).

Em estudo acerca de aspectos inconscientes que obstam o processo adotivo, algumas motivações inconscientes foram identificadas como fatores de risco para adoções malogradas, tendo sido recomendado que sejam evitadas, sendo elas: adoção como formação reativa (ou seja, a procura pela adoção como uma forma de manifestação do não-desejo por um filho), a

idealização da adoção e da criança, e a projeção de aspectos depreciados do adotante na criança, além de luto não elaborado, tanto do filho biológico como de filho falecido (GIMENES, 2016).

Paiva (2008) também aponta o risco da formação reativa na adoção. Neste caso, o ato de adotar não corresponde ao desejo de ter um filho; pelo contrário, se coloca em função de um desejo oposto a isso, e leva a uma dificuldade dos pais em assumirem este lugar, bem como em relacionamentos conflituosos e sintomáticos dentro da família (PAIVA, 2008).

Em estudo empreendido na França, Bègue (2013) buscou identificar as motivações e expectativas inconscientes de casais sem problemas de fertilidade que buscaram a filiação adotiva. Partindo do consenso na literatura científica de que casais inférteis precisam fazer o luto de sua fertilidade antes de se voltarem para a filiação adotiva, buscou-se compreender se pessoas férteis também precisariam realizar algum luto, tendo sido identificado na população estudada um número grande de mortes em sua infância e enquanto eram jovens pais. Foram identificadas histórias de vida singulares, marcadas por eventos em sua genealogia, valores altruístas, desejo de formar famílias grandes, com filhos adotados e biológicos, dívidas simbólicas e lutos, destacando-se três principais motivos inconscientes: reparar a injustiça da morte, devido a perdas vividas na infância e início da vida adulta, o pagamento de uma dívida simbólica pela qual se sentiam culpados e a intenção de se realizarem enquanto casal. O estudo concluiu ainda que, embora tenham sido identificadas generalizações, estas não apagam a singularidade de cada caso (BÈGUE, 2013).

Nesta mesma direção, Peiter (2016) aponta que sentimentos de vazio e impotência não estão presentes apenas em situações de infertilidade, se apresentando em inúmeros contextos de vida das pessoas. Para a autora, quando não se torna possível encontrar espaço de elaboração para tais sentimentos, que remetem a feridas narcísicas, alguns pretendentes podem deslocar, inconscientemente, as dores de seu próprio desamparo à criança adotada, o que estaria, inconscientemente, sustentando a busca pela adoção de uma criança desamparada.

De acordo com Lévy-Soussan (2010a), dentre os aspectos inconscientes imbuídos na busca pela adoção, podem se encontrar “sofrimentos não expressos relacionados à esterilidade, à sexualidade, à morte de uma criança muito nova, um conflito de casal que a criança viria consertar ou ainda um celibato, caso em que a criança tomaria o lugar do cônjuge” (LÉVY-SOUSSAN, 2010a, p. 67). Por se tratar de aspectos de difícil acesso, a intervenção psicanalítica poderá ajudar os pretendentes a clareá-los, impedindo que a adoção se efetive por razões desconhecidas pelos próprios pais (PEITER, 2016).

4 ADOÇÃO DE CRIANÇAS MAIORES

A adoção de crianças mais velhas é nomeada por muitos autores como adoção tardia, em contraposição à adoção que poderia ser chamada de precoce, ou seja, do bebê ou da criança pequena, com até três anos de idade, compreendidos como aqueles que ainda estão em processo de aquisição da capacidade simbólica e desenvolvimento da linguagem (FORTINEAU-GUILLORIT; BAILLON, 2015). Neste mesmo sentido, outros autores definem *adoção tardia* ou *adoção de crianças maiores* como aquela em que a criança possui mais de dois ou três anos de idade (EBRAHIM, 2001; LEVINZON, 2013; PEITER, 2011; VARGAS, 1998), considerando as especificidades dos processos psíquicos envolvidos na construção de vínculos de filiação quando a relação da criança com os pais adotivos se inicia depois de um certo período de vida da criança.

O próprio fato de a adoção de crianças maiores ter uma denominação específica aponta para a existência de peculiaridades neste tipo de filiação. Neste trabalho, devido à possibilidade de o uso do termo *adoção tardia* reforçar preconceitos ao remeter a algo que ocorre fora do tempo, optamos por utilizar o termo *adoção de crianças maiores*, considerado mais apropriado (PEITER, 2011). Giberti (2011) amplia o espectro da adoção de crianças maiores, referindo-as como aquelas que possuem de três a quatro anos de idade até o final da segunda infância, ou seja, a pré-adolescência, definição que se alinha melhor ao objetivo desta dissertação, que tem como foco crianças efetivamente maiores, pertencentes ao grupo preterido pela maioria dos adotantes.

Para Giberti (2011), o desejo de adotar uma criança maior surge apenas após a ressignificação do próprio desejo de filho adotivo, pois implica na renúncia às funções peculiares à criança pequena. Não é raro que os pretendentes, durante a espera pelo filho adotivo, ampliem o perfil de criança desejada, que num primeiro momento era mais restrito, para aceitar crianças maiores e grupos de irmãos. Esta mudança no perfil, no entanto, precisa ser avaliada cuidadosamente, pois pode estar relacionada tanto a um processo de ressignificação do desejo por um filho, quanto por motivadores externos, como é o caso da tentativa de reduzir o tempo de espera, ou de escolher um filho a partir do que está disponível naquele momento, atitude que implicaria na redução da relação entre pais e filhos a uma lógica mercadológica (SILVA, 2018).

A ampliação do perfil de criança pretendida a partir de um trabalho de reflexão e análise propiciará o surgimento de um novo lugar para o filho anteriormente imaginado, o qual pode ser alcançado através da elaboração do luto da criança narcisicamente investida e possibilitará o investimento num novo objeto de desejo (SILVA, 2018; SPECK, 2013).

Ao refletir acerca das adoções de crianças maiores, Queiroz (2018) aponta a raridade desta demanda por adoção, esclarecendo que, em sua experiência, jamais encontrou a adoção de crianças maiores como a primeira opção de mulheres sem filhos, sendo geralmente pleiteada por casais homossexuais masculinos, em famílias que já possuem filhos ou após a ampliação de perfil por casais que passaram por longo tempo de espera por uma criança mais nova. Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) também apontam a escolha por crianças maiores por parte de casais que já vivenciaram a parentalidade, e acrescentam a prevalência desta busca em indivíduos solteiros ou divorciados, e em viúvos sem disponibilidade para ofertar cuidados a um recém-nascido.

Quando a adoção da criança maior se efetiva, a construção do vínculo parento-filial é permeada pela experiência anterior de ambos, pais e filhos adotivos (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Uma vez que, nas vivências atuais, existe a tendência de se repetir vivências anteriores, a história de vida anterior da criança maior é um aspecto que constantemente retorna na relação com os novos pais (SPECK, 2013).

Muitas podem ser as histórias de vida anteriormente experimentadas por estas crianças. Algumas delas podem ter sido afastadas de suas famílias há muito tempo, outras apenas recentemente. É possível que algumas tenham criado laços afetivos importantes com os cuidadores da instituição de acolhimento, enquanto outras podem ter passado por muitas mudanças de ambiente, com privação emocional e ausência de cuidados individualizados (LEVINZON, 2020). Estas experiências anteriores, como a precoce ruptura de vínculos afetivos e a vivência em instituição de acolhimento, se atualizam no encontro com os novos pais, e podem se colocar como uma possibilidade de ressignificar as separações vivenciadas anteriormente (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018).

Uma vez que a criança maior já é um ser falante, as memórias de vida anteriores à adoção podem representar um ataque ao narcisismo dos pais, uma vez que remetem à origem a partir de outra mulher. Neste sentido, quando a criança se refere a costumes ligados à família de origem ou a pessoas significativas ao longo de seu percurso anterior à adoção, os pais podem se deparar com sentimentos de irritação e frustração. Será imprescindível, portanto, por parte

dos pais adotivos, a capacidade de tolerar a diferença que esta criança representa (GIBERTI, 2011).

Devido ao percurso de vida anterior à adoção - no qual podem estar presentes sentimentos de rejeição e abandono -, crianças adotadas com uma idade maior costumam vivenciar um período de encantamento, com sentimentos de exaltação por terem encontrado uma família e, posteriormente, testar a aceitação dos pais. Nestes testes, as crianças costumam verificar, inconscientemente, se serão, de fato, adotadas pelos novos pais, apresentando comportamentos como desobediência ou agressão. Neste contexto, os pais precisam estar preparados para esta realidade, para que consigam manejar a situação sem interpretar os testes realizados como uma agressão pessoal (LEVINZON, 2020; SILVA; BENETTI, 2015).

Também é esperado, neste tipo de adoção, que as crianças experimentem regressão em seu desenvolvimento, que se apresenta na relação com os pais adotivos e se coloca como uma tentativa de reparação de falhas ou faltas vivenciadas anteriormente (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Especialmente quando se trata de crianças adotadas mais velhas, a regressão e a demanda de maternagem se colocam com intensidade durante o período inicial da adoção, numa solicitação de contato corporal. Quanto maiores tenham sido as marcas de um passado de abandono e privação, maior será a demanda por exclusividade na relação com os pais (OZOUX-TEFFAINE, 2017).

Ao conseguir lidar com as turbulências ocasionadas pelos testes e regressões, a família adotiva poderá fornecer à criança a segurança que necessita para se adaptar ao novo ambiente e retomar o seu desenvolvimento (LEVINZON, 2020). Frente às dificuldades apresentadas, a capacidade dos pais em tolerar a regressão do filho pode indicar maior possibilidade de tolerar a diferença entre suas expectativas e a realidade imposta pelo vínculo parento-filial (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Na construção da parentalidade adotiva de crianças maiores e adolescentes, portanto, deve ser considerada “a capacidade para lidar com os efeitos do abandono da criança, o que torna a resistência à frustração, a capacidade de negociação e recursos de flexibilidade e a determinação de construir uma família através da adoção, fatores de grande relevância para o seu exercício, sendo importante que no acompanhamento pré e pós-adoção os pais sejam preparados para esse combate que por vezes é unilateral e reforçadas as suas competências” (LUCHI, 2014, p. 655). Diante da peculiaridade deste contexto, o espaço de escuta psicanalítica para o acolhimento das demandas de pais e filhos em processo de construção de vínculos pode

contribuir para que a adoção de crianças maiores não esteja associada a maiores dificuldades de filiação (SILVA; BENETTI, 2015).

4.1 A adoção de adolescentes

Se a adoção de crianças maiores já é difícil de ser realizada atualmente no Brasil, a adoção de adolescentes é uma possibilidade ainda mais remota, uma vez que enquanto 37% dos acolhidos à espera da adoção têm mais de doze anos de idade, apenas 1,25% dos pretendentes habilitados aceitam adotá-los⁶ (CNJ, 2020). O mesmo acontece quando analisamos o cenário da adoção internacional, pois são poucos os adolescentes que se beneficiam desta possibilidade (CARNEIRO, 2019).

De acordo com a legislação brasileira, nos casos de colocação da criança ou adolescente em família substituta, inclusive mediante adoção, sempre que possível, a criança e o adolescente devem ser ouvidos por equipe interprofissional, e ter sua opinião considerada. A partir dos doze anos de idade, o consentimento do adolescente passa a ser obrigatório e deve ser colhido em audiência (BRASIL, 1990, 2009).

Frente à dificuldade de efetivação da adoção de adolescentes, a este grupo são destinadas as iniciativas de busca ativa e as campanhas publicitárias de incentivo à adoção. Em ambos os casos, busca-se motivar pretendentes para que aceitem crianças ou adolescentes fora do perfil para o qual foram formalmente habilitados perante a VIJ, na tentativa de conseguir uma família para este público preterido.

Ao mesmo tempo em que este tipo de abordagem é ampliado, nos deparamos com a escassez de estudos acerca da motivação de pretendentes para a adoção de adolescentes, bem como as especificidades da construção dos vínculos de filiação e parentalidade quando o adotado chega na nova família durante o período da adolescência.

Dada a raridade da adoção de adolescentes, uma possibilidade de garantia do direito à convivência familiar e comunitária para este público são os programas de apadrinhamento afetivo, que se configuram numa estratégia de estabelecimento de vínculos significativos, através de relações próximas, entre padrinhos e apadrinhados. Sem perspectiva de serem

⁶ Consulta à estatística do CNJ realizada em 11/07/2020 no site <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>.

adotados, busca-se para estes adolescentes uma referência afetiva externa à instituição de acolhimento que possa beneficiá-los (BRASIL, 2006).

Os profissionais envolvidos no campo da proteção à criança e ao adolescente lidam com a preparação de crianças maiores e adolescentes para que se permitam ser adotados, bem como com a articulação de redes de apadrinhamento e o preparo de famílias em vias de adoção ou apadrinhamento. Esta atuação baseia-se no conhecimento científico produzido através de estudos cuidadosos e, por este motivo, não pode ser reduzida à atuação do militantismo ou do empirismo (TRINDADE-SALAVERT, 2010).

No que tange à história de vida de adolescentes institucionalizados, existem especificidades que devem ser consideradas. Conforme apontado por Levinzon (2014a), a adolescência é um período de turbulências, durante o qual o adolescente busca sua identidade, diferenciando-se do desejo dos pais, separando-se e vinculando-se a pessoas ao seu redor. Quando se trata de adolescentes adotados, o processo de identificação e separação dos pais pode se dar de maneira mais complexa, uma vez que existem dois casais parentais em jogo (o biológico e o adotivo). Para a autora, neste contexto, a formação da autoimagem do adolescente acontece de forma mais árdua, sendo permeada por sentimentos conflitivos e ambivalentes, relacionados às figuras parentais.

Em levantamento nacional acerca das condições de acolhimento de crianças e adolescentes brasileiros, especificamente no que se refere aos cuidados desempenhados aos adolescentes institucionalizados, Assis (2013) identificou algumas lacunas relativas à precariedade da atenção à saúde, uso de drogas e problemas de comportamento, além de fragilidade no apoio às condições de aprendizagem escolar, que influenciam a condição apresentada por estes últimos.

Para Luchi (2014), a faixa etária em que a criança é colocada na família adotiva, somada aos efeitos da privação emocional sofrida, influenciam na vinculação entre pais e filhos adotivos, tornando mais complexa esta vinculação quanto maiores tenham sido as privações emocionais. Especificamente no que se refere à adoção de adolescentes, além da complexidade inerente a esta fase de desenvolvimento, a autora aponta que o passado de prolongado sentimento de rejeição e abandono exige dos pais adotivos maior responsabilidade e apoio para que os filhos elaborem seu passado.

4.2 Adoção Internacional

A adoção de crianças maiores e adolescentes muitas vezes é relacionada à adoção internacional porque, por muitos anos, esta era a única possibilidade para que crianças e adolescentes de perfil preterido pelos adotantes nacionais fossem inseridas em uma família.

A adoção internacional se dá quando a criança é adotada por residentes de fora do Brasil, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, de país-parte da Convenção de Haia⁷, e representa a última alternativa para colocação em família substituta, apenas quando não existe nenhum pretendente em território nacional habilitado para determinada criança ou adolescente, o que acontece especialmente quando se trata de grupo de irmãos, crianças com algum tipo de comprometimento físico ou mental e em idade de difícil colocação para ser adotada no Brasil (CARNEIRO, 2019; ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018).

Os pretendentes domiciliados no exterior que desejam adotar no Brasil passam por um longo trabalho de orientação e preparo em seu país de origem e, posteriormente, têm seus pedidos de habilitação à adoção internacional analisados pela Comissão Judiciária de Adoção Internacional, que também será responsável, dentre outras atribuições, por orientar e fiscalizar todas as adoções internacionais, para que a legislação brasileira e os princípios e normas da Convenção de Haia sejam respeitados (CARNEIRO, 2019).

Existe, de um modo geral, o entendimento de que adotantes estrangeiros são melhor preparados e possuem motivações altruístas para a adoção, já que não fazem restrições quanto à cor de pele da criança adotada, seu estado de saúde e sua idade. No entanto, é necessário levar em consideração que eles sabem, de antemão, que apenas poderão adotar crianças e adolescentes que não conseguiram ser adotados no Brasil, o que, em sua maioria, decorre de fatores como cor de pele e idade (PAIVA, 2008).

De acordo com Carneiro (2019), por determinação da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), os estrangeiros podem se habilitar para a adoção, no Brasil, apenas de crianças acima de cinco anos de idade, ou seja, que já possuem um significativo percurso de vida anterior à adoção, muitas vezes permeado por vulnerabilidades. Além disso, a adoção internacional envolve a diferença cultural e de língua, o que pode dificultar o início do relacionamento entre adotantes e adotados. A complexidade envolvida nestas situações justifica

⁷ A Convenção de Haia, ratificada pelo Brasil em 1993, prevê medidas para que as adoções internacionais apenas se efetivem pelo melhor interesse das crianças, respeitando seus direitos fundamentais, de forma a prevenir o tráfico de crianças (FELZENSZWALB, 2014).

a intensa preparação do adotante, ainda em seu país de origem, bem como a participação, durante todo o processo, das comissões estaduais judiciais de adoção internacional (CEJAs), indicando uma preparação diferente daquela realizada com adotantes nacionais (CARNEIRO, 2019).

Existe, portanto, um cuidadoso e rigoroso acompanhamento destas situações, que se estende para o acompanhamento pós-adoção, com o envio, pelas entidades intermediadoras, de relatórios pós-adotivos, os quais são analisados pelo país de origem da criança. Comparativamente à adoção nacional, as regras para a adoção internacional são mais rígidas, e as exigências dos pretendentes estrangeiros relacionadas à idade e etnia da criança desejada são menores. Como resultado, dentre as crianças adotadas internacionalmente, provenientes do estado de São Paulo, a maioria tem entre seis e doze anos de idade (CARNEIRO, 2019; TJSP, 2017).

Dadas as especificidades da adoção internacional, identificamos um cenário no qual o preparo dos pretendentes é compatível com a complexidade do feito adotivo de crianças maiores, provenientes de outro país. No que tange ao preparo de pretendentes brasileiros, no entanto, não existe nenhuma obrigatoriedade de que adotantes de crianças maiores ou adolescentes recebam preparação mais intensa ou diferenciada do restante dos pretendentes, estando obrigados, assim como qualquer outro adotante, à preparação psicossocial e jurídica (BRASIL, 2009, 2017).

Ao longo da última década, temos observado a ampliação no perfil de crianças aceitas por parte dos adotantes brasileiros, ao mesmo tempo em que decaí o número de adoções internacionais. Ainda que a busca continue sendo, pela maioria dos pretendentes, por crianças pequenas e sem irmãos, as adoções nacionais de pré-adolescentes, adolescentes e grupos de irmãos aumentaram. Em 2019, alguns estados brasileiros já não registravam nenhuma adoção internacional nos últimos cinco anos (TJDFT, 2019).

Outro aspecto envolvido na redução das adoções internacionais está relacionado à busca de estrangeiros pela adoção em outros países, como China, Camboja e Índia, onde a adoção de bebês e crianças pequenas, perfil mais procurado também fora do Brasil, se dá com maior facilidade (TJDFT, 2019). No estado de São Paulo, no entanto, a adoção internacional ainda se coloca como medida satisfatória para os casos em que não foi possível encontrar pretendentes habilitados nacionalmente para adotar irmãos, como forma de preservar os vínculos fraternos (TJSP, 2017).

Embora o preparo de adotantes domiciliados fora do Brasil seja mais bem estruturado do que aquele oferecido aos adotantes nacionais, a adoção internacional levanta questões que devem ser observadas. Para Lèvy-Soussan (2010b), a busca pela adoção internacional deve ser analisada com cautela, pois geralmente é movida por causas humanitárias e, quando se dá exclusivamente por esta razão, é um fator de risco psíquico, pois a expectativa de salvar uma criança traz, também, a obrigação de que o filho seja eternamente grato aos pais. Segundo o autor, na França, existe um perfil de filho excessivamente idealizado, o que leva à busca por crianças pequenas em países longínquos. Ele observa, no entanto, que muitas vezes os adotantes aceitam adotar crianças maiores, de outras etnias e grupos de irmãos quando entram em contato com este público no país escolhido para adotar, ampliação de perfil que, em sua opinião, poderia decorrer de um trabalho de elaboração do desejo de adotar realizado dentro do próprio país, o que poderia levar, inclusive, à adoção em território nacional.

4.3 Campanhas de incentivo à adoção de crianças maiores e adolescentes

As campanhas de incentivo à adoção de crianças e adolescentes de perfil preterido pela maioria dos pretendentes foram inseridas no ECA através da Lei 12.010/09, a qual prevê um conjunto de ações articuladas por órgãos governamentais e não governamentais, para a promoção de “campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos” (BRASIL, 2009, Art. 87, item VII, grifo nosso).

Anteriormente às modificações no ECA trazidas pela Lei 13.509/17, o estímulo à adoção de crianças maiores e adolescentes também estava previsto na etapa obrigatória de preparação dos pretendentes à adoção, no contexto da preparação psicológica dos adotantes. Com a alteração legislativa ocorrida em 2017, no entanto, restou apenas a obrigatoriedade, durante esta etapa, da “orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos” (BRASIL, 2017, Art. 197-C, parágrafo 1º), num indicativo de que a adoção de crianças maiores e adolescentes estaria, a partir de então, sob responsabilidade integral das campanhas de incentivo deste tipo de adoção, e não mais prevista como resultado do trabalho de preparação junto aos pretendentes (BELTRAME et al., 2020).

Ainda que pareça sutil, esta mudança legislativa indica a ótica sob a qual a adoção de crianças maiores e adolescentes tem sido compreendida pela comunidade jurídica, pois, enquanto a etapa de preparação psicológica de pretendentes, quando realizada a partir de uma perspectiva reflexiva, permite aprofundar a compreensão das motivações para a adoção e abordar aspectos psíquicos e emocionais da construção de vínculos filiativos por adoção, a abordagem das campanhas publicitárias de estímulo às adoções necessárias apela para motivações caritativas. Este apelo, muitas vezes, gera enganos drásticos aos envolvidos, pois envolve a falta de preparação dos pretendentes, estimulando ações baseadas na idealização do amor, que desconsideram os aspectos inconscientes envolvidos na busca pela adoção, bem como as ambiguidades e os desafios presentes neste tipo de vinculação (CARVALHO et al., 2017; TRINDADE-SALAVERT, 2010).

Organizadas de distintas maneiras pelos Tribunais de Justiça do país, algumas campanhas acontecem de maneira cuidadosa, num trabalho dirigido apenas a pretendentes já habilitados para a adoção, enquanto outras utilizam a exposição da imagem da criança e do adolescente ao público geral, colocando no próprio adotando a capacidade de se mostrar de maneira atrativa para despertar, no adulto, o interesse por sua adoção (BELTRAME et al., 2020). No âmbito do estado de São Paulo, a campanha “Adote um Boa Noite” tem ganhado expressiva visibilidade. Caracterizada pela adesão voluntária das VIJs interessadas, crianças e adolescentes com remotas chances de serem adotadas, dentre elas crianças maiores de sete anos de idade e adolescentes, são selecionadas, fotografadas e inseridas em plataforma digital, para que suas histórias de vida sejam conhecidas pela sociedade, na expectativa de atrair possíveis interessados em sua adoção (TJSP, 2018).

Para Nakamura (2019), as campanhas publicitárias, ao expor massivamente a imagem de crianças e adolescentes, ainda que seja dada conotação positiva a seus sonhos, interesses e perspectivas, rebaixam estes jovens à condição de desamparo e anunciam uma condição subalterna de vitimização, que suscita a caridade. De acordo com o autor, neste contexto, são estimuladas adoções motivadas pelo ideário assistencialista e caritativo, afastando as crianças e os adolescentes do que elas, de fato, necessitam, que é um lugar numa família, e não uma forma dos adultos provarem sua bondade.

As campanhas publicitárias de apelo caritativo reforçam a disponibilidade de crianças e adolescentes com histórico de privação afetiva e rupturas de vínculos familiares. Ao serem apresentadas como livremente disponíveis ao interesse do adulto, estas crianças são inseridas

na lógica de consumo e colocadas como objeto, em contrariedade à doutrina da proteção integral à infância e juventude, reforçando a adoção como solução para problemáticas sociais (NAKAMURA, 2019). Para Silva (2018), a adoção da criança maior mobilizada somente a partir do que está disponível naquele momento insere a criança e o adolescente institucionalizado numa lógica mercadológica.

As campanhas de incentivo à adoção, especialmente aquelas dirigidas ao público em geral, ou seja, não apenas a pretendentes habilitados perante a Justiça, guarda semelhança com as correntes humanitárias na medida em que pretendem mobilizar sujeitos numa atitude de benfeitoria. Por serem, geralmente, carregadas de ideias preconcebidas acerca da criança abandonada, as motivações humanitárias podem até mesmo impedir o processo de parentalidade, uma vez que a excessiva idealização do amor como suficiente para atravessar qualquer dificuldade, se coloca como entrave ao processo de filiação (LÉVY-SOUSSAN, 2010b).

O risco de correntes humanitárias no campo da adoção consiste, justamente, na idealização do amor e desconsideração do sujeito do inconsciente, não sendo suficientes para o estabelecimento de uma relação parental real e durável, a qual será necessária para ultrapassar os conflitos naturalmente existentes nas relações entre pais e filhos (LEVINZON, 2013; LÉVY-SOUSSAN, 2010a; TRINDADE-SALAVERT, 2010).

Se, por um lado, a existência de crianças maiores e adolescentes institucionalizados, sem perspectiva de inserção familiar, justifica, no âmbito jurídico, a criação de campanhas de estímulo à adoção, por outro, é questionável até que ponto esta sensibilização deve advir de motivadores externos e apelo humanitário (BELTRAME et al., 2020), pois as campanhas que estimulam a benfeitoria podem se colocar como uma solução simplória para o delicado e complexo processo que é a construção de vínculos de parentalidade e filiação adotivos (LEVINZON, 2013).

5 OBJETIVO

Identificar e compreender as motivações, conscientes e inconscientes, de pretendentes que desejam adotar crianças maiores, a partir de sete anos de idade, e adolescentes.

6 MÉTODO

A presente pesquisa se pautou no método clínico-qualitativo, conforme proposto por Turato (2008) como uma particularização e refinamento do método qualitativo clássico, através do qual é possível descrever e interpretar sentidos e significados atribuídos a fenômenos da vida das pessoas, mostrando-se adequado aos objetivos desta pesquisa.

O método clínico-qualitativo utiliza-se de referenciais psicanalíticos e socioculturais, visando à interdisciplinaridade que, por sua vez, possibilita a uma disciplina interpenetrar em outras, num processo contrário à fragmentação do saber, com vistas ao desenvolvimento do conhecimento científico. Tem como algumas de suas fronteiras e intersecções a psicologia clínica e a psicanálise, cujos conhecimentos são imprescindíveis na utilização deste método (TURATO, 2008).

Através de uma atitude existencialista, clínica e psicanalítica,

o pesquisador percebe, em si, angústias e ansiedades de âmbito pessoal, deixa-se mover deliberadamente por elas para buscar a compreensão profunda das questões humanas e, identificando-se com o outro (sujeito-alvo de seu estudo), acolhe as angústias e ansiedades deste (TURATO, 2008, p. 226).

Tendo ampla consciência desta realidade, o pesquisador a utiliza como elemento-chave em diversos momentos, desde a escolha do foco de sua pesquisa, até a aproximação com as pessoas estudadas e a discussão dos resultados obtidos. Nesta metodologia, o conhecimento psicanalítico é utilizado não apenas como referencial teórico para a discussão dos resultados, mas também na construção e aplicação dos instrumentos (TURATO, 2008).

6.1 Instrumentos

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram entrevistas semidirigidas com perguntas abertas, mediante roteiro previamente elaborado (APÊNDICE A) a partir do foco da pesquisa e seu objetivo. Com os casais, foram realizadas entrevistas conjuntas, tendo sido realizadas entrevistas individuais apenas quando os participantes eram pessoas solteiras. O tempo de duração das entrevistas variou de 40 minutos a uma hora e meia. Ao final das entrevistas, foram realizadas anotações acerca das impressões da pesquisadora.

De acordo com Fontanella, Campos e Turato (2006), a entrevista semidirigida funciona como uma espécie de guia temático, tido como roteiro para o encontro que ocorre de forma dinâmica e não predeterminada. A entrevista semidirigida deve ser iniciada de forma mais aberta, com uma questão disparadora acerca do objetivo geral da pesquisa. Com a alternância da diretividade entre pesquisado e pesquisador, este tipo de entrevista se dá de forma a encorajar a geração de ideias e motiva um discurso baseado na associação livre, sendo preferível que aconteça uma única vez (FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006).

A partir da perspectiva psicanalítica adotada pela pesquisadora, parte-se do princípio de que o sujeito do inconsciente se apresenta em qualquer enunciado (ROSA, 2004) e, portanto, é possível utilizar, na dinâmica da entrevista, conceitos psicanalíticos básicos como “estabelecimento do *setting*, valorização da transferência e da contratransferência, bem como a permissão da livre associação de ideias” (TURATO, 2008, p. 309).

Na medida em que o fenômeno da transferência teorizado por Freud se dá em outros cenários que não apenas a situação analítica clássica, é possível instrumentalizá-la para a compreensão aprofundada daquilo que se pretende pesquisar. Neste sentido, a observação e a auto-observação durante a entrevista, compreendidos como fenômenos da transferência e contratransferência, devem ser registrados pelo pesquisador logo após o término da entrevista, pois servirão como instrumentos auxiliares na atribuição de sentidos e significações (TURATO, 2008).

6.2 Participantes

Os participantes desta pesquisa foram pessoas habilitadas à adoção em diferentes VIJs do estado de São Paulo, que aceitavam crianças maiores de sete anos de idade e adolescentes e aguardavam a chegada do filho adotivo, ou que já tinham iniciado a convivência. A escolha por crianças maiores de sete anos como perfil desejado pelos pretendentes pautou-se nos dados estatísticos que indicam ser esta a idade a partir da qual as chances de adoção passam a ser remotas, objetivando-se compreender a especificidade da motivação à adoção deste restrito grupo de pretendentes.

Por meio da escolha daqueles sujeitos que recorreram aos meios legalmente previstos para se tornarem pais, foram selecionadas pessoas que já tivessem obtido do Judiciário a

legitimação para concretizar o projeto adotivo e já submetidos ao processo de preparo e avaliação por parte das equipes técnicas das VIJs.

Tendo em vista que o tempo de espera até a chegada do filho adotivo é curto quando o perfil desejado é mais amplo, foram incluídos na pesquisa participantes que já haviam iniciado o estágio de convivência com seus futuros filhos, tendo sido abarcados pretendentes em diferentes momentos do processo de adoção. Isto posto, indivíduos ainda na fila de espera pela chegada do filho adotivo; no momento de contato com a VIJ para conhecer a criança ou o adolescente; e após o início do estágio de convivência, sendo o ponto em comum o fato de desejarem adotar crianças maiores de sete anos de idade ou adolescentes.

Com vistas a obter uma amostra que representasse a realidade das adoções nas diversas configurações familiares apresentadas atualmente, buscou-se um representante de cada configuração familiar atual: casal heterossexual, casal homoafetivo (masculino e feminino) e pessoas solteiras (homem e mulher), de forma a ultrapassar o estudo das motivações pela adoção de crianças maiores e adolescentes por casais heterossexuais, o que poderia representar uma escolha dentro da heteronormatividade somente.

Os sujeitos entrevistados foram voluntários convidados a participar da pesquisa através de contato com Grupos de Apoio à Adoção de diferentes cidades do estado de São Paulo, bem como a partir da indicação de profissionais do Judiciário, pertencentes ao círculo de contatos profissionais da pesquisadora.

6.3 Procedimentos

Para a coleta de dados, o local das entrevistas foi escolhido pelos participantes, conforme lhes parecia mais conveniente, em espaço no qual pudessem se sentir confortáveis, tendo sido realizadas em diferentes locais (casa do participante, seu local de trabalho e lugares públicos). Apenas uma das entrevistas foi realizada de forma remota, através da plataforma Google Meet, devido à deflagração da pandemia de Covid-19 e a impossibilidade de realizar o encontro presencialmente. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para a transformação do discurso em texto, de forma a viabilizar a análise dos dados. Logo após a realização das entrevistas, foram anotadas reflexões da ordem da transferência e da contratransferência, para auxiliar a análise dos dados.

Por se tratar de estudo qualitativo com vistas à compreensão das motivações à adoção nas diversas configurações familiares hoje existentes, o material obtido nas entrevistas foi analisado a partir do aprofundamento da singularidade de cada caso, bem como na busca de elementos que se repetissem nos diferentes discursos apresentados, de forma a viabilizar o levantamento de temáticas discutidas a partir do diálogo com o conhecimento já existente na área, numa elaboração dialógica de novos conhecimentos. Para tanto, optamos por apresentar os resultados separadamente, a partir de cada entrevista, com apontamento de aspectos relevantes dentro da peculiaridade de cada situação.

Conforme proposto por Turato (2008), inicialmente, foram realizadas leituras flutuantes, em analogia ao conceito psicanalítico de atenção flutuante, baseado na escuta psicanalítica, para assimilação do material. Posteriormente, a partir dos critérios de repetição e relevância, foram identificados núcleos de sentido, a partir dos quais foram criadas categorias de análise para viabilizar a discussão do material.

6.4 Aspectos Éticos

Os participantes foram previamente esclarecidos acerca dos objetivos da pesquisa e de seus aspectos éticos, tendo garantidos o sigilo da informação e o anonimato, tendo sido solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) antes do início das entrevistas.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), após submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil. A coleta de dados se iniciou após a aprovação pelo Comitê, cujo Parecer Favorável número 3.560.416 foi emitido em 06/09/2019 (ANEXO A).

7 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados separadamente a partir de cada entrevista, com vistas à apreensão da singularidade de cada situação, de maneira aprofundada. De forma a garantir o sigilo e a privacidade dos participantes, todos os nomes são fictícios.

Tabela 1 - Características dos participantes

Participante	Estado Civil	Idade	Perfil desejado	Situação	Filhos
Marcela	Solteira	42 anos	2 crianças até 8 anos	Habilitada para adoção há 1 ano e 3 meses	Não
Adriano	Solteiro	55 anos	1 criança ou adolescente até 14 anos	Habilitado para adoção há mais de 3 anos	Não
Daniel e Sara	Casados há 17 anos	48 anos 43 anos	2 meninas a partir de 10 anos	Estágio de convivência há 2 meses: Laura, 13 anos e Julia, 16 anos Irmãs biológicas	Guilherme, 13 anos e Fábio, 16 anos Irmãos biológicos Adotados 10 anos antes
Flávia e Ana	Casadas há 2 anos 6 meses	43 anos 39 anos	2 meninos entre 7 e 16 anos	Estágio de convivência há 6 meses: Breno, 13 anos e Bruno, 15 anos Irmãos biológicos	Não
Marcos e Vinicius	Casados há 5 anos	31 anos 39 anos	1 menino entre 4 e 9 anos	Habilitados para adoção há 1 ano e 4 meses	Gustavo, 12 anos Adotado 3 anos antes

Fonte: Tabela elaborada pela autora

7.1 Marcela

Configuração Familiar

Marcela tinha 42 anos, era solteira e não possuía filhos. Filha do meio de prole de três irmãs, era a única que ainda residia com os pais. Suas duas irmãs eram casadas, sendo que a mais velha possuía uma filha biológica já adulta, e a mais nova tinha feito uma adoção dentro da própria família, de uma criança de dez anos de idade, dois anos antes da entrevista, e estava grávida. Considerava sua família muito acolhedora.

Na ocasião da entrevista, Marcela estava habilitada junto à VIJ há um ano e três meses. Quando se habilitou, pretendia adotar uma criança entre dois e cinco anos de idade. Após oito meses de espera, ampliou seu perfil para aceitar até duas crianças com idade máxima de oito anos.

Marcela pretendia permanecer morando com os pais após a chegada do filho adotivo, motivo pelo qual considerava necessário ponderar o desejo e preparo para adoção, também por parte de seus pais, colocando-os como participantes ativos de seu projeto adotivo, inclusive com relação à expectativa de compartilhamento dos cuidados parentais.

Motivadores para a adoção

Marcela se referia à adoção como um sonho, uma forma de ser mãe sem ter a necessidade de gerar. Seu interesse pela adoção a levou a trabalhar em instituição de acolhimento logo após se formar em Pedagogia. Nesta época, conheceu a realidade destas crianças e costumava levar algumas delas para seu seio familiar, fazendo de sua casa uma extensão da instituição de acolhimento.

Posteriormente, estudou a temática da adoção na pós-graduação, permanecendo latente seu desejo de adotar, até que veio à tona quando finalizou o curso. Já havia atingido estabilidade profissional, e estava numa idade em que já não considerava ideal para a maternidade. Por não estar em nenhum relacionamento amoroso, e por não ter o desejo de gerar, recusou a sugestão de inseminação artificial aventada por sua médica.

Sua principal motivação para adotar era colocada como resultado de já existirem crianças necessitadas de famílias, que precisavam ser acolhidas por novos pais, valorizando a possibilidade de construir vínculos desvinculados da relação biológica:

E eu tenho aquela questão, são tantas crianças que tem no mundo [...] uma das motivações [...] é ver o universo que se tem de crianças, de crianças que estão aí, é, precisando de amor, precisando de carinho, precisando de cuidado, e também disponíveis pra dar esse amor, esse carinho, ... esse cuidado... e ... sem ter... esse vínculo... de ter nascido da barriga, né. E sim, poder nascer do coração, dos sentimentos.

Relatou ainda uma somatória de fatores em sua busca pela adoção, como a ausência do desejo de gerar uma criança, a compreensão de que não é necessário o vínculo biológico para estabelecer uma relação parento-filial e a intenção de acolher uma criança que já existe e necessita de uma família.

Motivações para a adoção de uma criança maior

Inicialmente, Marcela desejava uma criança pequena, pois tinha medo da história de vida que ela poderia carregar, e principalmente de como seus pais lidariam com isso. No entanto, quando passou a frequentar o GAA e a acompanhar a história de pessoas que adotaram crianças maiores, seu medo diminuiu. Na mesma ocasião, sua irmã adotou uma criança de dez anos, e observar a aceitação de sua família, especialmente de seus pais, a tranquilizou.

Apesar de oficialmente estar habilitada para adotar crianças de até oito anos de idade, sentia-se preparada para acolher crianças de até dez ou doze anos. Limitou a idade por considerar que era necessário incluir o desejo de seus pais nesta adoção, pois não sabia se eles estavam preparados para respeitar a história de vida de uma criança ainda maior, colocando-os como pessoas que iriam adotar com ela.

A ampliação do perfil da criança desejada se deu como um processo de amadurecimento, somado ao fato de que já tinha um conhecimento prévio da realidade das crianças que aguardavam uma família, devido a sua experiência profissional:

Aí eu comecei a participar dos grupos de apoio, e aí eu fui percebendo a questão da... da adoção tardia. Como que era essa relação, como que eram essas crianças... Eu já tinha uma noção ... da rejeição, em termos de adoção

delas, por conta do contato com o abrigo, né. E aí, em fevereiro desse ano, de 2019, eu alterei o meu perfil.

Sensibilizada com o que as pessoas diziam acerca das dificuldades na adoção de crianças maiores, Marcela precisou romper com a expectativa da família e de amigos para que tivesse um bebê ou uma criança pequena: *“Eu acabei mantendo esse perfil de 2 a 5 anos, eu acho que um pouco influenciada pelas pessoas [...], mas eu superei. Essa questão”*.

Expectativas pelo filho adotivo

Marcela tinha a expectativa de, através da adoção, também ser adotada pela criança, pois acreditava se tratar de uma relação na qual ambos os lados deveriam ser adotados, definindo seus sentimentos como um misto de medo e alegria. Em seu discurso, apresentou a expectativa de que seus próprios pais pudessem reconhecer as necessidades da criança e corresponder a elas, assim como respeitar sua história.

Como mãe de uma criança maior, acreditava que, num primeiro momento, sua principal tarefa seria acolher sua história de vida e superar os desafios que surgissem, os quais acreditava que seriam grandes. Tinha consciência de que qualquer filiação, adotiva ou biológica, de crianças de qualquer idade, traria dificuldades, e sentia-se preparada para lidar com elas, dando especial ênfase ao suporte recebido pelo GAA que frequentava. Marcela não só participava do grupo, como também contribuía na sua coordenação, como voluntária. Ainda que afirmasse se sentir preparada para os desafios, ao ser questionada sobre suas expectativas frente ao futuro filho, enfatizou os seus medos, especialmente aqueles ligados à história de vida pregressa da criança.

Sentimentos acerca da história de vida anterior da criança

Num nível consciente, Marcela sabia da importância de respeitar a história de vida anterior da criança, colocando como central sua necessidade de acolher esta história. No entanto, tinha receio de não saber como lidar com isso:

Eu acho que medo de como essa criança vem... se você vai dar conta de toda a necessidade dela... como lidar com essa questão da... da... da história... eu

acho que da família biológica, a vivência que ela teve... eu acho que esses medos, eu tenho muito.

Idealização do amor materno

Marcela apresentou discurso idealizado sobre o que é ser mãe, a maternidade e a adoção, e definiu que ser mãe é “*amar incondicionalmente*” um outro, seja uma criança, um jovem ou um adolescente, independente da ligação biológica. Muito embora compreendesse que existiriam peculiaridades na história de vida da criança que seria adotada e acreditasse na construção de vínculos pela afinidade, por vezes desvalorizava o laço biológico, conforme sua fala: “*não tem necessidade de eu colocar uma criança no mundo só pra falar que ela tem o meu sangue. E como diz o pessoal, até pernilongo tem o sangue da gente, né? E não é parente*”.

Lugar parental na adoção

Ao se imaginar no lugar de mãe de uma criança maior, Marcela fez referência à tranquilidade em lidar com questões escolares, devido a sua experiência profissional. Em seu discurso, constantemente apresentou a intenção de compartilhar os cuidados, e até mesmo transferi-los para seus próprios pais, não havendo clareza sobre o lugar que desejava vir a ocupar perante a criança. Apresentou preocupação com a capacidade de seus pais perceberem as necessidades da criança, e tentou ajustar o perfil aceito não ao seu próprio desejo, mas ao que acreditava ser o desejo de seus pais:

Eu acho que é um receio mais de como essa criança vai chegar, se as pessoas vão perceber, principalmente meu pai e minha mãe, vão perceber a necessidade dessa criança, por ela ser maior, né. Porque uma criança maior, ela vai demandar... ela já fala, ela já questiona, ela já tem todas essas questões né? E ela vem com uma história de vida... em que a gente deve respeitar. Então eu não sei se eles estão preparados pra isso.

Nas expectativas e receios apresentados por Marcela, existia uma certa mistura de papéis e de responsabilidades parentais, que refletiam na própria definição do lugar parental que poderia vir a ocupar. Após ter procurado a VIJ para dar início ao processo de habilitação à

adoção, seus pais foram se apegando a esta ideia, o que a fez desistir de mudar de casa e ir morar sozinha com a criança, para formar seu próprio núcleo familiar independente:

A gente tem uma casa grande, então ficou toda aquela questão, não tem necessidade [de sair de casa], não tem necessidade... e eles foram se apegando a essa questão da adoção... e eu falei então não dá pra sair.

A minha mãe é uma ansiedade, hoje mesmo ela tava aqui ela falou “ah, acho que aqui cabe o ... se for bebê, cabe o berço, se não, se for maior, cabe a cama”. Eu falei: “mãe, tem outro quarto lá”. Daqui a pouco ela vai querer colocar no quarto dela (risos).

Motivações inconscientes

Para além dos aspectos explicitamente apresentados por Marcela como motivadores para a adoção, existia a expectativa de corresponder ao desejo de seus pais e, num nível inconsciente, entregar a eles uma criança, que pudesse ser adotada por eles. Marcela parecia se identificar com a criança rejeitada - sendo este aspecto, o da rejeição, o mais presente em seu discurso quando se referia ao conhecimento acerca da realidade de crianças maiores institucionalizadas. É possível que, ao vivenciar o acolhimento e a aceitação de uma criança maior por seus pais, pudesse elaborar aspectos de sua própria história que lhe traziam conflito. Na medida em que o desejo de parentalizar não se apresentou de forma clara no discurso de Marcela, talvez encoberto pelo medo da história de vida e das vivências anteriores da criança, é possível que motivações inconscientes outras sustentassem seu projeto adotivo.

Através de chistes e atos falhos, evidenciou o quanto os papéis em sua família se confundiam e se sobrepunham, e até mesmo a crença de que o desejo de um pudesse ser realizado por outro. A própria motivação para a adoção era colocada indiferenciadamente como algo existente em si e também na irmã: “[a adoção] era uma motivação que eu tinha, e a minha irmã ... mais nova também”.

A princípio, quando eu decidi a questão da adoção [...] eu queria pelo menos uma casa, porque aí eu acho que é o meu espaço, e o espaço da criança. Mas aí minha irmã, minha mãe [ato falho] teve um AVC há 3 anos atrás, e eles criaram uma dependência de mim muito grande.

Acreditava que os pais desejavam a adoção de uma criança pois não havia mais nenhuma em sua família. Marcela repetia constantemente seu medo de não conseguir perceber as necessidades da criança, e a expectativa de que seus próprios pais pudessem fazê-lo, colocando em questão a quem caberia o exercício da parentalidade neste núcleo familiar. É possível que, identificada com a criança rejeitada, por meio da adoção de uma criança maior por seus próprios pais, pudesse sentir-se adotada por eles.

7.2 Adriano

Configuração Familiar

Adriano tinha 55 anos, era solteiro e morava sozinho. Trabalhava há vinte anos numa escola destinada a famílias com alto poder aquisitivo. Dedicado à carreira e ao desenvolvimento profissional, considerava ter feito escolhas que não privilegiaram a constituição de família, não tendo tido filhos biológicos, apesar de sempre ter tido esta vontade.

Sua mãe era idosa e residia em outra cidade, onde costumava passar os finais de semana. Possuía irmãos bem mais velhos, que já tinham filhos. Tinha um número considerável de sobrinhos e sobrinhos-netos, com quem se relacionava bem. A partir do vínculo com os sobrinhos, imaginava que gostaria de desenvolver uma relação parental com alguém.

Na ocasião da entrevista, Adriano estava habilitado para adoção junto à VIJ há mais de três anos. Apesar de desde o início querer adotar uma criança maior ou um adolescente, acreditava que havia sido influenciado pela equipe técnica da VIJ a selecionar uma criança pequena, devido a possíveis dificuldades na adaptação de uma criança maior, tendo inicialmente definido seu perfil para uma criança entre 4 e 6 anos de idade. Passados três anos, durante a renovação da habilitação à adoção, mediante nova avaliação prevista em Lei para permanência no cadastro de adotantes (BRASIL, 2017), ampliou seu perfil para aceitar uma criança ou adolescente, de até 14 anos de idade.

Após a ampliação da idade da criança ou adolescente pretendido, passou a receber ligações de diferentes Fóruns imediatamente, tendo conhecido a história de alguns adolescentes disponíveis para serem adotados. No entanto, não quis conhecê-los devido à história de vida deles, e ainda não havia iniciado aproximação com ninguém. No momento da entrevista,

Adriano estava questionando seu preparo para a adoção, frente aos conflitos surgidos no contato com a história real de diferentes adolescentes acolhidos que aguardavam uma família.

Motivadores para a adoção

A busca de Adriano pela adoção se baseava na falta de ter uma pessoa para cuidar e com quem pudesse aprender junto: *“sempre senti essa falta de, de, de... de ter uma criança, não uma criança, mas um, uma pessoa né, comigo, assim... que eu cuidasse, que, que a gente aprendesse junto”*.

Sempre se imaginou tendo filhos, e ao ultrapassar os cinquenta anos de idade sem estar em nenhum relacionamento, buscou a adoção, considerando que já havia passado o momento em que poderia ter um filho biológico.

Adriano acreditava que o contato com alguns adolescentes órfãos, muitos anos atrás, no ambiente de trabalho, fizeram sua vontade de ter filhos se acentuar, especialmente porque eles vieram a desenvolver uma relação próxima, a partir da qual ele passou a considerar que poderia ser um bom pai.

Motivações para a adoção de crianças maiores e adolescentes

Adriano pretendia adotar uma criança maior ou um adolescente pois considerava que teria dificuldade em cuidar de uma criança pequena ou de um bebê, especialmente porque morava sozinho e não tinha ninguém para compartilhar os cuidados. Achou especialmente difícil definir uma faixa etária exata durante o processo de habilitação à adoção junto à VIJ, tendo a única certeza de que não tinha o desejo de ofertar cuidados a uma criança muito pequena.

Se interessava pela relação que podia ser estabelecida com uma criança maior, por ela já ter o pensamento e a capacidade de discussão mais desenvolvidos, e acreditava que seria mais fácil administrar uma casa com um jovem do que com uma criança pequena. Outro fator apresentado para a escolha de uma criança maior foi sua idade pois, em suas palavras, não gostaria de ser avô do próprio filho.

Passados três anos sem ter conseguido adotar uma criança, Adriano entrou em contato com a campanha Adote um Boa Noite, e passou a considerar que seria interessante adotar um jovem com mais idade, o que, no entanto, ainda não tinha se concretizado até aquele momento.

Logica mercadológica na adoção

Apesar de ter apresentado a Campanha Adote um Boa Noite como um dos fatores para ter ampliado seu perfil de criança pretendida, Adriano apresentou críticas e incômodo frente à exposição da imagem de crianças e adolescentes, da forma como era feita, pois lhe remetia a uma relação comercial: “[...] pra mim fica uma coisa, com um ar de... com uma cara mercadológica”.

No entanto, esta mesma lógica criticada se manifestou em seu discurso, ao discorrer sobre um grupo de dois irmãos, de 11 e 15 anos de idade, pelo qual se interessou ao acessar o site do Adote um Boa Noite, há mais de seis meses. Sentia-se ligado a eles, tendo se interessado pela descrição de um deles de que desejava ser advogado, em contraste ao irmão, que queria ser jogador de futebol; porém permaneceu inerte, numa certa paralisia frente à iminência do início de uma relação parental:

um deles, isso eu achei muito legal, porque foi o primeiro que eu vi, que falou: “eu quero ser advogado”. Né, e não: “eu quero ser jogador de futebol”, né (risos). O irmão quer ser jogador de futebol, mas isso é óbvio que é... isso muda. Mas... ou não muda, mas tudo bem. É... mas eu achei interessante né, puxa vida, por que que ele quer ser advogado? Qual a história que está por trás disso, que faz ele querer ser advogado? Isso me, me... me atçou, né.

Além de não ter manifestado interesse concretamente neste grupo de irmãos, Adriano colocava seu desejo como norteador do que considerava justo, em contraposição à necessidade de crianças e adolescentes que aguardavam uma família. Neste sentido, considerava que deveria ter prioridade na adoção destes irmãos, por tê-los visto antes do que outros possíveis interessados.

Expectativa pelo filho adotivo: idealizações

Adriano tinha a expectativa de se tornar pai de um jovem questionador, à semelhança da maneira como seus sobrinhos e outras pessoas de sua família se desenvolveram. Se mantinha ligado a um ideal de juventude, correspondente a pessoas de seu convívio familiar e social, e se referia à relação com o filho adotivo como uma troca:

eu vejo muito as, as... crianças, os jovens na minha família, então a expectativa é a mesma né [...] de aprendizado mútuo né, e, e, e... de, de, de.... não só de aprendizado, mas de apoio mútuo né, eu diria isso, mas ... lembrando que a relação é pai e filho.

Entretanto, desconhecia a realidade de crianças e adolescentes institucionalizados, seu contexto social e frequente histórico de violências. Em seu imaginário, acreditava que se tratava de crianças órfãs, desconsiderando a existência de pais biológicos, possíveis histórias traumáticas e suas consequências. Surpreendeu-se quando, pouco tempo antes da entrevista, descobriu que a maioria dos jovens acolhidos possuem famílias biológicas e pais vivos.

Ter sido chamado para conhecer crianças e adolescentes disponíveis para serem adotadas o colocou em contato com uma realidade até então desconhecida, a qual contrastou com suas expectativas e o fez repensar seu preparo para a adoção. Imaginava que a relação parental se colocaria naturalmente com a chegada do filho: “*vai chegar e vai ser meu filho e vai morar comigo e vai pra escola e a gente vai ver quais são os interesses dele e aí vamos, né, ver...*”, desconsiderando o processo de construção dos vínculos de filiação, no contexto específico da adoção: “*... mas não imaginava ah... que podia ter um sofrimento ali né, de de... de... e que você ia ter que lidar com esse sofrimento né [...] essa realidade não tinha chegado em mim*”.

Adriano reconhecia que faltavam informações acerca desta realidade, até mesmo devido a sua recusa em participar do GAA ou outro espaço que pudesse lhe proporcionar suporte, possivelmente numa tentativa de manter sua idealização. A realidade apresentada contrastava não só com suas expectativas idealizadas a respeito do filho adotivo, mas também com os trâmites processuais: “*você vai pra, pra... pra, eu pelo menos né, fui pra adoção, sem pensar em algumas coisas, né [...] então a criança vai ser aqui perto, vai ser tudo muito rápido, muito fácil, e não é nada disso, né*”.

Sentimentos acerca da história de vida anterior da criança e do adolescente

Adriano sabia da existência de uma vida anterior da criança ou do adolescente que precisaria ser considerada e não poderia ser apagada:

Quando eu pensei sobre isso, o que eu imagino é que ela teve uma vida, e é uma vida que não vai ser apagada, então que a gente tem que conviver e viver com essa vida, né. Trazer essa vida pra vida nova. Como fazer isso eu não sei ainda. Mas... eu sei que tem essa vida.

Na medida em que entrou em contato com a realidade destas histórias, percebeu sua limitação em lidar com isso, o que refletiu até mesmo em mais de uma recusa para iniciar a aproximação, por receio de não saber como lidar com o passado da criança ou do adolescente.

Luto pelo filho biológico / idealizado

O participante gostaria de ter tido um filho biológico, e lamentou o fato de ter feito escolhas que o levaram em outra direção. Em sua busca pela adoção, equiparava a filiação adotiva à biológica, desconsiderava a necessidade de preparação para pais adotivos e, talvez de maneira inconsciente, considerava como verdadeira apenas a filiação biológica:

quando você tem um filho... filho mesmo né, não adotado, [...] você não faz uma preparação, acho, quando você vai ter um filho. Então por que você vai fazer uma preparação quando você vai ter um filho que é adotado?

O confronto de suas idealizações com a realidade lhe trouxe desconforto, que foi expresso como sensação de massacre ao preencher o perfil de filho pretendido na VIJ. A realidade imposta, relacionada a filhos de pais drogadictos, crianças e adolescentes vitimizados e até mesmo medicados por questões psiquiátricas revelou o distanciamento entre sua idealização da adoção e a necessidade dessas crianças e adolescentes. Nos contatos realizados pelos Fóruns, não foram jovens questionadores que foram apresentados, conforme sua expectativa, e sim adolescentes com histórico de violências, agressividade, necessidade de uso de medicação psiquiátrica e ligação afetiva com a família biológica, por vezes inserida em atos ilícitos.

Lugar parental na adoção

Adriano estava vivenciando um momento de reflexão acerca de seu preparo para a adoção, apresentando hesitações ao longo da entrevista a respeito do tipo de relação que poderia desenvolver com o filho. Explicitamente, fazia referência a uma relação entre pai e filho, no entanto, nas entrelinhas do que era revelado pelo inconsciente, apontava a ausência de um lugar parental imaginado junto ao filho adotivo.

À pergunta sobre como se via no lugar de pai de uma criança mais velha, respondeu: *“Olha, é assim, é uma coisa engraçada, eu não me vejo [ato falho] ... eu me vejo muito bem, por sinal”*.

Depois de mais de três anos de espera pelo filho adotivo, Adriano não chegou a conhecer nenhuma das crianças e adolescentes a ele apresentados, dentro do perfil por ele selecionado, tampouco buscou maiores informações do grupo de irmãos pelo qual se interessou, aproximadamente seis meses antes, através da campanha Adote um Boa Noite.

Motivações inconscientes

Adriano equiparava a filiação biológica à adotiva, ao mesmo tempo em que, inconscientemente, acreditava que a única filiação verdadeira seria aquela permeada por laços biológicos. Neste sentido, sua busca pela adoção parecia revelar motivações outras, que não o desejo de parentalizar, e parecia estar em função da busca de uma companhia, e até o compartilhamento da vida. Também não demonstrava a disposição para inscrição do filho numa cadeia geracional, relacionando a adoção mais como o estabelecimento de uma relação horizontal do que com a criação de vínculos que pudessem transmitir aspectos de uma geração a outra.

7.3 Daniel e Sara

História do casal Daniel e Sara

Daniel, 48 anos e Sara, 43, eram casados há dezessete anos. Primeiro casamento de ambos, não tiveram filhos biológicos devido à infertilidade de Daniel. Após sete anos de casados, decidiram adotar, tendo sido habilitados pela VIJ para adoção de duas crianças, com até quatro anos de idade. Apesar do perfil, receberam como filhos dois meninos (irmãos

biológicos) de três e seis anos. Dez anos depois, voltaram a pleitear mais duas adoções, tendo definido o perfil pretendido para duas meninas, a partir de dez anos de idade, e logo receberam duas irmãs biológicas com treze e dezesseis anos - a mesma idade em que seus primeiros filhos adotivos se encontravam. Na data da entrevista, o casal estava com a guarda provisória para fins de adoção das duas irmãs há dois meses, quando se iniciou o estágio de convivência.

Como se tratou de um novo pleito de adoção, o casal realizou nova inscrição no Fórum, tendo se passado apenas algumas semanas entre a sentença de habilitação à adoção e o início da aproximação com as adolescentes. O convite ao casal para participação na pesquisa se deu em decorrência do pleito pela adoção mais recente.

Motivadores para a adoção

A primeira adoção do casal foi motivada pela infertilidade de Daniel, somada ao desejo de adotar de Sara. Para a segunda adoção, o casal vivenciava outro momento de vida e considerava que o desejo de adoção deveria contemplar todos os membros da família, incluindo-se os filhos, que constantemente diziam querer irmãos.

A experiência da primeira adoção amenizou os medos relacionados ao novo pleito adotivo. Ao todo, passaram-se dez anos entre uma adoção e outra, período em que puderam pensar e amadurecer o projeto adotivo. Consideravam que tomaram uma decisão mais consciente e tranquila, comparativamente à primeira adoção.

Motivações para a adoção de crianças maiores ou adolescentes

A abertura para a aceitação de crianças maiores e adolescentes estava mais presente em Sara, sendo que a decisão acerca da idade dos filhos que o casal desejava adotar se deu a partir de diálogos a respeito da intenção de cada um, num processo de amadurecimento para chegarem a um ponto comum que pudesse contemplar o desejo de ambos. O casal considerava que, devido à idade, não possuíam mais disposição para cuidar de uma criança pequena. Ao projetarem o futuro, caso adotassem uma criança mais nova, perceberam que precisariam lidar com as demandas da adolescência dos filhos quando já tivessem em torno de 60 anos de idade, ideia que não os agradava.

Além disso, não sentiam necessidade de ter um bebê e acreditavam que a criança adotada mais nova poderia apresentar mais dificuldades e maior demanda por afeto, devido ao rompimento precoce com a mãe biológica. Este entendimento decorria da experiência da primeira adoção realizada, uma vez que o filho mais novo, à época da adoção com três anos de idade, apresentava uma demanda de afeto muito maior do que o irmão mais velho. Atribuíam essa situação ao fato de ele ter sido retirado da companhia materna quando ainda era bebê, ao contrário do irmão mais velho que, para eles, teve tempo de elaborar o rompimento com a genitora antes de ser adotado.

Daniel e Sara entendiam que mesmo o bebê tem uma vivência anterior à chegada na família adotiva, que pode se apresentar como angústia, na relação com os pais adotivos, em decorrência do que foi vivido na gestação. Não sentiam necessidade de acompanhar os desenvolvimentos característicos da primeira infância, como o primeiro passo ou a primeira palavra. Além disso, o empenho necessário para acompanhar a vida escolar dos primeiros filhos os desmotivou a acolher uma criança que ainda não soubesse ler e escrever, atribuindo especial relevância à praticidade de cuidar de uma criança maior, que já sabe falar e expressar o que sente. Para eles, a autonomia da criança maior ou do adolescente permitiria que seguissem com muitas de suas atividades diárias, o que não seria possível caso adotassem um bebê.

A escolha por crianças maiores dependeu de um processo de aceitação por parte de Daniel que, à princípio, imaginava acolher uma criança entre sete e oito anos de idade. Sua flexibilização no perfil aceito decorreu do diálogo com a esposa, que já apresentava disponibilidade para adotar crianças ainda maiores, e da participação no GAA.

Sara e Daniel falaram da escolha do perfil de filho aceito como um processo de amadurecimento, no qual foi necessário cada um ponderar sobre a aceitação, individualmente, do que era desejado pelo outro, para depois chegar a uma composição. Ao longo deste processo, Daniel se disponibilizou a acolher crianças maiores do que pensava num primeiro momento, e Sara aceitou que fossem meninas para contemplar o desejo do marido de filhas. O fato de terem passado pela adolescência dos filhos os ensinou a lidar com questões características desta fase de desenvolvimento e foi apresentado como um fator importante na aceitação de adolescentes.

Expectativas e Realidade

Durante a espera pela chegada das filhas, o casal tinha muitos medos, em especial quanto à adaptação das adolescentes e receio de “*não dar conta*” das demandas de quatro filhos, pois já tinham dois. Sara contou ter “*surtado*” uma semana antes delas chegarem em casa, depois de já terem começado a se conhecer através de visita na instituição de acolhimento e contato por videochamadas e mensagens. Sentiu-se muito insegura, e seu maior medo era que elas não quisessem permanecer com eles. O tempo estabelecido em Lei para o estágio de convivência (três meses, prorrogável por igual período) os incomodava, pois sabiam que em apenas três meses não teriam tempo suficiente para conhecê-las verdadeiramente, e caso elas não desejassem permanecer com eles, iriam perder tudo o que tinham no local de moradia anterior (as adolescentes eram provenientes de outro estado):

Elas perderam tudo pra vir pra gente. Nós não. [...] Elas perderam os amigos da escola, elas perderam o único lugar que elas viveram, que elas têm lembrança na vida, elas perderam toda a lembrança... toda a lembrança não, mas elas perderam a chance de... conviver com a família biológica que até pouco tempo, bem pouco tempo atrás, elas mantinham vínculo (Sara).

No “*surto*” de Sara pairava o medo de não ser mãe das adolescentes pois, devido à idade, tinham a lembrança real da mãe e do pai biológicos. Frente à instabilidade e insegurança da esposa, Daniel sugeriu que eles desistissem de acolher as meninas, porém, mesmo angustiada, Sara foi adiante:

[...] ele ainda virou pra mim e falou assim “vamos desistir?”. Eu falei, cê tá louco? Foi surtado mesmo assim, porque ele, “não, cê tá meio assim, então vamos deixar pra lá então né, não vamos trazer, cê tá com esse medo todo”. Cê tá louco? Como assim vamos deixar pra lá? É minha filha, como é que eu deixo? (Sara)

Para Daniel, seu medo era que a chegada das filhas trouxesse uma enorme mudança na rotina da família, o que não aconteceu, em seu entendimento. Ao longo da entrevista, Daniel enfatizou os aspectos de dificuldade no estabelecimento da relação com as adolescentes, pelo fato de já terem opiniões formadas, e Sara pontuou a compreensão de que esta fase de desenvolvimento traria complexidade devido ao ressurgimento de questões da infância. Neste sentido, Sara apresentou maior consciência das dificuldades de relacionamento que poderiam advir do contato com as adolescentes, não tendo criado expectativas de que elas fossem perfeitas, ponderando que todas as famílias possuem dificuldades.

Sentimentos acerca da história de vida anterior da criança e do adolescente

O casal considerava que o longo período de institucionalização das adolescentes foi motivo para a existência de muitos traumas. Relacionavam a rotatividade de profissionais da instituição de acolhimento com a impossibilidade de terem formado uma “*identidade homogênea*”, apresentando a metáfora de um único tronco de árvore, com muitas raízes. Acreditavam que a forte presença de sentimentos de impotência e incapacidade nas meninas era decorrente das vivências anteriores.

Consideravam que elas não tiveram muita convivência em família devido à longa institucionalização, no entanto, respeitavam o lugar dos pais biológicos na vida das adolescentes, com quem elas mantiveram contato até pouco tempo antes do início do estágio de convivência. Sara demonstrou especial preocupação em considerar que a mãe biológica seria sempre importante para seus filhos adotivos, num indicativo de respeito à história pregressa.

Luto pelo filho biológico e Infertilidade

No início do casamento, Sara logo propôs a adoção ao marido, pois era uma intenção que tinha desde antes de conhecê-lo. Daniel aceitou, porém colocou como condição terem um filho biológico antes. Sara não desejava muito maternar um bebê, porém desejava passar pela experiência da gestação e amamentar, tendo, por um tempo aproximado de oito meses, desejado muito engravidar, período em que sofria a cada mês que constatava não ter se efetivado. Posteriormente, após ter feito terapia, compreendeu que, na realidade, seu desejo de engravidar era uma forma de poder adotar depois, devido à condição estabelecida pelo marido.

Para Sara, era importante descobrir a causa da impossibilidade de engravidar, tendo assumido postura mais ativa do que Daniel:

[...] eu queria muito ser mãe, e aí, no meu pensamento, nossa, se for alguma coisa comigo, eu sei que vou fazer algum tratamento [...] mas se for com ele, eu não quero na primeira discussão virar e falar: “eu não tenho filho porque você não me deu” ... aí [...] eu comecei a atormentar ele pra que a gente fosse fazer exames [...] e ali a gente já identificou ... a causa ... e aí foi um outro luto. Pra ele (Sara).

Ao contrário de Sara, Daniel nunca havia pensado na adoção, se referindo à impossibilidade de ter filhos biológicos como uma infelicidade. Mesmo tendo realizado a primeira adoção, o luto pela infertilidade ainda se fazia presente, tendo sido difícil aceitar sua condição. Em suas palavras, “[foi] difícil a aceitação, né, porque pro homem é mais complicado, ele se sente... menor né. Menos homem nessa situação. Por conta até da própria criação da sociedade, né. Então foi um momento difícil” (Daniel). Ao longo de quase quinze anos - mesmo muito tempo depois de ter realizado a primeira adoção -, Daniel não conseguia falar a respeito de sua infertilidade, o que apenas foi explicitado por Sara: “*Nós casamos há dezessete anos, e ele começou a falar sobre isso [infertilidade] há uns três [anos] atrás [Daniel apenas acena positivamente com a cabeça]*”. A este respeito, ao longo de toda a entrevista, o casal não utilizou a palavra “infertilidade” nenhuma vez, fazendo supressões nas falas para se referir a esta condição. Nas ocasiões em que Sara fazia menção ao difícil luto de Daniel pela infertilidade, ele rapidamente mudava de assunto, inserindo a temática da adoção.

Após descobrirem que não poderiam procriar biologicamente, Daniel permaneceu um ano sem propor alternativas para a parentalidade, tendo sido, de certa forma, pressionado por Sara a tomar uma decisão:

Ficamos mais uns seis meses... um ano acho que foi, até que um dia eu perdi um pouco a paciência, virei pra ele e falei: “Daniel, decide o que você quer. Você quer fazer tratamento, você quer... tentar de alguma forma” ... eu não queria fertilização in vitro mas se quisesse, a gente podia tentar também. Ou, se não quisesse o filho biológico, que a gente partisse pra adoção, já que era algo cogitado ... ou se não quisesse nada, falasse logo (Sara).

À princípio, Daniel tinha receio que seus filhos não se parecessem com ele, e ao frequentar o GAA, passou a aceitar melhor a adoção, porém ainda sem poder falar a respeito da impossibilidade de ter filhos biológicos.

Lugar parental na adoção

O casal via o lugar de pai e mãe adotivos como um processo de construção, a partir do contato diário. Por se tratar de adolescentes, relataram que precisavam ter especial atenção à forma como conversavam com elas. Sentiam-se “*pisando em ovos*” em algumas situações, o que também atribuíam ao fato de serem duas meninas.

Sara se colocava no lugar de quem deveria dar amparo e sustentação às angústias das filhas, principalmente porque ao mesmo tempo em que questões da infância ainda estavam muito presentes, já precisavam tomar decisões adultas, como por exemplo, qual curso iniciar na faculdade. Acolhia as angústias delas, e sentia que o fato de se tornar mãe de adolescentes aumentava sua responsabilidade parental. Tinha clareza da diferença do lugar ocupado por ela com relação à mãe biológica das meninas, a qual considerava ser, *também*, uma mãe, que teve uma história, necessidades e dificuldades, e que continuaria sendo sempre uma referência para as filhas.

Daniel pouco falou a este respeito, e teve pouca participação ao longo de toda a entrevista, não tendo sido possível identificar como se posicionava perante as adolescentes. Considerava o processo de se tornar pai de adolescentes difícil e desafiador, mas também divertido. Relatou que existiam mais aspectos bons do que ruins. Sua esposa definia a situação como um “*desafio divertido*”.

Momentos antes da realização da entrevista, Daniel avisou que a esposa já estava chegando ao local combinado, pois tinha ido buscar “*as filhas dela*” na escola. Durante a entrevista, no entanto, ficou esclarecido que ele se referia às adolescentes Laura e Julia, uma vez que nenhum dos dois possuía filhos provenientes de outro relacionamento.

Motivações inconscientes

Sara se mostrava desejante de filhas adolescentes, o que não aparecia tão claramente no discurso de Daniel, que se esquivava de falar acerca de sua infertilidade, e se mantinha muito mais em silêncio. O desejo de Daniel de parentalizar adolescentes não se evidenciava claramente em seu discurso, sendo possível que sua motivação para esta adoção estivesse relacionada a aspectos inconscientes, talvez ligados ao desejo de corresponder às expectativas da esposa.

Em pouco tempo de convivência com as adolescentes, Sara já se considerava numa relação entre mãe e filhas, o que ainda não aparecia no discurso de Daniel. Neste sentido, é possível que a infertilidade de Daniel, bem como a dificuldade na elaboração do luto pelo filho biológico, fosse vivenciada como uma ferida narcísica, trazendo limitações à sua capacidade de investir em novos objetos e, possivelmente, resultando numa maior dificuldade em assumir um lugar parental.

7.4 Flávia e Ana

História do casal Flávia e Ana

Flávia, 43 anos e Ana, 39, eram casadas há dois anos e meio, porém se conheciam há mais tempo. Flávia foi freira por dez anos, período no qual relacionava-se com Ana como “irmã Flávia”. Reencontraram-se dez anos depois que Flávia abandonou o celibato, e logo iniciaram relacionamento amoroso. Ambas cuidavam de crianças e adolescentes institucionalizados, sendo que chegaram a trabalhar juntas por certo período, quando conheceram os dois adolescentes cuja adoção vieram a pleitear posteriormente.

Nenhuma das duas possuía filhos, biológicos ou adotivos e, na ocasião da entrevista, haviam iniciado estágio de convivência com Breno, 13 anos e Bruno, 15, há seis meses. Muito embora tenham se habilitado à adoção dentro dos moldes legais, a condição jurídica de adotabilidade dos dois adolescentes foi definida durante o processo de habilitação à adoção delas, no qual se disponibilizavam a adotar até dois meninos entre 7 e 16 anos de idade, perfil no qual eles se encaixavam. Frente à relação já estabelecida, devido ao trabalho na instituição de acolhimento, passaram a pleitear especificamente a adoção deles.

O período entre o início do namoro, coabitação, casamento e convivência com os adolescentes com vistas à adoção foi curto, tendo tudo ocorrido de maneira rápida e concomitante: “*E foi muito intenso, nosso... nosso... foi tudo muito rápido. Tudo. É incrível. Começou, logo já foi morar junto, entendeu e não sei o quê, já apareceu os meninos, e é... eu ainda não respirei não (risos)*” (Ana).

Motivadores para a adoção

O casal apresentava sua motivação para a adoção como consequência de um conjunto de fatores. O estabelecimento do relacionamento amoroso levou ao desejo de ter filhos, inicialmente através da inseminação artificial. Frente à possibilidade de terem gestação de gêmeos, devido à alta incidência de gestação múltipla na fertilização *in vitro*, repensaram esta possibilidade, pois não desejavam as alterações na rotina, como noites sem dormir, para corresponder às necessidades de dois recém-nascidos.

Flávia possuía maior abertura para a adoção devido ao seu histórico familiar. Para sua família, a adoção era algo importante, sendo que tanto sua avó como sua mãe realizaram adoções, reconhecendo em si também o desejo de adotar. Tal desejo se fortaleceu quando começou a namorar Ana que, pelo contrário, considerava a adoção algo místico. Ana tinha receio de vir a ter problemas futuros com filhos adotivos, e apenas aceitou iniciar o processo de habilitação à adoção porque a esposa desejava muito. Para Ana, seu desejo de adoção surgiu especificamente no contato com os dois adolescentes, pois acompanhava a história deles enquanto cuidadora na instituição de acolhimento, sendo que eles chegaram a pedir que elas os adotassem.

O cuidado, enquanto profissionais, que o casal oferecia aos adolescentes iniciou um vínculo que se desenvolveu para além da instituição de acolhimento, dada a afinidade existente. Os irmãos eram considerados, pelo casal, diferentes da maioria das outras crianças e adolescentes institucionalizados, sendo que a história de vida deles as sensibilizou.

Flávia e Ana acreditavam que a busca pela adoção devia se sustentar no desejo de formar uma família, sem a expectativa de receber algo em troca, como gratidão, e combatiam motivações caritativas neste campo.

Motivações para a adoção de crianças maiores e adolescentes

Flávia sempre pretendeu adotar crianças maiores, a partir de sete anos de idade, pois tinha dificuldade em lidar com crianças pequenas, ao contrário das mais velhas que já possuíam maior autonomia e sabiam conversar. Ana, por outro lado, apresentava maior abertura para os cuidados de crianças pequenas, tendo exercido, em certo sentido, a maternagem com uma sobrinha que ajudou a criar, nomeando-se como “*mãe-tia*”. Ainda que de forma reticente ao longo da entrevista, considerava ter saciado esta vontade, afirmando que, naquele momento de sua vida, não tinha mais disposição para cuidar de uma criança pequena.

Ambas tinham experiência profissional com adolescentes institucionalizados e gostavam desta fase de desenvolvimento. Possuíam facilidade em estabelecer diálogo e tranquilidade para lidar com questões da adolescência, como conversar sobre sexo e drogas, e identificar as necessidades e as faltas afetivas, bem como o desejo de supri-las.

Despidas de motivações caritativas, acreditavam que a adoção é um ato de doação por parte de quem adota, não sendo possível esperar nada em troca:

as pessoas deveriam perder esse... essa ideia de... eu estou ali pra ajudar alguém. Não. Que ainda existe muito isso, ah, eu vou ajudar. Eu vou criar, então eles são obrigados a... a me respeitar, a ... a ter gratidão. As pessoas têm que estar abertas a ... a se doar. Enfim... Não esperar algo em troca né (Flávia).

Expectativas e Realidade

Vivenciar a aproximação com os adolescentes foi muito diferente do que imaginavam, pois por mais que dominassem o plano teórico, devido à experiência na instituição de acolhimento, o que incluía orientação aos pretendentes, na prática viveram o que nomearam como um “*choque de realidade*”, especialmente devido às diferenças culturais.

No cotidiano, existiram conflitos referentes à higiene, vida em família e objetivos pessoais, pois o casal possuía entendimentos diferentes dos adolescentes, os quais estavam se habituando aos valores colocados pelo casal, como importância do estudo e colaboração entre os membros da família.

Estavam, na época da entrevista, vivenciando junto aos adolescentes a regressão a fases de desenvolvimento anteriores, especialmente com relação ao mais novo. Os irmãos pediam constantemente colo e desejavam permanecer junto delas o tempo todo, o que elas não consideravam comportamento típico da adolescência.

Por mais que tivessem vivência com os adolescentes na instituição de acolhimento, quando passaram a ocupar os lugares parentais, perceberam aspectos não observados anteriormente, como defasagens estruturais no aprendizado, bem como o fato de receberem demandas inesperadas de solicitação de colo e comportamentos regredidos, como se fossem bebês.

Flávia e Ana reconheciam que a ausência de figuras afetivas para vivenciar cuidados primários os levaram a necessitar de contato corporal e um tipo de atenção característico de crianças mais novas, o que não esperavam no contato com adolescentes. Neste sentido, apesar de terem optado por adotar crianças maiores devido à autonomia e certa maturidade apresentada, perceberam a necessidade de também ofertar cuidados característicos de crianças mais novas, acompanhando a regressão no desenvolvimento para que pudessem vivenciar algumas etapas da vida e amadurecer.

Sentimentos acerca da história de vida anterior da criança e do adolescente

Na singularidade desta situação, por terem sido as figuras de referência de cuidado dos adolescentes na instituição de acolhimento, Ana e Flávia não tiveram que lidar apenas com a representação da família de origem dos adolescentes, mas também com a família real, que já conheciam e com quem lidavam. Flávia apresentou maior dificuldade com esta questão, pois achava difícil aceitar que, frente ao sofrimento vivido junto à família de origem, eles ainda quisessem manter a vinculação com os familiares. No entanto, sempre se esforçou para não demonstrar este incômodo, tentando trabalhar em si suas próprias dificuldades e a aceitação. Ana, por sua vez, tinha maior clareza que, independentemente de qual fosse a história de vida de cada pessoa, a família de origem é sua “*raiz*”, para a qual pode haver o desejo de retornar.

Ambas enfatizavam que a decisão de permanecer com elas ou retornar para a família de origem era dos adolescentes, ainda que pudessem sofrer com a possibilidade de perdê-los. Compreendiam que existia uma longa história de vida dos adolescentes, anteriores à formação do novo núcleo familiar, e que eles eram livres para decidir o que quisessem.

Uma peculiaridade deste caso era o fato de a mãe biológica dos adolescentes ter falecido após o início da convivência com o casal, sendo que eles foram levados ao velório pelas pretendentes, por orientação da equipe técnica da VIJ. Para o casal, a morte concreta da genitora permitiu aos adolescentes se vincularem mais fortemente a elas, conforme explicitado na fala de Flávia, ao reconhecer que a morte da mãe biológica a tranquilizou, em certo sentido, devido à forma como a relação entre eles se desenvolveu, não existindo mais medo de perdê-los para a família de origem:

Hoje eu me sinto mais tranquila. Eu tinha uma dificuldade em lidar com essa história do passado deles... que eu sempre falei, eu preciso trabalhar isso em mim, hoje não. Hoje com, com o falecimento da mãe, é, e com tudo o que aconteceu, com, como nós estamos hoje... hoje eu estou ... tranquila. Se porventura esse pai aparecer, eles quiserem contato... eu vou lidar melhor. Porque hoje eu tenho, assim, não digo segurança, mas eu tenho clareza de como que está essa relação entre nós quatro (Flávia).

Luto pelo filho biológico / gestação

O luto pelo filho biológico se apresentava de maneira diferente em cada membro do casal. O desejo de gerar nunca esteve presente em Flávia, que nunca se imaginou tendo um filho. Por este motivo, demonstrava que nem mesmo precisou elaborar este luto, uma vez que não era um desejo seu. O fato de terem pensado na inseminação artificial quando iniciaram o

diálogo a respeito de filhos era proveniente do desejo de gerar de Ana, presente até aquele momento.

O exercício parental perante os adolescentes fez com que este desejo de Ana se amenizasse, porém não deixou de existir. Em seu discurso, Ana apresentava a intenção de realizar seu desejo de gerar um filho proveniente do óvulo da esposa, através da fertilização *in vitro*, o que justificava pelo desejo de ter mais filhos, desta vez proveniente da relação, independente da adoção. Ana chegou a equiparar o relacionamento delas ao que seria possível entre pessoas de sexos diferentes, para referir-se à possibilidade de se abrirem ao inusitado e tentarem engravidar, à semelhança do que poderia acontecer com um casal formado por um homem e uma mulher: “*Mas é o que eu falo, se nós fossemos um casal hetero, né, homem e mulher, se viesse [um filho], que que você ia fazer?*” (Ana). Flávia, no entanto, não compartilhava do desejo da esposa e não queria levá-lo adiante, fazendo com que o casal se encontrasse perante um impasse. Ambas relataram que vinham conversando em busca de uma resolução.

Lugar parental na adoção

O casal assumia de modo claro o lugar parental perante os adolescentes. Dialogavam entre si e compartilhavam as responsabilidades parentais, dentro dos limites e possibilidades de cada uma. Quando uma estava cansada ou não conseguia lidar com determinada situação, recebia o auxílio da outra para seguirem com o necessário em relação aos adolescentes.

No início, tiveram dificuldade com o fato de serem um casal homoparental de mulheres, pois o mais velho dos irmãos declarava que, a partir da constituição da nova família, passaria a ocupar o lugar de homem da casa, o que desde o início foi impedido por elas, que se alinhavam para colocá-los nos lugares de filhos:

Nós passamos períodos no qual eles se achavam... “ah, nessa casa não tem homem”, então principalmente o mais velho, “eu sou o homem da casa”, eu falava: “Não. Essa casa tem duas mulheres. Você é o filho dessa casa. Não tem homem aqui” [...] E ele queria o meu lugar. Ele falou: “Eu quero o seu lugar”. Eu falei: “Não, o meu lugar você não vai ter, você tem o seu, de filho” (Flávia).

E... ele cismou que ela era muito grossa comigo nessa época [...] e ele chegou e falou: “Não, eu vou cuidar de você, porque ela não vai ser mais grossa com

você. Porque agora eu sou o homem da casa”. Eu falei: Como é que é?” (risos). Eu falei... eu falei: “O senhor não saiu nem dos cueiros, coloque-se no seu lugar, rapaz” (risos) (Ana).

Este conflito já havia sido superado, sendo que referiam um sentimento de pertencimento dos adolescentes à família, o que incluía a família extensa, como tios, avós e primos. Passados seis meses do estágio de convivência, o casal considerava que os vínculos familiares já estavam sólidos, pendentes apenas da formalização advinda da finalização do processo judicial.

Motivações inconscientes

A história de vida dos adolescentes sensibilizou o casal, a ponto de terem pleiteado a adoção deles, mesmo sabendo que seria uma “*batalha*”, dadas as relações profissionais existentes. Enquanto para Flávia, o desejo de parentalizar extrapolava a relação desenvolvida com Bruno e Breno, para Ana, o pleito de adoção apenas se concretizou devido à especificidade do vínculo desenvolvido com eles, sendo possível que aspectos inconscientes tenham levado a esta motivação.

Ao discorrer sobre a diferença entre a realidade de vida do casal e dos adolescentes, citando como exemplo que eles chegaram a passar fome na companhia da família biológica, Ana indicava que, inconscientemente, existiam semelhanças: “*Ele chegou no abrigo e falou: ‘eu quero ser acolhido, porque lá eu não tenho o que comer’ [...] Então assim, é... eles trouxeram essa realidade, que é completamente da nossa [ato falho]*” (Ana). Ao tentar dizer que eram realidades completamente diferentes, Ana revelou que, em algum ponto, se tratava de realidades psíquicas semelhantes, possivelmente numa identificação com a condição de desamparo.

7.5 Marcos e Vinicius

História do casal Marcos e Vinicius

Marcos, 31 anos e Vinicius, 39, eram casados há cinco anos e moravam juntos há oito. Vinicius era proveniente de família grande, de um total de dez irmãos, e tinha intenso contato

com seus pais e família extensa, que acolheu Marcos de maneira carinhosa. Marcos, por sua vez, teve o relacionamento com seus pais rompido quando lhes revelou sua escolha homoafetiva, mantendo, até o momento da entrevista, contato apenas com suas duas irmãs e sobrinhos. Mesmo tendo necessitado do apoio dos pais ao longo dos últimos anos, não obteve respaldo deles, sendo que não conversava com o pai havia nove anos. A família de Vinicius, por sua vez, não o rejeitou diante de sua escolha homoafetiva, tendo inclusive adotado Marcos afetivamente.

Quatro anos após o início do relacionamento, o casal se habilitou para a primeira adoção, tendo recebido como filho um menino, à época, com nove anos de idade. Como haviam se habilitado para até duas crianças, após o término do processo de adoção de Gustavo, que já contava com doze anos, decidiram permanecer no cadastro de adotantes, no qual estavam habilitados há pouco mais de um ano, aguardando a chegada do segundo filho. Por orientação da equipe técnica da VIJ, na segunda adoção, delimitaram a escolha por uma criança entre quatro e nove anos de idade, para que Gustavo pudesse continuar sendo o primogênito. Se disponibilizariam, no entanto, a adotar uma criança ainda maior ou um adolescente, pois a primeira experiência de paternidade foi muito positiva para ambos. Por uma questão pessoal, aceitavam apenas o gênero masculino, pois consideravam o ambiente em que viviam masculinizado para o acolhimento de uma menina, uma vez que já moravam três pessoas do sexo masculino juntas.

Motivadores para a adoção

A adoção se colocou para o casal como uma escolha natural decorrente do desejo de ter filhos. Ambos sempre desejaram ser pais, porém partiu de Marcos a iniciativa de propor a adoção ao marido, que teve um pouco de resistência inicialmente, por serem um casal constituído por dois homens, o que já estava elaborado para Marcos, dado seu longo percurso psicoterapêutico. O impasse se resolveu quando Vinicius também iniciou psicoterapia, tendo concluído que estavam num momento de vida propício para a paternidade.

Marcos acreditava que sua maior abertura inicial para a adoção se relacionava à própria aceitação de sua sexualidade e que Vinicius ainda precisava desconstruir alguns modelos para vislumbrar o exercício da parentalidade por dois homens. Para a segunda adoção desejavam

também dar um irmão ao Gustavo, pois se incomodavam com a solidão dele e pretendiam aumentar a família.

Motivações para a adoção de uma criança maior

Desde o início do projeto adotivo, imaginavam adotar uma criança maior devido à maturidade, maior autonomia e à crença na sua possibilidade de compreender melhor a constituição de uma família homoparental, o que levaria a uma adaptação familiar mais fácil:

eu sempre tive comigo que a criança mais velha, talvez ela teria mais facilidade pra entender é... essa dinâmica de casal, de que são dois pais, [...] são dois homens né, então talvez ela estaria mais preparada né... pra poder né... entender.... essa nova concepção e... ficar mais fácil também pra lidar em alguns ambientes da criança, escolar, e por aí vai (Marcos).

Consideravam que um bebê exigiria mais dos pais, o que seria incompatível com a rotina de trabalho e estudo de ambos. Além disso, temiam não corresponder às necessidades biológicas de um recém-nascido, pois não poderiam oferecer a ele o leite materno. Reconheciam que, ao adotar uma criança maior, iriam passar por inúmeras experiências inaugurais para o filho, pois não consideravam imprescindível ofertar os cuidados característicos da primeira infância.

Um importante aspecto que os levou à adoção de crianças maiores foi o desejo de acolher crianças que já haviam sido, de alguma forma, rejeitadas, experiência que os aproximava frente ao preconceito social ainda hoje vivenciado por casais homoafetivos: “foi a questão é, do valor social que tem a adoção tardia né [...] porque uma criança que já passou por um, é, é inúmeras espécies de rejeição, de preconceito, o gay tem muito disso, ele sofre muito preconceito” (Marcos);

o Gustavo por exemplo foram 25 casais que foram consultados para tentar adotá-lo né, ele tinha 9 anos quando ele chegou pra gente, é um menino negro, né, é... então tem toda a... é menino, né, então tudo isso daí contribui bastante pra ... pra, pra dificultar né, o acesso dessas crianças a uma família (Marcos).

Numa abertura para adotar crianças rejeitadas pela maioria dos adotantes, tanto pela idade como pela cor de pele, o casal desejava se habilitar para crianças ainda maiores, o que não foi possível devido à orientação da equipe técnica da VIJ de que a idade do filho adotado

anteriormente deveria ser maior do que a do segundo filho, mantendo-se uma certa hierarquia familiar.

Expectativas e Realidade

As expectativas do casal acerca da adoção começaram a ser quebradas com a exposição da realidade durante o processo avaliativo junto ao Judiciário, especialmente ao precisarem delimitar o perfil de criança pretendido, acerca de doenças ou deficiência aceitas. Num primeiro momento, tiveram resistência em aceitar algumas características que, no entanto, foram superadas:

o nosso perfil foi muito aberto né, [...] nós ficamos um pouco resistentes com crianças portadoras de HIV, mas superamos essa discussão também, é a criança fruto de incesto, também superamos, botamos tudo lá, porque olha, eu acho que o amor ele supera qualquer coisa. Tendo amor, tendo vontade, carinho, vai superar. Ah, vai superar. Vai superar, a gente vai dar um jeito né, põe em psicólogo, faz reunião, conversa, põe em esporte, dá um jeito aí né, o importante é você dar amor pra criança (Marcos).

Enfrentaram o preconceito da família quanto à adoção de uma criança maior e negra, sendo que os familiares atribuíam dificuldades com o filho ao fato de ele ter sido adotado tardiamente. O processo de adaptação com Gustavo foi longo e difícil. Em um primeiro momento, todas as expectativas do casal foram frustradas: “*não é fácil você falar toda hora que você ama a criança e a criança não te responder, e não vai responder*” (Marcos); “*é, e algumas vezes ele falar pra gente que não... que ele não era, que eu não era pai*” (Vinicius). No entanto, a partir da convivência e de um processo de construção e desconstrução, outras expectativas passaram a ser correspondidas:

Adoção é um processo de construção literalmente. Né, construção e desconstrução. Primeiro respondendo a sua pergunta é, tudo, a gente criou várias expectativas, várias, e todas as expectativas foram frustradas. Todas. [...] E situações que eu imaginava que, é... como é que seria, né, na prática, e, e, e na vida real assim, hoje, é muito gostoso então, eu ficava imaginando, ah, será que o meu filho vai querer dormir comigo? Será que meu filho vai ficar me dando beijo? Será que meu filho vai, é... é... me chamar de pai? [...] E os primeiros meses né, eu diria aí o primeiro ano da adoção, ele é muito difícil, mas depois disso [...] olha, aqui você tem que desgrudar! (Marcos)

A partir das experiências vivenciadas na primeira adoção, consideravam estar mais preparados para a segunda, com expectativas mais condizentes com a realidade e numa atitude mais cuidadosa.

Sentimentos acerca da história de vida anterior da criança

O casal percebeu, logo no início da convivência com Gustavo, que seria necessário respeitar seu passado, bem como seu tempo para que falasse sobre sua história. Na medida em que a confiança foi sendo estabelecida, a criança passou a contar sobre situações traumáticas que os assustaram, mas também ajudaram a compreender o motivo pelo qual foi colocado em adoção. A consideração e o respeito pela sua origem levaram o casal a solicitar autorização judicial para que Gustavo mantivesse contato com seu irmão biológico, que permaneceu na família de origem. Pretendiam apoiar o filho caso ele quisesse encontrar os pais biológicos na vida adulta, pois acreditavam que ele tinha o direito de conhecer e compreender parte de sua própria história.

Devido à experiência parental com o primeiro filho, para a segunda adoção, o respeito à história de vida pregressa da criança e suas origens era, para o casal, uma consequência natural da escolha pela adoção.

Lugar parental na adoção

Marcos e Vinicius colocavam claramente o lugar parental assumido diante do filho desde a escolha pela adoção, e o quanto esta postura auxiliou no enfrentamento das dificuldades encontradas:

Toda vez que tinha [dificuldade] sentava com ele, eu falei Gustavo, você pode incendiar essa casa, você vai incendiar, você vai quebrar essa casa todinha mas uma coisa não vai mudar, o meu amor que eu sinto por você né, e que você é meu filho. Né, eu te escolhi pra você ser meu filho e você vai ser o meu filho. Eu vou morrer e você vai continuar sendo meu filho (Marcos).

Consideravam que, na assunção do papel parental, cresceriam como pessoas e até mesmo como homens, sendo mais responsáveis do que eram antes. Na construção da relação diária e nos cuidados ofertados ao filho, reconheciam que estavam desempenhando a

parentalidade, independentemente da idade do filho. Por compreenderem que ser pai transcende a oferta de cuidados à criança pequena, apresentavam disponibilidade para acolher como filho crianças e adolescentes de qualquer idade.

Motivações inconscientes

O longo percurso psicoterapêutico de Marcos e Vinicius os auxiliou a elaborar diversos aspectos relacionados à busca pela adoção, bem como elaborar fantasias, medos e inseguranças, o que provavelmente os levou a um projeto adotivo mais pautado em escolhas conscientes.

8 DISCUSSÃO

As temáticas emergentes do discurso dos entrevistados foram organizadas em três categorias de análise, a partir do referencial da Psicanálise, sendo elas: 1) Motivações, conscientes e inconscientes, para a adoção de crianças maiores e adolescentes; 2) Estratégias relacionadas à alteração do perfil de filho pretendido e 3) O preparo dos pretendentes.

8.1 Motivações, conscientes e inconscientes, para a adoção de crianças maiores e adolescentes

No delineamento do perfil de criança ou adolescente desejado pelos entrevistados, foram levadas em consideração, num primeiro momento, características que se afinassem às preferências e condições de vida dos próprios pretendentes, na busca inconsciente de um adotado ideal ao adotante. A partir do processo de reflexão e amadurecimento da decisão de adotar, no entanto, os entrevistados passaram a considerar, também, as necessidades das crianças e dos adolescentes a serem adotados.

8.1.1 Motivações conscientes

Conforme já apontado, a literatura a respeito das motivações para a adoção aponta a infertilidade como um dos principais fatores para esta busca, e evidencia a importância da elaboração do luto pelo filho biológico como processo psíquico necessário para o surgimento de um lugar, no psiquismo dos pais, para o filho adotivo (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016; LEVINZON, 2013). Dentre os entrevistados, no entanto, a infertilidade foi apresentada como motivação para a adoção apenas para um dos casais, único representante da configuração familiar heterossexual. Ainda assim, a infertilidade figurou, para eles, como principal motivador da primeira adoção realizada, de duas crianças pequenas, corroborando o entendimento de que a busca por este perfil se relaciona à tentativa de reproduzir o modelo biológico de família (PEITER, 2014). Na segunda adoção, no entanto, para a qual o casal buscou crianças maiores e adolescentes, a infertilidade já não foi indicada como principal fator motivacional, colocando-se apenas como pano de fundo da escolha pela adoção em detrimento da procriação biológica.

Assim, dentre os entrevistados, a infertilidade não se colocou como fator motivacional na busca pela adoção de crianças maiores e adolescentes. Por sua própria constituição a partir das diferentes configurações familiares hoje existentes, a amostra estudada explicitou motivações contemporâneas para a adoção, apresentadas especialmente por famílias monoparentais e casais homossexuais (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Tendo em vista que, ainda hoje, casais heterossexuais compõem a maioria de quem recorre à adoção, é possível que a relação entre infertilidade e busca pela adoção reflita uma característica de um contexto pautado na heteronormatividade. Outras motivações, mais relacionadas às novas configurações vinculares - sem excluir, no entanto, o modelo tradicional de família -, foram apresentadas por aqueles que não restringiam sua busca por bebês ou crianças pequenas.

As principais motivações conscientes para a adoção de crianças maiores e adolescentes apresentadas pelos entrevistados foram a idade dos pretendentes; a preferência pelos cuidados ofertados a crianças maiores ou adolescentes devido à praticidade, maior autonomia dos filhos nestas condições e possibilidade de manutenção da rotina; a ausência do desejo de engravidar; o desejo de cuidar de alguém e de formar família; adotar adolescentes que já conheciam; contato prévio com crianças maiores e adolescentes devido à experiência profissional ou pessoal e a ausência de um parceiro amoroso.

A idade dos pretendentes no momento de pleitear a adoção se apresentou, na maioria deles, como um fator para a escolha por crianças maiores ou adolescentes, especialmente por considerarem que já não estavam em idade compatível com a gestação, especificamente no caso das mulheres, e com disposição para corresponder às necessidades de um bebê ou de uma criança pequena, conforme se depreende das seguintes falas: “já estava.... numa idade... já, não tão... como se diz, ... plena pra maternidade” (Marcela); “na época eu tinha 52, quando eu entrei com [o pedido de adoção], eu falava que eu não queria ser avô do meu filho” (Adriano); “Acho que a idade contribui [...] a gente já não tem mais pique pra criancinha” (Daniel).

Eu já tô chegando basicamente nos 40 anos. Pra gente fazer uma inseminação, eu falei pra ela [...] você vai aguentar (risos) dois choros a noite, e tendo que trabalhar, e a correria que a gente tem no dia a dia tal?
(Ana)

Aí a gente chegou à conclusão que eu com 44, ele com quase 50, se a gente pegasse um menino de três anos, ou de seis que fosse, daqui a dez anos, nós teríamos, estaríamos beirando aos 60, e essa criaturinha tá com 15... 16. O

auge da chatice, do tormento. Foi assim que a gente fez essas pequenas contas, projetamos o futuro, e não gostamos muito da ideia. (Sara)

Para alguns deles, a procura pela adoção em fase mais tardia de suas vidas decorreu de terem privilegiado a vida profissional em detrimento da pessoal, bem como de terem adquirido estabilidade financeira e segurança para se tornarem pai e mãe apenas tardiamente, o que se relaciona às novas formas de ser família na contemporaneidade, a partir da perspectiva de se tornar pais numa idade além do estabelecido pelo limite biológico, alcançada com o desenvolvimento da medicina, como as técnicas de reprodução assistida, e com a possibilidade da adoção (GOMES; LEVY; MAGALHÃES, 2014).

Embora não exista, na legislação brasileira, uma idade máxima permitida para os adotantes, a diferença geracional é, usualmente, levada em consideração pelos profissionais envolvidos na habilitação à adoção perante a justiça, uma vez que a idade avançada dos adotantes pode levar à redução do tempo de convívio dos filhos junto aos pais adotivos (GOMES; LEVY; MAGALHÃES, 2014). Neste sentido, os entrevistados apresentaram reflexões pertinentes sobre a diferença entre a idade de pais e filhos adotados, e as consequências disso no estabelecimento do vínculo.

A única exceção com relação à idade mais tardia dos pretendentes como fator na busca por crianças maiores e adolescentes foi o casal homoafetivo masculino, o mais jovem dentre os entrevistados, o que pode estar relacionado à busca mais direta pela adoção nesta configuração familiar, identificada por Levy (2013), uma vez que, por se tratar de casal composto por dois homens, outras possibilidades como a espera por uma gestação ou a busca por reprodução assistida não está colocada desde o princípio.

O discurso dos pretendentes revelou a preferência na execução de cuidados relativos a crianças maiores e adolescentes, comparativamente ao exigido por crianças pequenas e bebês, devido à crença em maior praticidade, autonomia e possibilidade de manutenção da rotina. Neste sentido, os entrevistados consideravam mais difícil cuidar de um bebê do que de uma criança maior ou adolescente, que já sabe se expressar, o que propiciaria um tipo de troca mais alinhado às suas expectativas, conforme se depreende das seguintes falas:

Eu não, não, não me vejo cuidando de uma criança pequenininha, indo no médico, pediatra, pequenininho, tal [...]. Um outro motivo é que eu gosto da ... da... da relação com, com a criança mais velha. Que já pensa, já reflete, já discute, já fala, sabe, eu acho isso muito legal (Adriano).

eu, com criança pequena, tenho uma certa limitação [...] eu lido melhor com crianças mais velhas. O meu contato com crianças mais velhas é melhor. Então eu sempre quis crianças mais velhas. Que interage, é mais autônomo, é... ter as autonomias, consegue conversar, e aí tudo o mais. Aí eu tenho essa preferência (Flávia).

Eu sempre achei o bebê mais difícil, no sentido de que uma criança maior, tô com dor, tá doendo aqui, tá bom, vamos aí resolver essa dor aqui, tô com fome, vamos resolver o problema da fome. Eu venho com um bebê de quinze dias pra casa... faço o que com esse bebê? Faço o que com esse bebezinho? (Sara).

o ideal pra gente a idade seria entre 10, 9... 8, até 11, 12 anos, né. Que eu acho que é uma idade que a criança já tem um pouco de maturidade digamos assim, um pouco de esperteza, já sabendo o que quer, é... enfim, nós escolhemos [...] essa idade, por causa que ... ah... ele se adaptaria melhor, né. Que um bebê (Vinicius).

As considerações acerca da preferência pelo cuidado ofertado a crianças maiores e adolescentes vão ao encontro do que fora observado por Bicca e Grzybowski (2014), que constatarem em seu estudo, sob a perspectiva dos indivíduos entrevistados, vantagens na adoção de crianças maiores, comparativamente à de bebês, no que dizia respeito à interação e facilidade no processo de adaptação, uma vez que não apresentavam dependência absoluta dos pais. Compreendidas, pelos pais, como crianças com postura mais ativa e com maior autonomia, o processo de integração à rotina familiar foi vivenciado com maior facilidade e rapidez (BICCA; GRZYBOWSKI, 2014).

A consideração dos entrevistados de que é mais fácil cuidar de uma criança maior se diferencia do discurso apresentado por aqueles que buscam bebês e crianças pequenas, geralmente motivados pela tentativa de reproduzir o modelo de família biológica, dada a impossibilidade de gerar frente à infertilidade (PEITER, 2011), se colocando como uma inversão da lógica apresentada para a maioria dos adotantes. Esta inversão se apresentou na fala de Marcos, ao detalhar sobre o momento em que decidiu conversar com o marido sobre sua preferência pela adoção de uma criança maior: “*eu até me surpreendi muito né, porque eu falei: ah, acho que ele [o marido] vai ser resistente com relação a isso, acho que ele vai querer recém, recém-nascido, e se ele quiser recém-nascido tudo bem, a gente se vira, o importante é ser pai*” (Marcos).

Para a maioria dos entrevistados, a criança maior ou o adolescente se adaptaria melhor à rotina já estabelecida pela família, o que inclui a manutenção de compromissos profissionais

e atividades diárias, conforme exemplificado nas seguintes falas: “[cuidar de um bebê] é incompatível com a agenda que eu levo, com a agenda que o Vinícius leva também, [...] o primeiro ano [de vida da criança] é muito doloroso, é um ano que requer muita atenção, né [...] Eu acho que a primeira [motivação] foi a rotina” (Marcos); “o nosso convívio assim, o nosso dia a dia, né, será que a gente vai conseguir [cuidar de um bebê] tendo que trabalhar, e a correria que a gente tem no dia a dia tal?” (Ana); “faz dois meses que as meninas chegaram [as adolescentes], elas estão em casa agora, se eu tenho um bebê recém-nascido, faço o quê com ele agora?” (Sara); “acho que seria mais fácil [...] administrar uma casa com um jovem [...] um dos motivos, é das facilidades [...] do dia a dia” (Adriano).

Embora os entrevistados tenham apresentado a maior autonomia de crianças maiores e adolescentes, que levaria à praticidade no dia a dia e possibilidade de manter as rotinas familiares, como uma das motivações para escolher este tipo de adoção, Sampaio, Magalhães e Machado (2020) apontam que elementos como estes compõem um mito, na medida em que mesmo a criança maior e o adolescente trazem consigo marcas do infantil primitivo, que irão se atualizar na relação com os pais, através de comportamentos regressivos, característicos do bebê, que precisarão ser acolhidos pelos adotantes de forma a permitir a retomada do desenvolvimento do adotado. Neste sentido, para as autoras, não é a idade cronológica da criança que define seu comportamento, e sim “seus desejos, fantasias e demandas precoces” (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020, p. 8).

Ainda que os entrevistados considerassem uma vantagem não precisar corresponder às demandas de um bebê, os comportamentos regressivos do filho, como comportamento de bebê e demanda de contato corporal (FORTINEAU-GUILLORIT; BAILLON, 2015; OZOUX-TEFFAINE, 2017) precisam ser acolhidos pelos pais. Estes aspectos foram elucidados pelos entrevistados que já haviam iniciado a convivência com os adotados, conforme exemplificado na seguinte fala:

Ele se infantilizou. Ele falava como nenê, ele agia como nenê... ele quis voltar a ser nenê [...] falar como nenê, de agir, as brincadeiras dele eram... eu falei gente você tem 12 anos, rapaz. Vamos lá, fala direito, como um adolescente de 12 anos, um pré-adolescente, ele vinha e falava. Daqui a pouco ele tava regredindo de novo [...] não teve como fugir [dos cuidados do bebê] porque ele tá vivendo isso. Tem períodos que ele vive essa fase da infância, da criança pequena, e nós temos que trabalhar isso, por mais que não era uma fase [esperada][...] ele tem isso, e é físico. Tem que esperar esse tempo (Ana).

Isto posto, ainda que os entrevistados tenham apresentado a ausência do desejo de cuidar de um bebê como uma das motivações para adotar crianças maiores e adolescentes, os filhos solicitavam o acolhimento de suas necessidades corporais primitivas, expressas em comportamentos regressivos, mesmo sendo adolescentes.

Especificamente para o casal homoafetivo masculino, o medo de não conseguir corresponder às demandas de cuidado de um recém-nascido se relacionava à preocupação de não conseguirem corresponder às suas necessidades biológicas, representada pela impossibilidade de oferecer leite materno, por se tratar de casal constituído por dois homens. O casal reconhecia, no entanto, a necessidade de desconstruir esta concepção:

acho que eu não desconstruí isso ainda em mim ainda né, mas eu, eu, é... tinha muito medo, aliás eu tenho muito medo ainda, das necessidades biológicas da criança né. Poxa, não tem leite, tudo bem que tem leite materno que você pode pedir no hospital, mas essas dificuldades que talvez nós encontraríamos, e isso poderia é, requerer da gente, muito mais.... um esforço maior (Marcos/Vinicius).

Ainda que a impossibilidade de ofertar leite materno seja uma realidade para todos os adotantes, independentemente da configuração familiar e conjugal a que pertençam, é significativo que esta preocupação estivesse presente apenas para o casal de homens, num indicativo de que, embora vivenciassem um modelo de família contemporâneo, traziam consigo marcas da transmissão do modelo de família tradicional em que foram criados, no qual os cuidados aos filhos, principalmente enquanto pequenos, é compreendido como atribuição da mulher, na execução de seu papel parental (CAMPANA; DOS SANTOS; GOMES, 2019).

Com relação às entrevistadas mulheres, a possibilidade de ser mãe independentemente da existência de vínculo biológico e da idade do filho se sobressaiu ao desejo de engravidar. Dentre as entrevistadas, apenas Sara e Ana apresentaram a gestação como algo que desejavam vivenciar. Para Sara, este desejo era presente, porém não muito intenso, tendo sido superado relativamente rápido: *“Eu me imaginava grávida, pra usar vestido porque eu achava bonitinho, e eu queria muito amamentar. Mas não fazia questão, tanto assim. Então o luto da barriga pra mim não é assim, um tormento, porque não foi tão, tão difícil isso”* (Sara).

Para Ana, ainda que já tivesse dado início à adoção dos adolescentes, este desejo ainda existia e, por este motivo, gostaria de passar pelo procedimento de inseminação artificial, o que

corroborar o entendimento de Queiroz (2018) de que casais homoafetivos femininos costumam recorrer a técnicas de reprodução assistida para se tornarem mães.

Para as outras entrevistadas, no entanto, o desejo de engravidar nunca esteve presente, tornando a busca pela adoção uma via mais direta até a parentalidade, decorrência da ausência de valorização das marcas corporais e biológicas, presente em algumas pessoas, conforme apontado por Alkolombre (2014), e exemplificado nas seguintes falas: *“Eu nunca tive o desejo de... de, de gerar filhos, né, nunca foi pra mim... é... eu nunca me vi tendo filhos”* (Flávia), *“Eu... sempre tive o desejo de ser mãe, pela adoção, nunca biológica... [...] até minha médica falou: ‘ah, por que você não faz inseminação?’ Eu falei: não, meu desejo é de adoção”* (Marcela).

As falas das entrevistadas corroboram o entendimento de Zornig (2010b), sobre a distinção entre o desejo de engravidar e de ter um filho. Para a autora, enquanto no primeiro, o investimento libidinal se direciona ao processo gestacional, no segundo, está em questão a transmissão geracional. Assim, para estas mulheres, o desejo de ser mãe não dependia da vivência de uma gestação, seja pela elaboração psíquica da impossibilidade de engravidar, ou pela inexistência deste desejo.

A desvinculação entre filiação e biologia desloca a centralidade da parentalidade da existência de um vínculo biológico para um vínculo afetivo, construído a partir do desejo de cuidar de um outro, o que inclui corresponder às necessidades da criança e do adolescente dentro da particularidade de sua história de vida, e não tanto na necessidade de transmitir sua herança genética, conforme se depreende das seguintes falas:

uma das motivações [...] é ver o universo que se tem de crianças, de crianças que estão aí, é, precisando de amor, precisando de carinho, precisando de cuidado, e também disponíveis pra dar esse amor, esse carinho, ... esse cuidado... e ... sem ter... esse vínculo... de ter nascido da barriga, né. E sim, poder nascer do coração, dos sentimentos (Marcela).

Tem dificuldade? Tem. Mas eles têm algo ali que eles precisam ser supridos, essa falta de carinho, essa falta de compreensão, é... essa falta de alguém que olhe pra eles como um ser. Um ser único, e aberto pra ser amado também (Flávia).

A relação de cuidado desenvolvida com um outro, expressa na fala dos entrevistados, corresponde a um dos aspectos da parentalidade que, de acordo com Levinzon (2014b), seja ela

biológica ou adotiva, se constitui, dentre outros fatores, na possibilidade de amar e cuidar de uma criança. Quando se trata de crianças maiores e adolescentes, esta necessidade de ser cuidado também se mostra presente, tanto nos comportamentos regressivos, como naqueles característicos de uma fase de desenvolvimento mais avançada. Neste sentido, o discurso dos entrevistados apontou o entendimento de que cuidar de um outro, como parte da parentalidade, é possível independentemente da idade do filho, conforme se depreende das seguintes falas:

E aí eu até falava pras meninas: “ah, a gente vai fazer chá de fraldas”, eu falei: “gente, eu não sei se vai ser de fralda ou se vai ser de absorvente (risos)”. Eu não sei a idade que a criança vai chegar. Ela vai chegar, do jeito que ela tem que chegar [...] vai ser pequena, se não vai ser, eu vou acolher da mesma forma (Marcela).

Eu acho que [adotar] é difícil em qualquer idade. Acho que tem facilidade e tem dificuldade em qualquer idade [...]. No caso das meninas [adolescentes], não dá pra gente só conduzir, a gente tem também que esperar, ter o delas, a parte delas... e aí a gente junto, ir entrando [...] E ao mesmo tempo tem que tomar decisões adultas já, de... “o que que eu vou estudar? Tô no ensino médio, não o ano que vem, o outro, mãe, eu não sei que faculdade que eu faço” (Daniel/Sara).

Assim, a abertura para cuidar de um outro, dentro das peculiaridades apresentadas em cada situação, se colocou como uma das motivações para a adoção de crianças maiores e adolescentes, constituindo a base da construção do vínculo parento-filial.

Se, num primeiro momento, a busca pela adoção de crianças maiores e adolescentes se pautou no afinamento às suas próprias preferências, os entrevistados passaram a compreender, após período de reflexão e amadurecimento da decisão, que seria necessário, também, olhar para as necessidades dessas crianças e adolescentes. Neste sentido o discurso da maioria dos entrevistados revelou o desejo de ser pai e mãe e de formar uma família, o que, para eles, diferia de atos caritativos, conforme se depreende da seguinte fala:

O pessoal fala assim, ah, a gente escuta muito isso: “eu acho muito legal. Nossa, parabéns né, vocês estão ajudando os meninos né, é um ato lindo”. Eu, eu, eu sempre falo que eu discordo disso [na adoção você] quer alguém pra entrar na sua vida, quer formar uma família, entendeu? (Ana)

Ao focar a intenção de cuidar de um outro na busca pela adoção, os pretendentes passaram a priorizar as necessidades da criança e do adolescente em detrimento das suas

próprias, no sentido do que fora explicitado por Dantas e Ferreira (2015) acerca da renúncia de si mesmo em prol do interesse da criança como um dos significados de ser pai, evidenciando a busca pela adoção baseada na abertura para a alteridade, e não num pseudo-altruismo (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020).

Apenas para uma das entrevistadas, o conhecimento prévio de adolescentes específicos foi apresentado como uma das motivações para a adoção. Ana e Flávia, que trabalhavam em instituição de acolhimento, conheceram os adolescentes que vieram a adotar a partir de suas atividades profissionais, o que foi determinante, para Ana, no seu desejo pela adoção, pois começou a desenvolver com eles uma relação de cuidado ao ocupar a função de cuidadora, na instituição em que eles estavam acolhidos. Para sua esposa, Flávia, o desejo de adotar já existia, antes mesmo de conhecer os adolescentes, mas para Ana foi diferente, conforme elucidado em sua fala:

veio a... a história dos meninos. Com a gente. E a gente participou, viveu isso com eles. Eu principalmente. E veio o pedido deles. Também. [...] Eu acho que foi uma coisa encaixando na outra [...] eu não sei, sinceramente, se eu adotaria... outras crianças [...] eu nunca tive histórico de adoção, pra mim, era uma coisa... chegava até a ser meio místico. Mas... é, a minha vontade foi de ter os meninos (Ana).

Os outros entrevistados, apesar de não desejarem adotar uma criança ou adolescente que já conheciam, apresentaram o contato prévio com crianças maiores e adolescentes como um fator na busca por este tipo de adoção, o que converge com a constatação de Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2016) de que pessoas que já tiveram a experiência de apadrinhar crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente apresentavam maior ampliação quanto ao perfil da criança pretendida. Assim, ainda que os entrevistados não tenham tido a experiência de apadrinhar, outros elementos de suas histórias de vida - pessoal ou profissional - os levaram ao contato com a realidade de crianças e adolescentes institucionalizados, os aproximando desta realidade.

Dentre os entrevistados, Flávia, Ana e Marcela trabalhavam, ou já tinham trabalhado, em instituição de acolhimento. Adriano, por sua vez, teve contato com adolescentes órfãos em seu local de trabalho, o que foi apresentado por ele como um dos fatores em sua busca pela adoção de adolescentes. Para o casal Daniel e Sara, a experiência pessoal de já terem vivenciado a parentalidade anteriormente os preparou para desejar adotar adolescentes. Apenas para o casal

Marcos e Vinicius, o contato pessoal ou profissional com crianças e jovens acolhidos não se apresentou como um fator motivacional em sua busca pela adoção de crianças maiores ou adolescentes.

Desta forma, para a maioria dos entrevistados, conhecer previamente os adolescentes pretendidos ou a realidade de quem vive em instituições de acolhimento fez com que eles se sentissem mais seguros para pleitear a adoção de crianças maiores e adolescentes. Em parte, este fator se devia às escolhas profissionais dos entrevistados uma vez que todos eles, ou ao menos um membro do casal, eram trabalhadores da área social, da saúde ou da educação, o que corrobora os achados de Bègue (2013) a respeito da caracterização de pessoas que se mobilizam na busca pela adoção por motivações diversas da infertilidade.

No que se refere especificamente aos entrevistados que pleiteavam adoções monoparentais, a ausência de um parceiro amoroso, associada ao alcance de uma idade que impõe um limite biológico, foram apresentados como fatores motivacionais na busca pela adoção de crianças maiores ou adolescentes, o que vai ao encontro dos apontamentos de Arrais, Gomes e Campos (2019) quanto à busca pela adoção na monoparentalidade, exemplificado pelas seguintes falas: *“já estava... numa idade ... já não tão [...] plena pra maternidade... também não queria, não tinha relacionamento com ninguém”* (Marcela); *“[...] eu não queria ser avô do meu filho [...] E também porque eu sou solteiro, moro sozinho né, então, acho que seria mais fácil ahn... administrar uma casa com um jovem”* (Adriano).

Para Adriano, além do fato de morar sozinho, é possível que sua crença de que não conseguiria cuidar de um bebê, e que a adoção de uma criança maior ou um adolescente se adequasse melhor à sua realidade de homem solteiro, estivesse relacionada à concepção, ligada ao modelo tradicional de família, de que os cuidados dos filhos pequenos cabem à mulher/mãe (CAMPANA; DOS SANTOS; GOMES, 2019). Assim, ainda que pretendesse vivenciar a parentalidade a partir de uma concepção contemporânea de família, Adriano parecia reproduzir o modelo tradicional de família e, ainda, manter a expectativa de que viesse a transformar nestes moldes a família que pretendia construir, conforme se depreende de seu comentário sobre cuidar sozinho do seu futuro filho:

[pretendo cuidar dele] sozinho enquanto eu estiver sozinho né. Talvez sozinho [...] eu tenho uma amiga, que foi minha namorada e tal, que ela, ela se empolgou tanto com a história da minha adoção que ela falou: “mas eu acho que eu quero morar com você quando você adotar” (risos). Aí eu falei: “ah,

mas eu não acho que eu queira morar com você”. Olha, até isso, é uma coisa curiosa, né (risos) (Adriano).

No que se refere especificamente à motivação para a adoção de adolescentes, a fala dos entrevistados explicitou afinidade com este público, tanto pela facilidade em lidar com aspectos característicos desta fase de desenvolvimento, como pela tranquilidade em superar as dificuldades de relacionamento, pelo fato de já terem vivido a adolescência de outros filhos, ou de já terem acompanhado o desenvolvimento de adolescentes no local de trabalho, a partir de um vínculo de cuidado.

Neste sentido, Daniel e Sara já haviam passado pela adolescência dos filhos adotados anteriormente, o que lhes deu segurança para adotar duas adolescentes. Flávia e Ana, além de terem facilidade em conversar sobre o uso de drogas e sexualidade, acompanharam muitos adolescentes na instituição de acolhimento em que trabalhavam, e Adriano desenvolveu relação próxima de afeto com adolescentes órfãos no ambiente escolar em que trabalhava, tendo a experiência subjetiva de ter desenvolvido, em certo sentido, uma relação parental com eles. Nestas três situações, a aceitação de um adolescente era vista com naturalidade, sendo estes compreendidos, pelos entrevistados, como seres que, assim como crianças menores, também necessitavam de afeto e cuidado, com os quais a parentalidade poderia ser exercida, independentemente da idade do adotando, conforme exemplificado pelos entrevistados: *“a gente não precisa ver o primeiro passo, a primeira palavra... tem outros primeiros... Primeiro dente caindo, ou nascendo que seja...”* (Daniel/Sara).

8.1.2 Motivações inconscientes

Em contrapartida às motivações explicitamente apresentadas pelos pretendentes, emergiram dos discursos dos entrevistados motivações inconscientes que sustentavam a busca pela adoção, as quais se relacionavam às suas próprias subjetividades e, portanto, eram singulares.

No casal Daniel e Sara, o desejo de filho adotivo se apresentou claramente apenas no discurso de Sara. Do pouco que falou acerca de sua infertilidade, Daniel esclareceu que se sentia *“menos homem”* por ser infértil, e Sara revelou a dificuldade do marido ao pontuar que ele apenas começou a falar sobre a infertilidade depois de quinze anos de sua descoberta. Na ocasião em que a entrevista foi realizada, Daniel ainda se entristecia com o fato de não ter tido

filhos biológicos: *“eu nunca pensei em adoção, né, sempre tive a ideia de um filho biológico, que infelizmente não foi possível”* (Daniel).

Ao silenciar a respeito de sua infertilidade, mesmo quando questionado, Daniel mantinha a negação desta ferida narcísica. Ao possibilitar que a esposa tivesse filhos através da adoção, parecia se esquivar da dor de não ter podido permitir a ela uma gestação. A este respeito, Sara esclareceu que era importante saber por que não conseguia engravidar, e elaborar esta questão: *“eu não quero na primeira discussão virar e falar: eu não tenho filho porque você não me deu”* (Sara).

É possível que o pleito de Daniel estivesse, inconscientemente, em função de corresponder a aspectos do funcionamento conjugal, como seria o caso de dar à esposa um filho e, de certa forma, compensar o sentimento de impotência e inferioridade ocasionados com a infertilidade, bem como, de manter em negação sua ferida narcísica. Nas situações de infertilidade de um dos cônjuges, *“o desejo de adoção deve ser efetivamente trabalhado, a fim de permitir ao casal uma elaboração da ferida narcísica e uma compreensão da dinâmica conjugal”* (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015, p. 444). Questionamos até que ponto foi possível a Daniel elaborar o luto da infertilidade e entrar em contato com o próprio desejo. Conforme explicitado por Queiroz (2018), o lugar ocupado pelo pai nas demandas por adoção de casais heterossexuais é surpreendente, na medida em que é raro o homem que fale de seu próprio desejo, estando, geralmente, no papel de sustentar o desejo de sua mulher por um filho.

Para Adriano, para além de seu discurso explícito, foi possível compreender que a adoção ainda não era totalmente aceita por ele, que privilegiava o vínculo biológico e esperava adotar um adolescente semelhante àqueles de sua família de origem. Paralisado diante da iminência de iniciar uma relação parental, Adriano recusou seguidas vezes crianças e adolescentes dentro do perfil por ele delineado, colocando em evidência que sua busca pela adoção, possivelmente, pretendia, de maneira inconsciente, satisfazer desejos de outra ordem, como estabelecer uma relação de troca e compartilhamento da vida diferente do que seria possível dentro de uma relação parento-filial. Neste sentido, para Houzel (2004), a família é o lugar no qual o indivíduo se inscreve para constituir sua identidade e se humanizar, a partir da alteridade, da diferença entre os sexos e entre as gerações, condições que não pareciam estar presentes no discurso de Adriano.

Frente à expectativa de satisfazer faltas e carências afetivas próprias, Adriano enfatizou, em seu discurso explícito, que não se podia esquecer que a adoção se trata do estabelecimento de uma relação entre pai e filho. De maneira implícita, no entanto, a forma de se dirigir à busca e interesse por um possível filho adotivo, com a utilização de termos como sentir-se “*atizado*” por determinada história de vida, e buscar uma “*liga*” na relação, remetiam a necessidades sanáveis através do estabelecimento de relacionamentos afetivos, diferentes daqueles marcados pela diferença geracional, inaugurada pela construção de vínculos de filiação (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULOS, 2010).

Na medida em que seu projeto adotivo se mantinha idealizado, sustentado por motivações inconscientes outras, a proximidade do estabelecimento de uma relação parental, ao invés de ir ao encontro de seu desejo, o imobilizou, sendo questionável se existia, de fato, o desejo de parentalizar filho proveniente de outra matriz familiar. Neste sentido, as repercussões da confrontação com a realidade de crianças maiores e adolescentes em busca de uma família evidenciaram aspectos fantasiosos de sua expectativa diante da parentalidade adotiva.

No discurso de Marcela e de Ana, aspectos inconscientes relacionados às suas subjetividades e histórias de vida pareciam mobilizá-las em direção à identificação com a criança rejeitada e abandonada. Esta identificação também apareceu nos discursos de Marcos e Vinicius, porém, de maneira consciente, possivelmente relacionado ao longo percurso psicoterapêutico de ambos.

Para Marcela, na medida em que seu desejo de cuidar de uma criança se mostrava em função de atender, também, ao desejo de seus próprios pais, os quais estariam, para ela, incumbidos de compreender e satisfazer às necessidades de uma criança maior, sua busca pela adoção parecia se colocar como uma maneira inconsciente de dar um filho aos próprios pais. Assim, sua intenção de acolher uma criança ainda maior, ou até mesmo um adolescente, ficava bloqueada pelo limite de idade estabelecido como aquele em que, considerava, seria compatível com o desejo de seus próprios pais.

Ao enfatizar aspectos de rejeição da criança institucionalizada, e o medo quanto à possibilidade de que seus pais não correspondessem às necessidades de seu filho adotivo, Marcela parecia se colocar, ela mesma, no lugar da criança que necessitava de acolhimento e inserção familiar, numa dimensão projetiva de sua necessidade de ter um filho, definida por Lévy-Soussan (2010a) como uma confusão narcísica entre pais e filhos. Neste sentido, sua

própria necessidade de acolhimento familiar estaria projetada como necessidade da criança que pretendia adotar.

No discurso de Ana, a sensibilização frente à história de abandono afetivo dos adolescentes que a levou a deslocar-se do papel de cuidadora institucional para provedora de cuidados numa relação parental, parecia remeter à certa identificação com o desamparo infantil, revelado através do ato falho em que, ao querer dizer que se tratava de histórias de vida completamente diferentes, verbalizou que eram realidades semelhantes, desvelando o aspecto inconsciente de identificação com a realidade psíquica do abandono: *“eles [os adolescentes] trouxeram essa realidade, que é completamente da nossa [ato falho]”*.

Conforme apontado por Peiter (2011), a condição de desamparo é comum a todos os indivíduos e implica numa espécie de adoção através do acolhimento materno:

Isso nos fala da condição de desamparo na qual o ser humano inicia sua vida. Desamparo que imprime marcas com as quais iremos lidar de diferentes formas, diferentes reedições, inúmeras vezes ao longo de toda a vida. [...] Aponto aqui para um abandono ou desamparo que todos “conhecemos” de alguma forma, e que buscamos contornar. Assim, falar de crianças “abandonadas” toca a todos nós, pois conhecemos essa dor. Crianças “abandonadas” somos todos nós! (PEITER, 2011, p. 50).

Ainda que a situação de desamparo seja comum a todos os seres humanos, segundo Levinzon (2014c), quando um dos pais, ou ambos, vivenciaram sentimento de abandono devido a alguma situação familiar, é possível que o acolhimento ofertado ao filho adotivo sirva para recuperar a criança necessitada que vive, inconscientemente, em seu interior. Para a autora, nesta situação, existe o risco de a criança não ter sua individualidade própria reconhecida, sendo vista apenas como parte silenciosa de um outro.

A rejeição sofrida pela criança maior se colocou como aspecto importante na escolha do tipo de adoção pretendida ou realizada pelos entrevistados, se apresentando tanto de forma inconsciente, como consciente, pelos sujeitos da pesquisa. No âmbito do que podia ser percebido conscientemente, Marcos relacionava com clareza a própria vivência de rejeição junto à sociedade e ao seu núcleo familiar como fator de escolha de uma criança maior, de forma a fornecer o acolhimento que não teve de seus próprios pais, em decorrência de sua escolha homoafetiva, corroborando o entendimento de que a disponibilidade de casais homossexuais em adotar crianças de perfil preterido se relaciona à identificação com os aspectos de rejeição decorrentes do preconceito que sofrem (RODRIGUEZ, 2017).

Os aspectos inconscientes que emergiram do discurso dos entrevistados, relacionados à busca pela adoção, são vastos e corroboram o entendimento de que o desejo de ter filhos está imbuído de questões inconscientes e singulares, que poderão ser elaboradas em maior ou menor grau, a depender da existência de espaços que permitam a reflexão (MACHADO, 2014).

8.2 Estratégias relacionadas à alteração do perfil de filho pretendido

A partir da análise dos elementos relacionados à escolha pela adoção de crianças maiores e adolescentes, apresentados pelos entrevistados, iremos discutir os fatores existentes nesta busca e analisar possíveis estratégias envolvidas na alteração do perfil de filho pretendido. Para além de uma escolha racional, possivelmente imbuída de preconceitos, a delimitação do perfil de criança pretendida se origina nas vivências emocionais ao longo da vida dos adotantes (MACHADO, 2014). Isto posto, compreender as vicissitudes de quem busca a adoção de crianças maiores e adolescentes poderá auxiliar na construção de novas formas de intervenção que propiciem este tipo de adoção (SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020), de maneira cuidadosa e efetiva.

A preferência por crianças maiores ou adolescentes se apresentou, para alguns dos entrevistados, como uma escolha desde o início do projeto adotivo, enquanto, para outros, decorreu de uma paulatina ampliação do perfil, a partir da participação em espaços de reflexão. Em contrapartida, apenas um dos entrevistados ampliou o perfil aceito motivado por campanha de incentivo às adoções necessárias. De maneira inesperada, alguns entrevistados relataram, ainda, uma redução na idade do filho pretendido por intervenção das equipes técnicas das VIJs.

Dentre os entrevistados que buscaram a adoção de crianças maiores e adolescentes de forma mais direta estão os casais homoafetivos masculino e feminino, enquanto um longo percurso até a aceitação de crianças maiores e adolescentes foi narrado pelo casal heterossexual e a pessoa solteira do sexo feminino. A influência da campanha Adote um Boa Noite, por sua vez, na escolha por este perfil, se apresentou apenas para a pessoa solteira do sexo masculino.

Esta distinção se mostrou relevante na medida em que as novas configurações vinculares, especialmente o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo que desejam formar família com filhos, tem se mostrado significativa para uma escolha mais direta pela adoção, bem como tem facilitado a inserção familiar de crianças e adolescentes de perfil preterido pela maioria dos pretendentes (LEVY, 2013; MACHADO; SAMPAIO; MAGALHÃES, 2020).

Quanto aos elementos facilitadores para a adoção de crianças maiores e adolescentes apresentados pelos entrevistados, decorrentes do percurso de amadurecimento do projeto adotivo, encontramos maior prevalência de expectativas pautadas na realidade da filiação adotiva, o reconhecimento da importância da história de vida pregressa da criança e do adolescente adotado e o contato com a experiência de outras famílias que adotaram crianças maiores e adolescentes. No caso dos casais, esta escolha se deu através de um processo de diálogo e alinhamento das expectativas de cada um, até a construção de um perfil que pudesse satisfazer a ambos.

Os elementos acima elencados se mostraram decorrentes da imersão, em maior profundidade, na realidade de crianças maiores e adolescentes institucionalizados e no contato com as próprias motivações e expectativas envolvidas na busca pela adoção.

No que tange às expectativas relacionadas à adoção, os entrevistados apresentaram diferentes graus de idealização, com maior ou menor aproximação da realidade da filiação adotiva. Expectativas menos idealizadas estiveram presentes no discurso dos casais que já haviam adotado anteriormente, assim como de quem já havia iniciado o estágio de convivência, e incluíam a compreensão da maternidade e paternidade envoltas em dificuldades decorrentes do encontro com o adotado, conforme se depreende das seguintes falas: *“É pé na realidade entendeu. Não adianta entrar numa adoção achando que tudo vai ser família de Dorianna”* (Ana); *“Na família, a gente erra, a gente acerta, a gente vai... a gente vai construindo a... a... nossa cara, a nossa... o entender que não existe a família da margarina”* (Sara); *“a gente já experimentou a adoção, viu que nem tudo são flores né, as pessoas romantizam demais a ... a adoção, e... e agora acho que a gente está indo um pouco mais preparados”* (Marcos).

O processo de diluição das idealizações em torno do filho adotivo continua em curso até o momento de chegada da criança ou do adolescente, e possibilita a transformação das idealizações em expectativas mais condizentes com a realidade da filiação adotiva. Neste processo, o acesso a informações sobre as características das crianças e dos adolescentes disponíveis e o delineamento do perfil de filho desejado junto à VIJ se colocaram como momentos importantes de confronto entre a realidade e as idealizações em torno da adoção, conforme exemplificado nas seguintes falas:

Quando você vai passar com a última entrevista, que ali é a assistente social [...] e ela pergunta [...] aquele formulário. Ali a gente já foi, já foi ali um primeiro choque né, que a gente ficou, nossa gente, a gente tem que escolher

isso, meu Deus, cor, se tem doenças, não tem doença, né, se tem... alguma deficiência (Marcos).

principalmente no formulário, porque é isso, puxa vida, eu tô aqui fazendo xiszinho, né, é uma pessoa né, então é... você começa a rever conceitos, não é, e aí ... mas pode ser filho de drogado ou não pode ser filho de drogado? Por que pode, por que que não pode, né [...] você é obrigado a, a, a... a cair em si né em relação a algumas coisas, e a rever os seus conceitos e seus preconceitos (Adriano).

Neste contexto, a exposição paulatina à realidade de crianças e adolescentes institucionalizados possibilitou que expectativas idealizadas fossem substituídas por outras, mais condizentes com a realidade da filiação adotiva. De acordo com Gomes, Marques e Ishara (2018), este processo de diluição da idealização é imprescindível para a construção da parentalidade adotiva, uma vez que, aos pretendentes, é necessário “se distanciar do projeto idealizado e narcísico de querer um filho para assumir o desejo de viver a experiência de parentalizar ou cuidar de alguém” (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018, p 228). Neste sentido, aceitar que a criança ou adolescente real que seria adotado não corresponderia a um ideal narcísico aumentou a disponibilidade dos pretendentes em acolher um filho diferente do que fora inicialmente imaginado, conforme explicitado por Marcos: “*então foi a primeira quebra de expectativa né, a gente ainda tava com aquela imagem de receber o filho da Barbie*”.

Tendo tido a possibilidade de diluir idealizações e delimitar expectativas mais pautadas na realidade da filiação adotiva, a maioria dos entrevistados compreendia a adoção como um processo de construção, no qual o sentimento isolado do amor não é suficiente para sustentar o vínculo entre pais e filhos, tratando-se de processo complexo, conforme ilustrado pela seguinte fala: “*não é amor à primeira vista [...] Adoção é um processo de construção literalmente. Né, construção e desconstrução*” (Marcos).

Despida, na medida do possível, de expectativas idealizadas em torno da filiação adotiva, a adoção pode ser compreendida como um processo de *tornar-se pai*, no sentido do conceito de parentalidade, definido por Houzel (2004), que se inicia com o desejo de ter um filho e continua sendo construído ao longo da constituição da nova família (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Em contrapartida, expectativas mais idealizadas em torno da adoção foram expressas no discurso dos entrevistados que pretendiam adoções monoparentais. Ambos ampliaram o perfil de criança ou adolescente aceito após o ingresso no cadastro de adotantes, porém, influenciados por diferentes fatores. Enquanto Marcela ampliou o perfil de criança aceita através da participação em espaços reflexivos, Adriano o fez mobilizado pela campanha Adote um Boa Noite.

Ainda que de maneira menos intensa do que Adriano, Marcela apresentava expectativas idealizadas da adoção, reveladas pela crença na suficiência do amor materno para superar dificuldades, conforme sua fala: *“eu acho que ser mãe... é você amar incondicionalmente um outro, um outro ser... uma criança, um jovem, um adolescente”*. No entanto, Marcela demonstrava que vinha trabalhando suas idealizações através da participação no GAA e na psicoterapia individual, reconhecendo a importância destes espaços para amadurecer e sustentar seu projeto adotivo.

Para Levinzon (2013), é importante que estas expectativas idealizadas possam ser diluídas de forma a permitir o êxito da adoção pois, como em toda relação parento-filial, existem conflitos e ambiguidades de sentimentos mobilizados no encontro entre pais e filhos, complexidade que vai para além da crença de que o amor seria suficiente para sustentar vínculos desta natureza.

Caminhando na direção contrária ao trabalho reflexivo, após três anos do ingresso no cadastro de adotantes, Adriano ampliou a idade da criança ou adolescente pretendido mas, reiteradamente, recusou a aproximação com adolescentes acolhidos, revelando a disparidade entre suas expectativas e a realidade da construção de vínculos de filiação adotivos, conforme se depreende de sua fala:

vai chegar e vai ser meu filho e vai morar comigo e vai pra escola e a gente vai ver quais são os interesses dele e aí vamos né, ver.... ah, quer fazer um curso disso, quer jogar futebol, quer ah vamos, vamos tocando, mas não imaginava ah... que podia ter um sofrimento ali né [...] e que você ia ter que lidar com esse sofrimento [...] não tinha pensado nisso [...] essa realidade não tinha chegado em mim (Adriano).

A paralisia do entrevistado frente à iminência do início de uma relação parental parece ter colocado em evidência um projeto adotivo pautado em carências, necessidades e

idealizações, em contraposição ao desejo de parentalizar (GOMES; MARQUES; ISHARA, 2018).

É relevante a discrepância das expectativas idealizadas do único entrevistado mobilizado por campanha publicitária na ampliação do perfil de criança e adolescente aceito, comparativamente ao discurso dos outros entrevistados. Neste sentido, a estratégia utilizada pela campanha Adote um Boa Noite parece ter ido ao encontro das idealizações do pretendente, na medida em que a exposição da imagem das crianças e dos adolescentes não só reforça uma lógica mercadológica na adoção (NAKAMURA, 2019), reconhecida pelo entrevistado, como também dificulta a explicitação da complexidade envolvida nas adoções, especialmente quando se trata de crianças maiores e adolescentes e seu histórico de dificuldades e sofrimento psíquico.

Adriano explicitou estes aspectos em seu discurso: “*A minha implicância com o Adote um Boa Noite é que eu não gosto muito da... da divulgação das imagens das crianças do jeito que é feito [...]. Dá um ar meio comercial entre aspas, né, então isso é a minha implicância*”, e complementou, sobre quando passou a conhecer, em maior profundidade, a história de vida das crianças e dos adolescentes:

elas [as técnicas da VIJ] apresentaram várias crianças, teve um outro contato, de um outro Fórum, que eu, que eu nem... segui ... porque... era uma criança ainda ... bom, um jovem né, ahn.... muito medicado, com, com... problemas de, de... violência e tal, né.... e eu falei ah, pra isso eu não tô pronto agora não (risos). Então nem fui ... nem fui atrás né (Adriano).

A realidade para a qual Adriano explicitou que não estava preparado era justamente o histórico de violências e privações vivenciado por crianças maiores e adolescentes institucionalizados, o que não é uma exceção dentre a maioria dos que aguardam uma família substituta, e que coloca em evidência o engano ocasionado pelo estímulo à adoção através de motivadores externos, como é o caso das campanhas publicitárias que, ao mobilizar motivações humanitárias, reforça a visão idealizada da criança e “impedem o processo de parentalidade” (LÉVY-SOUSSAN, 2010a, p. 64).

Peiter (2016) alerta para a existência de campanhas, divulgadas na mídia, que disseminam a adoção como saída para problemáticas sociais no país, o que se apresentou no discurso de Adriano: “*você vê ali aqueles jovens, precisando né de um boa noite, do beijo de boa noite, você fala: ‘puxa vida, é verdade né’. Você tem esse, esse público também que, que, que... pode ser bastante interessante*”.

De acordo com Nakamura (2019), ao serem apresentados como livremente disponíveis ao desejo dos adultos, crianças e adolescentes deixam de figurar como sujeitos-alvo de políticas públicas de proteção integral e são reduzidas a meros objetos merecedores de caridade. Lidar com estas crianças como um público disponível e basear a decisão de adotar nesta disponibilidade externa revela a lógica mercadológica existente nesta modalidade de campanha (SILVA, 2018). Ademais, Adriano realizou uma inversão na lógica de prioridade entre adotantes e adotados, revelando que seu interesse em adotar determinados adolescentes deveria prevalecer sobre o de outros possíveis interessados, por ter se sentido atraído por eles em momento anterior, explicitando o deslocamento destas crianças e adolescentes de uma posição de sujeito de direitos, para a de objetos disponíveis ao interesse dos adotantes, conforme observado em sua fala:

no Adote um Boa Noite tem dois irmãos [com 11 e 15 anos] [...] o dia que eu vi eu falei “Nossa!” né, gostei tanto, que eu vou procurar. Mas ainda não procurei. Então também é uma outra coisa que eu penso... ahn, eu tenho que procurar, porque se eu não procurar, eu não vou me sentir livre de pegar outro [...] pode ser até que não, que seja uma bobagem e tal, mas fala “puxa, mas eu gostei, não é justo, né, passar alguém na frente, porque eu gostei, né!” [...] então vou procurar né, de repente dá alguma ... liga legal (Adriano).

Esta inversão de prioridade se coloca, até mesmo, em contrariedade ao princípio do ECA de que a adoção apenas deve se efetivar por motivos legítimos, quando apresentar real vantagem ao adotando (BRASIL, 1990). Vista como solução para o problema social do abandono, acompanhada da crença de que tornar-se pai se daria naturalmente a partir do contato com a criança ou o adolescente, compreendemos que a adoção se apresentou no discurso de Adriano como algo tão simplório quanto o divulgado pela campanha - como um simples boa noite -, na contramão do delicado processo psíquico envolvido na construção desse tipo de filiação (PEITER, 2016).

No que tange aos sentimentos dos pretendentes relativos à história de vida pregressa das crianças maiores e dos adolescentes a serem adotados, a clareza quanto à importância dos pais biológicos na vida dos filhos, bem como de cuidadores substitutos e profissionais das instituições de acolhimento, se colocou, para a maioria dos entrevistados, como um aspecto relacionado à aceitação de um perfil amplo de filho pretendido. Marcas do passado, relacionadas a situações de violência, abandono e longo período de institucionalização eram compreendidas pelos entrevistados como elementos que influenciariam no modo de ser e de se

expressar destas crianças e adolescentes, conforme se depreende da fala dos entrevistados: “Elas já vêm de uma história de abandono e de um tempo de abrigo muito grande [...], dez anos [...] então assim, a carga de traumas eu acredito que é bem maior” (Daniel);

muitas pessoas passaram por elas. Elas não têm uma referência só. Não é só a mãe, só o pai, só a tia, só a avó. É a mãe, o pai, a tia, a avó, a... não sei quem, a... a tia que trabalhou no ano tal, a outra que trabalhou no outro ano, [...] aquela que levava pra casa, aquela que cuidava, aquela que tinha não sei o quê. São muitas raízes pra um tronco só nessa árvore (Sara).

Se, por um lado, o medo da história de vida pregressa pode limitar a idade aceita pelos pretendentes (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016), por outro, sentir-se instrumentalizado para lidar com ela pode ampliar o perfil aceito pelo adotante. A relação entre acreditar na própria capacidade para lidar com a história de vida anterior da criança e a ampliação do perfil de criança aceita se apresentou na seguinte fala:

E aí depois de... do acompanhamento, dos grupos de apoio, das terapias, você vai percebendo que a criança, tanto a pequena como a grande, ela vai ter que ser respeitada na história dela e ela vai trazer ... muita coisa do que ela viveu, né. O tempo de abrigo também né, é muito complicado pras crianças, é, principalmente eu acho que adoção tardia, eles ficam muito tempo lá [...] então, eu acho que a primeira coisa vai ser acolher a história dela. Eu acho que ela vem com uma história, com uma bagagem. Eu acho que vão ter desafios, não vão ser desafios pequenos [...] E eu me sinto, hoje eu me sinto segura em relação a isso (Marcela).

O medo da bagagem da criança, referente às vivências anteriores à adoção, especialmente quando se trata de crianças maiores, é frequente entre os pretendentes e se baseia em fantasias que podem ser diluídas com a participação em GAAs e palestras com profissionais (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Isto se apresentou no discurso de todos os entrevistados, à exceção de Adriano, que não participava de espaços reflexivos e, ao conhecer a história de vida real de algumas crianças maiores e adolescentes que lhe foram apresentados pela VIJ, se surpreendeu com o fato delas não serem, necessariamente, órfãs, conforme sua fala:

eu não tinha muita preocupação com isso, agora [...] primeira criança que [me apresentaram] tinha uma [...] história de ah... irmãos presos. E de uma ligação forte dele com a família. Eu falei gente, eu não sei se eu, se eu... como trabalhar isso, né [...] é uma coisa que é engraçado, eu nunca tinha pensado

nisso, de ter os irmãos, de ter pai vivo, mãe viva, né, e como, como... era essa relação. E até [...] não se chama mais de orfanato porque não são órfãos né, e aí você fala pô é verdade né, não, não... grande parte não é órfão né (Adriano).

Para a maioria dos entrevistados, no entanto, reconhecer a importância da história de vida anterior da criança, bem como o papel dos novos pais em acolhê-la, se apresentaram como elementos facilitadores para a ampliação do perfil de filho aceito pelos pretendentes. Como consequência, surgiu no discurso dos entrevistados a compreensão de um lugar parental na adoção diferente daquele ocupado pelos pais biológicos, o que inclui não compreender como um ataque pessoal quando a criança ou o adolescente se refere a figuras importantes do seu passado, estando relacionado à capacidade dos pretendentes em tolerar a diferença representada pelos novos filhos (GIBERTI, 2011), bem como uma abertura para a alteridade, que envolve aceitar o outro a partir de sua história (MACHADO, 2014), como se depreende das seguintes falas:

Pra mim ela [mãe biológica] nunca foi minha rival [...] pra mim sempre foi a mãe. E eu tenho que... eu nunca vou ocupar o lugar dela. E eu não preciso ocupar o lugar dela. É... esse lugar, é o dela. Eu tenho um outro lugar [...] [a mãe biológica é alguém] que teve uma história, que teve uma dificuldade, uma necessidade... E ainda é referência das meninas ... E que vai ser sempre! Vai ser sempre! (Sara/Daniel).

nós temos que ter um respeito muito grande pelo passado dele né, é, respeitar o pessoal lá que o criou, que, da família, dos avós, enfim, então eu acho que... tudo, tudo que envolve respeito dele, quando ele veio, do local, da região [...] então eu acho que você respeitar a criança de todas as formas (Vinicius).

A gente nunca tentou afastar [a família biológica]. Muito pelo contrário. Porque é a história deles, não tem por que negar isso [...] então assim, você vê toda uma história e que assim, cara, não adianta você tirar ou fantasiar [...] por pior que ela passa, é a raiz dela. Ela vai querer voltar. Pior que ela tomou na cara, mas é a raiz dela (Ana).

isso é uma coisa que a gente aprendeu também. Eu sou, somos né, muito tranquilos com relação a isso [o passado da criança], e é um conselho que nós damos, eu participo de outros grupos de adoção também, e eu falo pro pessoal, eu falo olha gente, esse sentimento de posse, de não respeitar o passado da criança, isso é algo muito perigoso viu, não façam isso, a gente tem que respeitar o passado da criança, saber que ela teve uma mãe, saber que ela teve um pai, se tiver irmãos, enfim (Marcos).

As falas dos entrevistados evidenciaram a compreensão das duas facetas da filiação adotiva; a que se constrói juntos aos pais adotivos, e a que se desfaz com relação aos pais biológicos (LÉVY-SOUSSAN; MARINOPOULUS, 2010), estando mais evidente na adoção de crianças maiores e adolescentes, na medida em que a memória sobre seu passado poderá ser transmitida, através da fala, aos novos pais (GIBERTI, 2011).

Desse modo, a abertura para a aceitação da criança e do adolescente a partir da valorização de sua história de vida e de seu passado, correspondente ao respeito à alteridade, se colocou como uma característica da maioria dos pretendentes para esse perfil, o que evidencia, conforme apontado por Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018), a importância de existirem espaços para que os medos e fantasias, relacionados ao passado destas crianças e adolescentes e às bagagens que carregam, possam ser trabalhados.

Outro fator apresentado pelos entrevistados, relacionado à abertura para a aceitação de crianças maiores e adolescentes, foi o contato com famílias que passaram pela experiência da adoção e compartilharam dificuldades e formas encontradas para superá-las. Este compartilhamento se mostrou importante tanto para desmistificar medos e fantasias acerca da adoção de crianças maiores e adolescentes, quanto para contribuir na aquisição de recursos psíquicos, por parte dos adotantes, para lidar com os conflitos surgidos na relação com os filhos.

O principal espaço propiciador desta troca de experiência referido pelos entrevistados foram os GAAs, dos quais todos participavam, com exceção de Adriano, que não frequentava nenhum espaço em que histórias sobre a adoção eram compartilhadas. Alguns dos entrevistados relataram a obrigatoriedade de participar de um número específico de encontros dos GAAs como exigência para habilitação à adoção junto à VIJ, enquanto outros participavam voluntariamente, e até mesmo trabalhavam na organização e realização dos encontros. As seguintes falas ilustram o resultado da troca de experiências entre famílias adotantes para os entrevistados:

Então, hoje eu me sinto mais segura. Porque eu acho que esse Grupo de Apoio, eu acho que ele é fantástico nesse processo, né. Porque você vai vendo algumas realidades, você vai conhecendo outras pessoas, vai reagindo, vai interagindo... e eu acho que esse casal, que teve os adolescentes [...], eles trouxeram várias experiências em relação a... que não é... um bicho de sete cabeças né. E aí eu acho que isso foi me motivando mais a eu mudar o meu perfil (Marcela).

essas pessoas que estão no grupo veem que elas não estão sozinhas, que o que acontece com elas, acontece com os outros, e essa experiência pode ser partilhada [...] E eu comecei a perceber o como que era importante pros casais que chegavam quando [...] eles viam que os meninos me chamavam de mãe, por exemplo. As meninas me chamarem de mãe.... choca as pessoas [...] e aí quebra também um ... um preconceito, um tabuzinho, de que eu só vou pegar pequenininho, porque eu não sei se o maiorzinho vai me chamar de mãe (Sara/Daniel).

Do discurso dos participantes, empreendemos que os pretendentes se beneficiaram do compartilhamento de experiências propiciado pelos GAAs e passaram a desejar também servir de influência para que outros ampliassem o perfil de criança ou adolescente aceito. Contribuíam para a quebra de tabus e preconceitos, utilizando o relato das próprias vivências como meio de fornecer apoio e suporte, no sentido do que fora relatado por Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) acerca da influência dos GAAs. Esses, enquanto organizações de pais adotivos que se unem na tentativa de promover uma nova cultura da adoção, contribuem efetivamente para a ampliação do perfil desejado pelos adotantes.

Esta dupla função, de receber suporte e fornecê-lo a outros, se apresentou naturalmente na fala dos entrevistados, que desejavam compartilhar seus aprendizados para fazer com que outras pessoas também pudessem adotar crianças maiores e adolescentes, compreendendo que a parentalidade pode ser exercida em qualquer momento de vida da criança e do adolescente, como explicitado a seguir:

as pessoas elas criam uma falsa percepção de que ao é, optar pela adoção tardia, parte da vida da infância da criança, se perdeu. Olha, de forma matemática sim, ela se perdeu [...] isso não quer dizer que você é... não vai acompanhar é, situações é... importantes da vida da criança, por exemplo, o pai fala “ah, mas eu não vou ver o primeiro passo da criança” né, mas você vai ver a primeira vez que ela vai falar eu te amo [...] A fase de falar a primeira palavra papai, ou mamãe [...] É, essas frases assim que são muito românticas ali da paternidade, da maternidade, mas tem muitas outras, olha, é um universo tão cheio de coisas né... é, um universo tão cheio de coisas que, que não tem nada a ver (Marcos/Vinicius).

Ao relatar sobre os cuidados ofertados à criança maior e ao adolescente, os entrevistados deram exemplos do eixo psíquico da filiação, conforme conceituado por Lévy-Soussan e Maninopoulos (2010), como aquele que se constrói com o passar do tempo e o compartilhamento de sentimentos e vivências em comum. Neste mesmo sentido, ao enfocar o quanto a experiência da parentalidade, enquanto vivência subjetiva, existia independentemente

da idade da criança adotada, os entrevistados pretendiam estimular que outras famílias também pudessem se formar através da adoção de crianças maiores e adolescentes, conforme a seguinte fala:

São essas experiências né, e as pessoas elas acham que é o primeiro passo que é importante, é o primeiro, a primeira palavra, não gente, isso é bobeira. É, é uma fantasia que pode atrapalhar muito no seu projeto é.... de vida, no seu projeto de querer construir uma família [...] a minha psicóloga falou pra eu começar a me preparar pra fase da puberdade, a masturbação, essas coisas enfim, eu já tô aqui... preparando meu psicológico pra enfrentar essas questões, mas isso é uma delícia [...], isso é ser pai (Marcos).

Isto posto, o compartilhamento da experiência e da prática da parentalidade, enquanto vivências subjetivas frente aos papéis parentais e às práticas cotidianas propiciadoras de trocas afetivas entre pais e filhos, conforme conceituado por Houzel (2004), como algo que pode ser vivenciado junto a crianças maiores e adolescentes, se colocou como um elemento facilitador para a ampliação do perfil de filho aceito pelos pretendentes que se disponibilizavam a conhecer histórias adotivas.

A partir dos aspectos analisados, relativos aos elementos facilitadores para a adoção de crianças maiores e adolescentes, constatou-se que estratégias relacionadas ao oferecimento de espaços para trabalhar as idealizações em torno do filho adotivo se mostraram efetivas, na medida em que possibilitaram a ampliação do perfil de filho aceito a partir do amadurecimento do projeto adotivo e do surgimento de um lugar de filho diferente do inicialmente imaginado, conforme apontado por Silva (2018).

Neste sentido, o relato dos entrevistados permitiu compreender que o surgimento de expectativas mais pautadas na realidade da filiação adotiva, a instrumentalização dos pretendentes para lidar com a história de vida pregressa de crianças maiores e adolescentes e o compartilhamento de histórias adotivas, com suas dificuldades e superações, compõem um conjunto de intervenções que permitiram aos adotantes trabalhar a (des)idealização em torno do filho adotivo e, conseqüentemente, apresentar maior abertura para o acolhimento de crianças maiores e adolescentes, configurando-se como estratégias reflexivas junto aos pretendentes à adoção.

Em contrapartida, a estratégia utilizada na campanha publicitária Adote um Boa Noite, embora relatada por apenas um dos entrevistados, evidenciou um estímulo contrário ao trabalho de diluição da idealização, contribuindo para o distanciamento entre a busca pela adoção de

crianças maiores e adolescentes e os alicerces necessários para a construção da filiação e parentalidade adotivas. Corroborando este entendimento, identificamos que apenas o entrevistado envolvido pela campanha publicitária Adote um Boa Noite era o único, dentre a amostra estudada, a não participar de espaços reflexivos voltados a pretendentes à adoção.

Na direção contrária à ampliação do perfil de filho aceito pelos adotantes, alguns entrevistados relataram intervenções e orientações realizadas pela equipe técnica da VIJ para redução do perfil de criança ou adolescente pretendido. Neste sentido, ainda que estes entrevistados se disponibilizassem a adotar crianças ainda maiores, tiveram seu perfil reduzido, colocando em questão quais foram os critérios utilizados neste tipo de atuação, em conformidade ao questionamento de Trindade-Salavert (2010) sobre os critérios filosóficos, teóricos e científicos utilizados pelos profissionais encarregados da avaliação de candidatos à adoção.

A este respeito, a situação vivenciada por Marcos e Vinicius forneceu elementos para reflexão pois, apesar de sentirem-se disponíveis para adotar até mesmo adolescentes, respeitando apenas o limite de 16 anos de idade entre adotante e adotado, definido pelo ECA (BRASIL, 1990), foram orientados pela equipe técnica da VIJ a reduzir a idade pretendida, conforme se depreende das seguintes falas: *“É tanta coisa gostosa olha, se eu fosse mais velho, é que a gente tem uma limitação de 16 anos, eu até adotaria uma criança mais velha, sem problema nenhum, porque é tanta coisa que você experimenta nova, são fases”* (Marcos);

atendendo aí algumas orientações da equipe de Psicologia do Fórum aqui da nossa Comarca [...] eles falaram olha, o Gustavo precisa se sentir o primogênito, o mais velho, então é importante vocês pensarem numa criança um pouco mais nova. É, então a gente pensou de 6 até 9 anos (Marcos).

Ainda que a formação de uma nova família através da adoção esteja pautada em fundamentos diversos do vínculo biológico, o estímulo à adoção de uma criança mais nova do que o filho adotado anteriormente remete a uma tentativa de reproduzir o modelo de família biológico, em que o primogênito, necessariamente, é mais velho do que os irmãos que poderão advir da relação dos pais. Assim, é possível que a tentativa de reprodução do vínculo biológico na adoção estivesse presente também nos profissionais envolvidos na habilitação de pretendentes perante a Justiça, se colocando até mesmo como um limitador à colocação de crianças maiores e adolescentes em adoção.

Conforme apontado por Cecílio e Scorsolini-Comin (2018), é fundamental que os profissionais que atuam neste campo revejam seus posicionamentos e elaborem seus estereótipos referentes ao modelo de família que possuem. Os autores apontam para a subjetividade das intervenções realizadas pelos profissionais envolvidos na avaliação de pretendentes à adoção no contexto brasileiro e alertam sobre a importância da imparcialidade quanto a crenças morais e preconceitos para que o trabalho se coloque a serviço do melhor interesse da criança.

O estímulo à redução da idade da criança ou adolescente pretendido também foi relatado por Adriano durante seu processo de habilitação à adoção junto à VIJ, tendo sido estimulado a reduzir a faixa etária da criança pretendida para até no máximo seis anos - o que não correspondia à sua vontade-, sob a argumentação de que a adaptação de uma criança menor seria mais fácil. Posteriormente, no entanto, após três anos de espera, foi estimulado a ampliar a faixa etária, através da Campanha Adote um Boa Noite, e da ação da equipe da VIJ para sensibilizar quanto à adoção de crianças maiores e adolescentes, sem que tenha sido realizado um trabalho reflexivo, que possibilitasse entrar em contato com suas próprias motivações e expectativas, conforme explicitado nas suas falas. A primeira delas referia-se à avaliação inicial para habilitação à adoção e a segunda, à reavaliação, realizada a cada três anos, conforme determinado no ECA (BRASIL, 2017):

eu dei uma faixa etária menor, mas foi muito por influência da psicóloga do Fórum, ela falava “não, acho melhor você pegar menor, acho que a faixa maior não vai ser bom pra você” e tal. Mas ... não, não era exatamente o que eu queria. Mas depois de 3 anos você é chamado de novo né, então eu aumentei a faixa, eu falei ah, eu ... eu acho que pra mim seria mais legal o mais... mais, ahn, com mais idade (Adriano).

outro dia eu fui no Fórum, eu também fui chamado lá, e aí é um, você passa a tarde numa série de palestras, e depois põe as fotos, os filminhos das crianças, eu falei bom, então acho que é um jeito que eles encontraram de levar um grande número de crianças [de perfil preterido] pra um ... pro público né (Adriano).

Paiva (2008) já apontava para a diversidade de abordagens teóricas utilizadas pelos profissionais que atuam neste campo, o que leva a posicionamentos diferentes e, até mesmo, contraditórios, entre as diversas VIJs do Estado. Para a autora, questões subjetivas dos profissionais perpassam sua atuação e sustentam esta pluralidade de posicionamentos.

Quanto à ampliação de perfil realizada por Marcela, é relevante que esta mudança tenha englobado tanto a aceitação de uma criança menor, quanto maior, comparativamente à idade definida durante seu processo de habilitação à adoção junto à VIJ, ou seja, inicialmente desejava uma criança entre 2 e 5 anos de idade, e posteriormente ampliou seu perfil para aceitar crianças entre 0 e 8 anos. Apesar de não desejar um bebê, considerou que esta poderia ser uma forma de conseguir adotar mais rapidamente, conforme se depreende de sua fala:

eu ampliei de zero a dois [anos] não tanto pelo.... desejo assim de ter um bebê. Mas pelo Fórum. Porque todas as crianças que saíam do Fórum [...] só saía bebê [...]. Aí eu falei, gente, então eu vou ampliar, também, tanto de um lado como de outro, pra ver o que vai acontecer. E aí eu fui até questionar, porque tem [...] crianças maiores, é... eu questioneei a psicóloga do Fórum, “mas o que está acontecendo? Eu tô há um ano e três meses, é muito tempo pra quem vai pegar uma adoção tardia”. E aí ela falou que o próprio Fórum estava com dificuldade dessa questão da adoção tardia porque estava tendo devoluções e eles estavam tendo problema. Aí eu falei ah, então tá explicado porque que só tá saindo bebê, né (Marcela).

Os elementos apresentados pelos entrevistados evidenciaram não apenas ações direcionadas à ampliação do perfil de criança pretendida - através de estratégias de reflexão junto aos pretendentes e de campanhas publicitárias -, mas também à redução deste perfil, o que corrobora o entendimento de Cecílio e Scorsolini-Comin (2018) acerca de preconceitos e valores morais que balizam a atuação de profissionais neste campo, contribuindo para arbitrariedades do contexto jurídico, e nos leva a refletir não apenas no preparo ofertado aos pretendentes, mas também aos profissionais envolvidos neste tipo de atuação.

8.3 O preparo dos pretendentes

A análise dos elementos apresentados pelos entrevistados, relacionados à busca pela adoção de crianças maiores e adolescentes, revelou que a possibilidade de transformar idealizações em torno do filho adotivo em expectativas mais condizentes com a realidade da filiação e parentalidade adotivas estava relacionada ao preparo para este tipo de adoção.

Desde 2009, o preparo de pretendentes à adoção é etapa obrigatória para o ingresso no cadastro de adotantes (BRASIL, 2009). De acordo com Levy e Gomes (2017), diferentes estratégias de execução dos programas preparatórios para a adoção vêm sendo realizadas, desde então, pelas diversas comarcas do país, sendo que a legislação prevê esta atribuição,

preferencialmente, aos assistentes sociais e psicólogos que compõe as equipes técnicas das VIJs. Em 2017, com as alterações legislativas decorrentes da Lei 13.509/17, os GAAs habilitados perante a Justiça também passaram a ser um recurso preferencial para o preparo dos pretendentes (BRASIL, 2017).

Dentre os entrevistados, o preparo para a adoção de crianças maiores e adolescentes decorreu, por um lado, de suas histórias de vida, e por outro, da participação em espaços de suporte, apoio e reflexão. Os principais espaços com esta finalidade, referidos pelos entrevistados, foram a psicoterapia, os GAAs e as intervenções realizadas junto às equipes técnicas das VIJs ao longo do processo de habilitação à adoção.

No que se refere ao preparo advindo da história de vida singular de cada um, encontramos histórico de adoções na própria família, a qual atribuíu significado positivo a esta forma de filiação, e experiência parental adotiva anterior.

Para alguns dos entrevistados, o histórico de adoções bem-sucedidas em suas famílias, inclusive de crianças maiores, os levou a considerar a adoção uma forma natural de parentalidade, mesmo quando a criança não é adotada tão cedo. A partir da experiência de seus familiares, estes entrevistados puderam diluir fantasias, medos e inseguranças com relação à adoção de crianças maiores. Além disso, viram surgir, em si mesmos, o desejo de dar seguimento à transmissão geracional através da adoção, compreendida como uma forma legítima de parentalidade, conforme se depreende das seguintes falas: “*Na minha família sempre foi ... algo... é, importante, a adoção. Então tem um histórico de adoção na minha família. Então a minha avó teve uma adoção [...], a minha mãe adotou, e eu sempre tive o desejo da adoção*” (Flávia);

E uma coisa que eu acho que também contribuiu com a mudança desse perfil, é que essa minha irmã, mais nova, ela é assistente social, e ela adotou um menino de 10 anos [...]. E aí eu acho que isso me tranquilizou um pouco. Porque eu falei, gente, a criança ela vem com as histórias dela, mas nós somos adultos, e a gente consegue trabalhar com essa questão (Marcela).

Para Solis-Ponton (2004), a influência da transmissão intergeracional na construção da parentalidade se relaciona ao modelo de pais que se teve, o qual será expresso no modo de ser pai e mãe de cada sujeito. Neste sentido, algumas entrevistadas exemplificaram elementos possivelmente relacionados à transmissão geracional de uma forma de parentalidade, a adotiva.

Quanto à vivência anterior da parentalidade, embora ela seja apontada na literatura como uma das características presentes naqueles que adotam crianças maiores (QUEIROZ, 2018; SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018), este elemento foi apresentado por apenas um dos casais entrevistados, que considerava estar instrumentalizado para adotar adolescentes depois de ter vivenciado esta fase de desenvolvimento dos filhos adotados anteriormente, como se depreende das seguintes falas: *“A questão da adolescência, os meninos nos ensinaram muito”* (Sara); *“é algo que a gente já passou”* (Daniel). Ainda que esteja presente em apenas uma das entrevistas realizadas, este dado se mostrou relevante por pertencer ao único casal heterossexual da amostra, o que nos levou a considerar que, dentro do modelo heteronormativo de família, a aceitação de crianças maiores e de adolescentes pode ser especialmente influenciada pela experiência anterior da parentalidade.

Isto posto, tanto a adoção realizada por familiares, como a vivência subjetiva anterior da parentalidade, no caso do casal heterossexual, se mostraram elementos facilitadores para a aceitação de crianças maiores e adolescentes, estando estritamente relacionadas à história de vida singular de cada um. No caso das adoções realizadas por familiares, esta experiência contribuiu para a compreensão da adoção de crianças maiores como algo natural, se colocando como um modelo de parentalidade a ser reproduzido. Depreendemos, assim, que esta singularidade na história de vida de alguns dos entrevistados colaborou para desmistificar preconceitos e estigmas relacionados à adoção de crianças maiores que, de acordo com Levy e Gomes (2017), ainda hoje habitam o imaginário social.

No que tange ao preparo obtido a partir da participação em espaços de apoio e reflexão, a psicoterapia foi relatada, pela maioria dos entrevistados, como um espaço privilegiado de autoconhecimento, propiciador de reflexões acerca da motivação para a adoção e de amadurecimento do projeto adotivo, sendo que, para alguns deles, o processo de psicoterapia se iniciou antes mesmo da busca pela adoção, conforme as seguintes falas: *“eu sofria muito, porque eu queria muito ter logo um filho pra que eu pudesse adotar depois, porque o combinado era que eu teria um pra adotar depois, tudo bem que eu só fui entender isso um tempo depois com terapia”* (Sara);

eu tava em terapia, nesse período, e aí dentro da terapia a gente foi conversando um pouco disso e eu saí da terapia e aí resolvi ir no Fórum. Fui no Fórum, tive algumas informações em relação à questão da adoção aí, daquele momento, eu já tomei a decisão (Marcela).

Eu faço terapia há muito tempo né, eu faço terapia já há 8 anos [...] no começo foi difícil da gente se alinhar. Mas eu acho que uma das propostas que eu fiz pro Vinícius era que ele também iniciasse né, o processo terapêutico. Começamos tal, começamos a desenvolver melhor essa ideia, e aí foi quando a gente tomou a decisão [de adotar] (Marcos).

Por se figurar como um espaço protegido e neutro com relação ao caráter avaliativo da VIJ, e ao julgamento moral da sociedade, a psicoterapia foi relatada por alguns entrevistados como o único espaço de confiança, conforme explicitado na fala: *“era o único ambiente que a gente podia confiar, depositar alguma coisa, falar ... porque é muito complicado [...] qualquer pessoa, amigos e família zero, esquece, pode ser o melhor amigo né, ele sempre vai soltar alguma coisa que vai te magoar”* (Marcos).

A importância da psicoterapia no preparo de parte dos entrevistados corrobora o entendimento de Levinzon (2006) acerca do trabalho psicoterapêutico junto a candidatos à adoção como forma de mobilizar a discriminação das motivações envolvidas na busca por um filho adotivo, tendo um caráter profilático, na medida em que possibilita uma melhor adaptação da nova família.

Com relação aos GAAs como espaço de preparo para a adoção, o relato dos entrevistados revelou práticas distintas quanto à abrangência de sua atuação. Enquanto para algumas VIJs a participação em encontros do GAA era obrigatória e compunha a etapa de preparação dos pretendentes prevista em Lei (BRASIL, 2009), para outras, era opcional. Apenas um dos entrevistados não participava de nenhum GAA, havendo grande visibilidade destes espaços dentre a amostra estudada, o que corrobora o apontamento de Levy e Gomes (2017) a respeito do crescimento do número de VIJs que recorrem aos GAAs como colaboradores do processo de preparação dos pretendentes à adoção.

Para todos os entrevistados que participavam deste espaço, foram ressaltados aspectos positivos, inclusive no que se referia à aceitação de uma criança maior ou de um adolescente: *“a gente veio amadurecendo, até no próprio trabalho do grupo [de apoio], a gente vem amadurecendo a ideia. Existiu o desejo de [a criança] talvez ter sete, oito anos de idade, mas nada impedia de ter uma idade maior”* (Daniel); *“Aí eu comecei a participar dos grupos de apoio, e aí eu fui percebendo a questão da... da adoção tardia [...] e aí [...] eu alterei o meu perfil”* (Marcela).

Mudanças acerca de estereótipos das crianças adotadas e do perfil de filho aceito, decorrentes da participação em grupos de apoio para candidatos à adoção foram referidas por Sequeira e Stella (2014), que também constataram um efeito terapêutico dos encontros nos GAAs, decorrente do acolhimento realizado pelo grupo, o que foi relatado por uma das entrevistadas, conforme sua fala: “*E o grupo [de apoio], apesar do objetivo não ser terapêutico, ele atende a essa função a hora que as pessoas passam pela porta e se deparam que tem mais gente ali*” (Sara).

Se, por um lado, o GAA era compreendido como um espaço de efetiva elaboração do projeto adotivo, tendo contribuído para a ampliação do perfil de filho desejado por alguns dos entrevistados, corroborando os apontamentos de Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) e Carvalho et al. (2017) a este respeito, por outro, um dos casais ressaltou o aspecto burocrático e desgastante dos encontros, quando esta participação era obrigatória, conforme a seguinte fala:

a questão do processo de habilitação [...] isso é um calvário, a gente levou dois anos pra gente se habilitar né, é muito sacrificante né, e é um tempo que às vezes a gente também não tem, eu lembro que a gente teve que fazer [...] 16 horas num Grupo de Apoio, tipo um alcoólicos anônimos, mas é pra pais que querem adotar e pais que adotaram, então são reuniões [...] pra você trocar ideias, tal, mas é todo sábado você tem que ir lá. Depois disso você fica o dia todo no Fórum também em reunião com a equipe, depois você tem que visitar um abrigo, e depois disso são 3 folhas de documentos (Marcos).

De acordo com Levy e Gomes (2017), a obrigatoriedade da participação em grupos reflexivos mobiliza questionamentos por parte dos pretendentes, no entanto, é possível estabelecer um enquadre que favoreça o surgimento de dúvidas e angústias, com seu devido acolhimento por parte do grupo.

Embora a etapa obrigatória de preparação de pretendentes esteja prevista em Lei, não existem parâmetros específicos de como esta deve ser organizada, ficando a cargo de cada VIJ decidir pela obrigatoriedade, ou não, da participação em grupos externos ao Judiciário. Levy e Gomes (2017) esclarecem que no Brasil, de um modo geral, existe uma organização que contempla encontros informativos organizados pelas equipes técnicas da VIJ, seguidos de encaminhamento para espaços reflexivos, o que incluiria os assistentes sociais e psicólogos ao menos em parte da preparação dos pretendentes. De acordo com Sequeira e Stella (2014), é importante que os pretendentes à adoção sejam escutados fora do ambiente jurídico, para que tenham condições de compartilhar suas angústias frente à adoção.

A etapa preparatória à adoção realizada pela própria equipe técnica da VIJ foi relatada por um dos entrevistados, tendo sido ressaltado o aspecto informativo deste momento, em consonância aos apontamentos de Levy e Gomes (2017), conforme se depreende da seguinte fala:

Foi esclarecedor. Né. É, as palestras que a gente participava, elas tinham muito esse condão de fazer com que a pessoa enxerga a realidade do processo adotivo né, de que nem tudo são flores, né, é... dava muitos relatos de devolução de crianças, o quão doloroso isso era [...] a perspectiva do Judiciário, eu aprendi muito né, mas... é, é... eu é... é... foi um banco de dados, sabe? Eu fui pegando as informações, fui guardando [...] aí, quando você adota e vem, aí é... aquele, aquelas informações que foram armazenadas no banco de dados, elas começam a fazer mais sentido. Então foi a, ajudou num sentido de esclarecer né. E depois, e de fazer com que a gente se conscientizasse de que aquilo era uma fase, e aquilo é normal né, no processo de adoção. Não tem nada de anormal olha, você vai passar isso mesmo (Marcos).

Dentre as intervenções realizadas especificamente pelo Judiciário, um dos entrevistados ressaltou o compartilhamento de experiências através das informações prestadas como um aspecto preparatório e preventivo na adoção, especialmente no que tange aos testes. A este respeito, Levinzon (2020) aponta que a fase de testes geralmente é vivenciada nas adoções de crianças maiores como uma tentativa do adotando de testar a aceitação dos pais, o que se explicitou nesta fala:

Os testes né, nossa, eu lembro que eu vi um depoimento no Fórum, de uma... de uma mãe, essa mãe era solteira, [...] e ela falou que a filha dela chegou, e [...] tampou todos os ralos da casa, ligou todas as torneiras, quando ela chegou no apartamento, tava tudo encharcado [...] e a menina já fez aquilo que ela queria ser devolvida né, no abrigo. E aí ela chegou, a primeira coisa que ela falou foi [...] “olha, você pode derrubar essa casa, mas você vai continuar sendo a minha filha” [...]. Então isso é bom né, pra você colecionar essas experiências porque no momento certo elas vão ser utilizadas (Marcos).

Ainda no que tange à percepção relativa à atuação das equipes técnicas das VIJs, o discurso dos entrevistados revelou que a dupla finalidade de preparo e avaliação, quando realizados pelos mesmos profissionais ou a mesma equipe responsável pela habilitação à adoção, favorece que o aspecto avaliativo seja ressaltado, em detrimento do preparatório, conforme apontado por Almeida (2012) e exemplificado pelas seguintes falas:

na primeira habilitação [...] eu tinha muito medo delas [as técnicas do Judiciário]. Depende de você a realização de um sonho meu. Então você está ali avaliando [...] a entrevista no Judiciário é uma chamada oral que não tem da onde você estudar alguma coisa pra dar uma resposta porque você não sabe o que é que aquela pessoa quer ouvir. Então você vai falando de você, mas com medo de, sei lá, será que eu posso falar isso? (Sara/Daniel).

Segundo Paiva (2008), a obrigatoriedade das avaliações para ingresso no cadastro de adotantes leva os pretendentes à crença de que existem requisitos que devem ser cumpridos, potencializando o caráter persecutório deste momento. Para a autora, a crença na existência de uma resposta certa a ser dita reduz a espontaneidade dos encontros; no entanto, o vínculo estabelecido entre o profissional e os entrevistados pode alterar esta percepção e possibilitar o surgimento de falas mais autênticas, reveladoras de significados conscientes e inconscientes do candidato em torno da adoção.

Dentre as atividades realizadas pela equipe técnica da VIJ, Sequeira e Stella (2014) destacam que a escolha do perfil de criança pretendida, feita através do preenchimento de um formulário com características como idade, doenças ou deficiências, geralmente é vivenciada com desconforto pelos pretendentes, o que também foi relatado por alguns entrevistados, conforme suas falas: *“Eu acho que preencher aquele formulário é massacrante [...] acho que tá certo, acho que tem que ter, assim, o processo é um processo complicado, mas acho certíssimo, né. Não sou contra, eu só acho que é, é massacrante”* (Adriano); *“ela [a técnica da VIJ] pergunta pra você relatar, aquelas tabela do, aquele formulário de açougue, que parece que você vai no mercado comprar um objeto, é um negócio que você fica um pouco incomodado”* (Marcos).

A partir das falas destacadas, depreendemos que o encontro com o Judiciário propiciou o necessário confronto entre a idealização em torno do filho adotivo e a realidade das crianças e adolescentes institucionalizados, no entanto, parece ter falhado em fornecer o acolhimento das angústias emergentes deste confronto, dado o caráter também avaliativo atribuído aos profissionais das VIJs. Isto posto, compreendemos que a sobreposição da finalidade avaliativa e preparatória, colocada às equipes técnicas das VIJs no trabalho junto a pretendentes à adoção, restringe o alcance do caráter preparatório das intervenções.

De acordo com Levy e Gomes (2017, p. 163), o termo “preparação” abrange o duplo sentido de “informar e provocar reflexão”, o que, a partir dos conteúdos explicitados pelos entrevistados, pôde ser alcançado através da junção de espaços que propiciassem estes dois

aspectos, como a psicoterapia, a participação em grupos reflexivos, representados na amostra estudada pelos GAAs, e os encontros com a equipe técnica das VIJs.

A maioria dos entrevistados sentiam-se preparados para adotar, no entanto, reconheciam as limitações do preparo no que se referia à parentalidade, decorrentes da ausência da criança real durante este período. Para Levy, Pinho e Faria (2009), antes da chegada da criança, é possível discutir apenas fantasias e expectativas em torno de um projeto, situação que se modifica a partir do encontro concreto com o futuro filho, que fará emergir aspectos da parentalidade, até então, tratados apenas de maneira abstrata. As seguintes falas foram ilustrativas a este respeito: *“eu acho que eu estou preparada. Apesar que a gente nunca tá preparada totalmente né. Sempre vai ter o que vai fazer a gente refletir, repensar o processo, mas eu acho que eu tô preparada”* (Marcela); *“Preparado a gente está, pronto não. É diferente. Pode estar preparado pra algumas, pra essas questões, pra perguntar, pra saber as informações... pronto a gente num está”* (Daniel).

O único entrevistado que não vislumbrava a necessidade de se preparar para a adoção era também o único da amostra que se mantinha distanciado de espaços reflexivos e apresentava, em sua fala, indícios da tentativa de apagar a diferença entre a filiação biológica e adotiva, ilustrada por seu questionamento de que *“quando você tem um filho ... filho mesmo né, não adotado [...] você não faz uma preparação, acho, quando você vai ter um filho. Então por que você vai fazer uma preparação quando você vai ter um filho que é adotado?”* (Adriano).

Para Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015), a parentalidade, seja adotiva ou biológica, prescinde de preparo para que idealizações e expectativas irreais possam ser diluídas. Além de auxiliar na reflexão sobre as expectativas e as motivações imbuídas na adoção, bem como na elaboração do luto pelo filho idealizado, o trabalho de preparo junto aos pretendentes também possibilita identificar as diferenças entre o filho biológico e o filho adotado, que devem ser reconhecidas e consideradas em sua especificidade para que não seja negada a realidade do adotado (LEVINZON, 2013; SILVA 2018).

No entanto, mesmo Adriano, ao ser chamado no Fórum para conhecer a história de uma criança dentro do perfil para o qual foi habilitado para adotar, passou a questionar o seu preparo para a adoção:

com essa história dessa criança, eu fiquei pensando se eu tô 100% preparado, né. Porque... Porque eu ainda sou muito focado no trabalho [...] como é que vai ser? Eu vou ter que ser menos focado. No trabalho né. Eu vou ter que ah,

aconteceu alguma coisa eu vou ter que sair correndo, eu vou ter que ir atrás né, então ... eu tô pronto pra isso? Não sei (Adriano).

Desta forma, ainda que tardiamente, o entrevistado reconheceu que, sem informação e reflexão acerca da adoção, não seria possível dar início a uma relação parental, conforme sua fala, referindo-se ao momento em que se encontrava, após três anos junto ao cadastro de adotantes à espera do filho adotivo:

eu acho que eu recomencei esse processo. Com mais informação. Que talvez isso, ahn, tenha faltado. Talvez por eu não ter ido atrás também, né. Não vou dizer que foi só a, o... e também porque eu acho que tem uma coisa importante, você ouve o que você quer, né. Você às vezes ouve, mas não ouve. E aí quando vem a realidade, tá aí (Adriano).

Embora o processo de diluição das idealizações e transformação das expectativas, alcançados com o trabalho de preparo para a adoção, seja imprescindível para a construção da parentalidade adotiva, existe um caráter imprevisível na organização psíquica da parentalidade, relacionado a representações inconscientes, que apenas serão descobertas após o encontro entre adotantes e adotados (MACHADO, 2014). Um dos casais que já havia iniciado a convivência com os adolescentes exemplificou este aspecto na medida em que, embora tivesse clareza sobre sua expectativa de formar família através da adoção, o início da convivência foi vivenciado como um “*choque de realidade*” (Flávia/Ana):

Por mais que eu trabalhe em abrigo, eu trabalho há vinte anos [...] E sempre falei pros pais é, pros pretendentes, como que era, como que tinha que fazer... eu orientava, e tudo o mais. O inverso, eu passar por isso, pra mim foi um baque, que eu falei não adianta você falar, a hora que você vive, é completamente diferente. Que falar é fácil. O dia a dia, você passar as dificuldades de realidade, de, de forma de ver o mundo... é completamente diferente (Flávia).

A partir da fala das entrevistadas, depreendemos que o encontro com o filho real trouxe imprevisibilidades, cujo manejo dependeu da capacidade do casal parental em ajustar as expectativas em torno da parentalidade. De acordo com Levinzon (2014c), aos pais adotivos é exigido um trabalho de ajuste entre as expectativas sobre o filho imaginado e o filho real, tarefa que pode ser mais árdua dependendo da especificidade de cada situação.

No caso de crianças maiores e adolescentes, dado o maior tempo de vivências anteriores à adoção, seu passado irá influenciar significativamente na construção do vínculo entre pais e filhos, compondo o que fora denominado por Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) como bagagem da criança.

Especificamente nas adoções monoparentais, Levy (2005) aponta a importância da existência de redes de apoio, formadas por familiares, amigos e a comunidade, de um modo geral, para que o adotante se sinta apoiado e acolhido em sua escolha, e para que a criança tenha outras pessoas significativas com as quais se identificar. Para a autora, a rede social teria a função de suprir a figura parental ausente na monoparentalidade, e se mostra fundamental para o desenvolvimento e acolhimento familiar do adotado. O relato de uma das entrevistadas contemplou a importância de sua família também ser considerada na adoção pleiteada, conforme sua fala: *“A partir do momento que a gente..., que eu adoto, eu não adoto sozinha, eu adoto com uma rede, né, de pessoas. Você adota sua família, você adota com os amigos”* (Marcela).

Justamente por considerar a importância de ponderar o preparo também de sua família, a entrevistada receava adotar uma criança que não fosse acolhida por seus pais, dada sua bagagem de vida, como exemplificado na seguinte fala:

Eu acho que eu fico mais preocupada com as pessoas que vão estar em volta, e com os sentimentos dessa criança pra que ela não [...] tenha mais sofrimentos e perdas que ela já teve até agora, né. Mas acredito que a família também está bem estruturada pra isso. Pra receber essa criança (Marcela).

Já no caso de Adriano, que também pleiteava uma adoção monoparental, seu relato evidenciou a inexistência de redes de apoio, familiares ou sociais, que o auxiliassem no exercício parental, o que possivelmente figurava como um dos fatores que o impediam de, efetivamente, levar adiante o projeto de adoção. Neste sentido, sua fala a respeito do envolvimento de sua família em seu projeto adotivo revelou que se tratava de uma experiência solitária, conforme se depreende de sua fala: *“eu acho que pros meus irmãos, meus sobrinhos, [...] não teve problema nenhum. Minha mãe acho que ficou um pouco assim, mas minha mãe é uma senhora de 90 anos né, então [...] não sei se ela não curtiu muito e tal”*.

No que tange aos desafios vividos na relação entre pais e filhos adotivos, os entrevistados que já haviam iniciado convivência com as crianças e adolescentes

exemplificaram algumas situações vivenciadas no encontro com o filho real, relacionados a intensos sentimentos de insegurança e o medo do abandono, manifestos no contato com os novos pais, conforme se depreende das seguintes falas:

E traz a carga do eu sou burra, ninguém me aceita, eu não faço nada certo, ninguém me ama, ninguém me quer... Mas não ninguém me ama, ninguém me quer, como a gente vê aquela criança mimada ou birrenta, não. Aquilo é ela, é o... o sentimento mesmo (Daniel/Sara).

E às vezes quando eles cobram muito [...] aquilo vai juntando tanto que a hora que eu vou conversar ele chora, mas é de soluçar de não conseguir respirar [...] falta o ar nele, você vê que é sentido o negócio. Eles falam que [...] ah, meu irmão não me ama mais. Não sei o quê. Eu falei não, não é isso. Até você explicar... [...] então, essa coisa de abandono neles é muito forte. E vai, eu acho que vai ser sempre. Você não consegue tirar de uma vez (Ana).

Além destes sentimentos, foram relatados atrasos no desenvolvimento escolar, como exemplificado pela entrevistada: “a gente acabou descobrindo ... um certo déficit, não é nem déficit, né, é um... foi uma falta de estímulo... do mais novo, é, ele tem um problema de aprendizado [...] ele ficava nervoso. Ah, eu sou burro, eu não sei, eu não lembro” (Ana).

As falas dos entrevistados remetem a algumas características com as quais os pais adotivos de crianças maiores e adolescentes precisam lidar, que não correspondem necessariamente à idade cronológica do filho, relacionadas a experiências de rejeição e abandono vivenciadas anteriormente, que se atualizam na relação com os novos pais e tendem a se repetir (SPECK, 2013), bem como com as defasagens de aprendizagem comumente apresentadas pelos adotados, decorrentes, em parte, da ausência de apoio no desenvolvimento escolar durante o período de acolhimento institucional (ASSIS, 2013). Para lidar com estas lacunas e dificuldades emocionais, aos pais adotivos será necessário desenvolver recursos psíquicos, sendo a psicoterapia um espaço importante para elaboração destas questões, conforme apontado por Silva e Benetti (2015).

Dentre as situações esperadas na adoção de crianças maiores e adolescentes, a regressão manifesta em demanda por contato corporal (OZOUX-TEFFAINE, 2017), embora prevista, foi vivenciada de maneira impactante, mas também como uma etapa transitória, para algumas das adotantes, conforme se depreende das falas em que as entrevistadas se referiam aos adolescentes de treze e quinze anos de idade:

Eles pedem colo, eles querem colo. Eu falei gente, eu não aguento, vocês são maiores do que eu. “Não, mas eu quero colo!”. Tem que dar colo, e aí senta no colo... [...] Ah, tem que ter paciência, vai fazer o quê? Eles querem isso, eles nunca tiveram um colo (Flávia).

Teve uma época que [...] no horário do almoço ele pedia pra eu fazer papinha pra ele. E teve algumas vezes que eu fiz, e fazer arroz, amassar o feijão, e dar pra ele comer. Mas por que não fazer isso? Por que não deixar ele viver isso? [...] só que daí eu percebi que eu fiz umas três, quatro vezes, ele começou a ficar com fome. Aí que eu entrei, eu falei viu, você viu seu tamanho? Cara, isso não vai sustentar você. [...] Ele falou “ah é verdade.” Então, por favor! Então, puxa ele pra realidade (Ana).

Embora as entrevistadas tenham escolhido crianças maiores e adolescentes, dentre outros fatores, por não desejarem cuidar de um bebê, com necessidades corporais primitivas, os adotados exigiram delas esta disponibilidade. Compreendida como uma tentativa de reparar falhas ambientais vivenciadas no passado, a regressão a fases anteriores do desenvolvimento coloca à prova a capacidade dos novos pais em ajustar suas expectativas à realidade apresentada (LEVINZON, 2020; SAMPAIO; MAGALHÃES; MACHADO, 2020). Conforme explicitado por Sampaio, Magalhães e Machado (2020), uma maior tolerância às regressões dos filhos indica maior tolerância entre as expectativas e a realidade do vínculo parento-filial.

Demandantes de uma maternagem não condizente com sua idade cronológica, crianças maiores e adolescentes demandarão dos pais adotivos, durante todo o período de adaptação, que pode ser longo, o acolhimento de seus comportamentos regressivos até que, retomado seu desenvolvimento, poderão propiciar aos pais um sentimento de gratificação na parentalidade (LUCHI, 2014).

Os entrevistados que já haviam realizado uma adoção de criança maior anteriormente demonstraram que puderam compreender a fase dos testes, realizada pelo filho, por terem sido informados, durante o período de preparo, de que este comportamento era esperado e não significava uma agressão pessoal, entendendo comportamentos agressivos e desobedientes como tentativas de testar a aceitação dos novos pais, conforme pontuado por Levinzon (2020) e Silva e Benetti (2015). Este preparo os auxiliou a superar as dificuldades, conforme o que relataram:

A fase de testes né, da criança, porque tem uma fase que ele testa muito né, como ele passou por vários episódios de rejeição, então ele vai testar você. Eu vou testar a sua paciência e o seu limite pra ver se você não vai me

devolver né, porque já aconteceu isso comigo tantas vezes, minha avó me devolveu, minha mãe não me quis, meu pai não me quis, minhas tias, ninguém me quis [...] então ele testa, quebra coisas na sua casa, ele te desafia, ele fala que te odeia, ele fala que é... você pede pra tomar banho, não quer tomar banho, coisas pequenas assim, essas birrinhas assim (Marcos).

Dadas as especificidades da adoção de crianças maiores e adolescentes, expressas no discurso dos entrevistados e descritas na literatura, especialmente no excessivo medo do abandono e da rejeição, fases de testes e etapas regressivas (LEVINZON, 2020; OZOUX-TEFFAINE 2017; SILVA; BENETTI, 2015), depreendemos que o preparo dos adotantes que pretendem este tipo de adoção deveria contemplar estes aspectos de maneira minuciosa, de forma a evitar devoluções. A fala das entrevistadas que já havia iniciado a convivência com os adotados foi significativa neste aspecto:

No começo [...] eles tinham um, um medo muito enraizado, é, de abandono. Se eu fizer isso, elas vão me abandonar. Elas vão me devolver [...] e nós fomos trabalhando em conjunto com elas [as psicólogas que os acompanhavam] pra mostrar não... [...] isso não vai acontecer! [...] As dificuldades são pra ser superadas. Isso é família. Isso é família, a gente vai superando as dificuldades pra... poder viver bem (Ana/Flávia).

A importância do caráter preventivo neste tipo de atuação se evidencia na medida em que estudos como os de Levy, Pinho e Faria (2009) e Luchi (2014), acerca da devolução de crianças e adolescentes adotados, indicam que a recusa por determinadas crianças e adolescentes é resultado da diferença entre o que os pais imaginavam e o tipo de relação desenvolvida entre pais e filhos, decorrentes de comportamentos esperados para adotados diante de sua faixa etária e histórico de abandono, como é o caso dos comportamentos regressivos e o questionamento a regras. Dadas as especificidades da adoção de crianças maiores e adolescentes, a escuta sobre as capacidades parentais dos pretendentes torna-se ainda mais relevante neste contexto (LUCHI, 2014).

As situações de adoções desfeitas, também chamadas de devoluções, são dolorosas para todos os envolvidos. Conforme apontado por Winnicott (1954/1997, p. 126), “uma adoção fracassada normalmente é desastrosa para a criança, tão desastrosa que teria sido melhor para a criança que a tentativa não tivesse sido feita”.

Diante dos elementos apresentados, reconhecemos que, conforme apontado por Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015), a existência de espaços psicoterapêuticos, bem como de

parcerias entre o Judiciário e os serviços disponíveis ao longo de todo o processo de construção da parentalidade e filiação adotivas se mostra fundamental, especialmente quando se trata de crianças maiores e adolescentes. Além disso, conforme apontado por Cecílio e Scorsolini-Comin (2018), no contexto das habilitações à adoção, a prática avaliativa é insuficiente e exige dos profissionais uma atuação que transcenda este aspecto.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a adoção de crianças a partir de sete anos de idade e de adolescentes, esta pesquisa intencionou ultrapassar o conceito de que a adoção tardia é aquela realizada quando a criança possui mais de dois ou três anos de idade. Isso se deve ao fato de que, ao longo da última década, a adoção de crianças que ainda vivenciam a primeira infância passou a ser realizada com maior facilidade, segundo o que se revelou a partir da análise dos dados estatísticos da adoção no Brasil. De acordo com o CNJ, existem mais pretendentes habilitados para a adoção de crianças com até seis anos de idade do que crianças disponíveis, cenário que se modifica quando abordamos crianças que já ultrapassaram a primeira infância, incluindo-se pré-adolescentes e adolescentes.

O estudo realizado evidenciou que os motivos elencados para a adoção de crianças efetivamente maiores e adolescentes divergiram daqueles apresentados pela maioria dos pretendentes, que desejam adotar bebês e crianças pequenas, transcendendo questões relativas à infertilidade e ao altruísmo. Embora a escolha da amostra tenha sido realizada de forma a excluir candidatos com motivações diferentes do desejo de parentalizar, ao selecionar apenas pretendentes que já haviam ingressado no cadastro de adotantes, outras motivações inconscientes também foram apresentadas pelos entrevistados, confirmando o entendimento de que a busca por um filho adotivo está permeada por aspectos inconscientes, relacionados à história de vida singular de cada um, e de cada casal.

Até que ponto os aspectos inconscientes subjacentes a esta busca puderam ser clareados para os pretendentes se mostrou relacionado ao preparo obtido durante todo o processo de construção da parentalidade, desde o início do projeto adotivo, até sua concretização. Neste sentido, uma maior influência de motivações inconscientes diversas do desejo de parentalizar, na busca pela adoção, indicou um maior distanciamento entre as expectativas em torno da filiação adotiva e a realidade da relação parento-filial em jogo na adoção.

Dentre os entrevistados em que a adoção se colocou, com clareza, como uma forma de parentalizar, ou de cuidar de um outro, independentemente da idade da criança ou do adolescente, não foram encontradas outras motivações inconscientes. Na amostra estudada, este grupo correspondeu aos casais homoafetivos, que realizaram uma busca mais direta pela adoção, o que nos leva a ponderar que a impossibilidade de gerar um filho biológico, por vias

naturais, colocada desde o início para este público, possivelmente contribui para que a elaboração do luto pelo filho biológico não seja tão dolorosa, ou até mesmo não seja necessária.

No entanto, dentre os entrevistados em que o desejo de parentalizar não se evidenciou claramente, foram explicitadas motivações inconscientes que sustentavam esta busca. Neste sentido, foi possível concluir que mesmo a procura por crianças maiores e adolescentes, perfil preterido pela maioria dos adotantes, pode ser mobilizada por desejos diversos da vivência da parentalidade. Neste contexto, questionamos até que ponto as avaliações para ingresso no cadastro de adotantes levam em consideração o sujeito do inconsciente, ou permanecem na ordem do discurso manifesto, legitimando para a adoção desejos que não coincidem com a realidade da filiação e parentalidade adotivas.

As diferentes estratégias envolvidas na ampliação do perfil de filho aceito pelos pretendentes se mostraram relacionadas a um maior ou menor grau de idealização em torno da parentalidade adotiva. Enquanto estratégias reflexivas, relacionadas ao oferecimento de espaços propiciadores do contato com as motivações subjacentes à busca pela adoção e a diluição de expectativas irreais se mostraram efetivas para instrumentalizar os pretendentes a se sentirem capacitados para adotar crianças maiores e adolescentes - o que envolve diluir fantasias e mitos acerca da bagagem trazida por estes indivíduos-, a estratégia das campanhas publicitárias de incentivo às adoções necessárias, representada na amostra estudada pelo Adote um Boa Noite, foram ao encontro das idealizações do pretendente, contribuindo para um entendimento simplificado da adoção, que não condiz com os processos psíquicos envolvidos na construção da parentalidade.

Estes elementos permitiram concluir que estratégias para a ampliação do perfil de filho aceito que não incluam um trabalho reflexivo e aprofundado junto aos pretendentes podem incorrer no risco de atrair para a adoção de crianças maiores e adolescentes indivíduos distanciados do desejo de parentalizar, facilitando desencontros entre adotantes e adotados, e até mesmo devoluções.

No percurso de construção da parentalidade, mesmo quando não é necessário realizar o luto pelo filho biológico que não foi possível conceber - como é o caso da maioria dos pretendentes que buscam na adoção uma alternativa frente à infertilidade-, é preciso diluir as idealizações acerca do filho que se pretendia ter, o que também se vivencia como a elaboração de um luto. As novas formas de parentalidade decorrentes das configurações familiares que extrapolam os limites da heteronormatividade parecem indicar que, não havendo a necessidade

de elaborar o luto pelo filho biológico, o caminho até a aceitação de um filho menos idealizado pode se dar de maneira menos árdua, e facilitar a adoção de crianças e adolescentes preteridos pela maioria dos pretendentes.

Os dados obtidos na pesquisa evidenciaram que a abertura para uma criança fora do inicialmente imaginado se relacionava ao preparo dos pretendentes, especialmente à possibilidade de diluir expectativas idealizadas e direcionar o desejo de parentalizar um outro, não mais ligado, estritamente, a um ideal narcísico, mas que representasse a alteridade. Acolher como filho uma criança ou um adolescente que possui memórias claras de seu passado, incluindo figuras significativas de cuidado, exige dos pretendentes um preparo para lidar com esta história, e a clareza de que o lugar parental construído através da adoção difere daquele ocupado pela família biológica.

Dadas as especificidades da adoção de crianças maiores e adolescentes, expressas pelos participantes e confirmadas pela literatura, como as manifestações de insegurança e medo do abandono e de devoluções, comportamentos regressivos, déficits na aprendizagem e fase de testes, que exigem dos pais adotivos preparo e maturidade emocional para não interpretarem essas manifestações como ataques pessoais, ponderamos sobre a necessidade de um preparo específico para aqueles que realizam este tipo de adoção, à semelhança do preparo diferenciado previsto para pretendentes internacionais, que acolhem crianças de perfil preterido pela maioria dos brasileiros.

Quanto ao preparo realizado junto aos pretendentes, a atuação das equipes técnicas das VIJs se mostrou limitada, na medida em que os profissionais eram encarregados, também, da avaliação para ingresso no cadastro de adotantes, evidenciando a imprescindibilidade de parcerias externas ao Judiciário, tanto na preparação dos candidatos, como durante o tempo de espera pela adoção - período em que podem ocorrer mudanças significativas no projeto adotivo- e após a chegada da criança e do adolescente na nova família.

Dada a importância do preparo dos pretendentes para a verdadeira aceitação de crianças maiores e adolescentes como seus futuros filhos, a elucidação de intervenções feitas por técnicos das VIJs, no sentido de reduzir o perfil de filho aceito pelos pretendentes, quando eles apresentavam disponibilidade psíquica para adotar uma criança ainda maior, evidenciou a necessidade de instrumentalização destes profissionais, que permita uma atuação voltada ao paradigma da proteção integral da criança e do adolescente.

Na medida em que os elementos envolvidos neste tipo de atuação se mostraram relacionados à tentativa de reproduzir o modelo tradicional de família, e na crença de que a adoção de crianças menores é mais fácil e exige menos preparo, concluímos pela necessidade de pesquisas interventivas que trabalhem o conceito de família destes profissionais e que possibilitem a transformação do paradoxo de reprodução do modelo tradicional de família nas adoções.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, M. S. **Construindo vínculos entre pais e filhos adotivos**. São Paulo: Primavera, 2011.

ALKOLOMBRE, P. El lugar del deseo de hijo y los procedimientos de subjetivación. ¿Adopción o fertilización asistida? In: ROTEMBERG, E; WAINER, B. A. (org.).

Adopciones: cambios y complejidades, nuevos aportes. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014, p. 117-128.

ALMEIDA, M. R. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso**. 2012. Tese (Doutorado Psicologia Social), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

ARRAIS, R. H.; GOMES, I. C.; CAMPOS, E. M. P. A monoparentalidade por opção e seus aspectos psicossociais: estudo de revisão integrativa. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 39–54, jan./jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100004. Acesso em 05 mar. 2020.

ASSIS, S. G. Crianças, adolescentes, serviços de acolhimento. Limites, possibilidades e perspectivas. In: ASSIS, S. G.; FARIAS, L.O. P. (org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013 p. 349-357.

BELTRAME, P. P.; RODRIGUES, A. C. F.; DOS SANTOS, J. F.; GOMES, I. C. Uma reflexão acerca das estratégias mobilizadoras nas “adoções necessárias”. **Cadernos de comunicação**, Santa Maria, v. 24, n. 2, art 2, mai./ago. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/48534/pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Lei 8.069 de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei 12.010 de 2009 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm#art1. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BÈGUE, F. Deuil et adoption. Attents inconscientes des parents adoptifs sans problème de fertilité. **Neuropsychiatrie de l'enfance e de l'adolescence**, v. 61, n. 2, p. 106-117, mar 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0222961712001377>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BICCA, A.; GRZYBOWSKI, L. S. Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. **Contextos Clínicos**, v. 7, n. 2, p. 155–167, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mai. 2020.

CAMPANA, N.; T. C.; DOS SANTOS, C. V. M.; GOMES, I. C. De quem é a preocupação primária? A teoria winnicottiana e o cuidado parental na contemporaneidade. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 32-53, abr. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 mar. 2021.

CARNEIRO, C. S. Adoção internacional: a importância dos relatórios pós-adotivos para a proteção da criança brasileira no país dos adotantes. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 56, n. 223, p. 99-122, jul./set. 2019. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/223/ril_v56_n223_p99. Acesso em: 06 jan. de 2021.

CARVALHO, F.; GOMES, I. C.; PIZZITOLA, J. M.; SANTOS, M; ISHARA, Y. Grupos reflexivos com pretendentes à adoção: alcances e limites. In: OKAMOTO, M. Y.; EMÍDIO, T. S. (org.). **Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 48-67. *E-book*.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 171–182, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000100171&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 jun. 2020.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de candidatos pretendentes no processo de habilitação para adoção: revisão da literatura. **Psico-USF**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 497-511, jul 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230309>. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712018000300497&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em 22 jul. 2020.

DANTAS, F. S. S.; FERREIRA, S. P. A. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 593-606, set. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2021.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 1, p. 73–80, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-79722001000100006>. Acesso em 06 jun. 2019.

EIGUER, A. Homoparentalidades, afiliación y vínculo filial. In: ROTENBERG, E.; WAINER, B. A. (org.). **Homoparentalidades: nuevas familias**. 2ª ed., Buenos Aires: Lugar Editorial, 2015, p. 127-137.

FELZENSZWALB, M. Passaporte para outra vida. In: LADVOCAT, C.; DIUANA, So. **Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. São Paulo: Roca, 1ª ed., 2014, p. 525-531.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não- dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 14, n. 5, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000500025>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000500025&lng=en&tlng=en. Acesso em: 05 jul. 2019.

FORTINEAU-GUILLORIT, E.; BAILLON, P. Réflexions cliniques autour de la mise en place des processus psychiques d'adoption. **Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence**, v. 63, n. 6, p. 392–400, 2015. DOI <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0222961715001221?via%3Dihub>.

GIACOMOZZI, A. I.; NICOLETTI, M.; GODINHO, E. M. As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. **Psychologica**, v. 58, n. 1, p. 41–64, 2016. DOI 10.14195/1647-8606_58-1_3. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_58-1_3. Acesso em: 8 ago. 2020.

GIBERTI, E. **Adopción siglo XXI**. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2011. *E-book*.

GIMENES, F. M. A. **Entre o desejo manifesto de crianças e a viabilidade da adoção: um estudo psicanalítico sobre motivações inconscientes que obstam o processo adotivo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

GOMES, I. C.; LEVY, L.; MAGALHÃES, A. S.. Família a qualquer preço. *In*: LEVINSKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (org.). **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal. As vicissitudes da família atual**. Vol. 2, São Paulo: Zagodoni Editora, 2014, p. 33-40.

GOMES, I. S.; MARQUES, R. T. A. S.; ISHARA, Y. Encontros e desencontros na adoção: o paradoxo da ilusão. *In*: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 221-234.

GHIRARDI, M. L. A. M. **Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico**. 1ª ed., Primavera Editorial, São Paulo, 2015.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. *In*: SOLIS-PONTON, L. (org.). **Ser pai, ser mãe - parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 47-51.

IYAMA, R. **Os pais adotivos: preconceitos, fantasias, fatores motivacionais inconscientes e suas implicações na formação do sintoma da criança**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEVINZON, G. K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, v. 14, n. 1, p. 24-31, jan-jun 2006. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/viewFile/630/629>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LEVINZON, G. K. **Adoção: clínica psicanalítica**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

LEVINZON, G. K. Adolescencia y adopción. *In*: ROTENBERG, E.; WAINER, B. A. (org.). **Adopciones: cambios y complejidades, nuevos aportes**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014 a, p. 151-162.

LEVINZON, G. K. Adoção e Transmissão Psíquica. *In*: LEVINSKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (org.). **Diálogos Psicanalíticos sobre Família e Casal**. São Paulo: Zagodoni Editora, 2014 b, p. 109-122.

LEVINZON, G. K. La adopción en la clínica psicoanalítica: el trabajo con los padres adoptivos. *In*: ROTENBERG, E.; W., B. A. (org.). **Adopciones: cambios y complejidades, nuevos aportes**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014 c. p. 83-97.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos**. 2ª ed., São Paulo:

Blucher, 2020.

LEVY, L. Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade***. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 50-57.

LEVY, L. O casal homoafetivo e a parentalidade. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência***. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 141-157.

LEVY, L.; GOMES, I. C. Grupos de preparação à adoção: dos pretendentes às crianças. *In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: teoria, pesquisa e clínica***. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio: Prospectiva, 2017, p. 157-174.

LEVY, L.; PINHO, P. G. R.; FARIA, M. M. “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. **Psico**, v. 40, n. 1, 15 abr. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3730>. Acesso em: 06 mar. 2021.

LÉVY-SOUSSAN, P. Trabalho de filiação e adoção. *In: TRINDADE-SALAVERT, I. (org.). **Os novos desafios da adoção - interações psíquicas, familiares e sociais***. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010a, p. 45-79.

LÉVY-SOUSSAN, P. Adoção internacional: especificidades e riscos psíquicos. *In: TRINDADE-SALAVERT, I. (org.). **Os novos desafios da adoção - interações psíquicas, familiares e sociais***. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010b, p. 123-136.

LÉVY-SOUSSAN, P.; MARINOPOULOS, S. Abandono e adoção: interações psíquicas da filiação numa perspectiva histórica e clínica. *In: TRINDADE-SALAVERT, I. (org.). **Os novos desafios da adoção - interações psíquicas, familiares e sociais***. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010, p. 81-107.

LEWIS, M. **Alterando o destino: Por que o passado não prediz o futuro**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

LUCHI, T. O. Construção do vínculo na adoção tardia. Fatores interatuantes. *In: LADVOCAT, C.; DIUANA, S. **Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família***. São Paulo: Roca, 1ª ed., 2014, p. 647-656.

MACHADO, R. N. **Parentalidade de filiação adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 442-451, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19862>. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712015000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2020.

MÃE, V. H. **O filho de mil homens**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: Revisão integrativa de literatura. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 175-194, jul. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100175&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2019.

NAKAMURA, C. R. Crianças e adolescentes: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 179-197, abr. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.172>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100179&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2020.

OZOUX-TEFFAINE, O. De la demande d’adoption a la réalité psychique de l’enfant. *In*: QUEIROZ, E. F.; SILVA, E. M. (org.). **Adoção, filiação e praxis**. Curitiba: CRV, 2017, p. 149-160.

PAIVA, L. D. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PAIVA, L. D. Escuta e preparação da criança para construção de uma nova família na adoção internacional. *In*: LADVOCAT, C.; DIUANA, S. **Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. São Paulo: Roca, 1ª ed., 2014, p. 331-341.

PAULINA, E.; FERREIRA, L.; BOBATO S. T.; BECKER, A. P. S. Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 38, n. 94, p. 77-86, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2020

PEITER, C. **Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva**. São Paulo: Zagadoni Editora, 2011.

PEITER, C. ¿Dónde está el niño abandonado? Reflexiones sobre el altruismo en la adopción. *In*: ROTENBERG, E.; WAINER, B. A. (org.). **Adopciones: cambios y complejidades, nuevos aportes**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014, p. 139-149.

PEITER, C. Onde está a criança abandonada? Reflexões sobre altruísmo na adoção. *In*: GHIRARDI, M. L. A. M.; FERREIRA, M. P. **Laços e Rupturas: leituras sobre a adoção e o acolhimento institucional**. São Paulo: Escuta: Instituto Tortuga, 2016, p. 147-157.

QUEIROZ, E. F. “O que quer uma mulher quando adota?” - A clínica da adoção. *In*: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018. p. 137-154.

RODRIGUEZ, B. C. **Parentalidade e adoção em casais de homens: uma análise psicanalítica vincular**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia

da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Rev. mal-estar subj.**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329–348, set. 2004. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2019.

ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. E.; CUNHA, R. S. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069/90 - comentado artigo por artigo**. 11ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I. G.; COSTA, N. R. A.; GUIMARÃES, L. A.; MARIANO, F. N.; TEIXEIRA, S. C. P.; SERRANO, S. A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2021.

ROTENBERG, E. La homosexualidad y el deseo de um hijo: su impacto em la parentalidad. In: ROTENBERG, E.; WAINER, B. A. (org.). **Homoparentalidades: nuevas familias**. 2ª ed., Buenos Aires: Lugar Editorial, 2015, p. 99-112.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 311–324, 2018. DOI <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2358-18832018000100311&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2019.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; MACHADO, R. N. Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 25, e44926, 2020. DOI <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100217. Acesso em: 23 dez. 2020.

SEQUEIRA, V. C.; STELLA, C. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, abr. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, M. P. O. Adoção: tempo de espera e mudança de perfil dos habilitados. In: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018, p. 117-136.

SILVA, C. L.; BENETTI, S. P. C. Older child adoption: A study of the affiliation process. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 121-127. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000100011>. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100121. Acesso em: 23 dez. 2020.

SOLIS-PONTON, L. (org.). **Ser pai, ser mãe - parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SPECK, S. **De um nascimento a outro: o processo de filiação numa adoção de crianças maiores**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco, 2013.

TEIXEIRA, A. C. P. **Adoção: um estudo das motivações inconscientes**. Lorena, SP: Stiliano, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Mudança no perfil de adotantes no país reduz a adoção internacional, abr. de 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/noticias-e-destaques/2019/abril/mudanca-do-perfil-de-adotantes-no-pais-reduz-a-adocao-internacional>. Acesso em: 06 de jan. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atuação dos profissionais de Serviço Social e Psicologia Infância e Juventude. Manual de Procedimentos Técnicos, edição atualizada, 2017. Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Download/Corregedoria/pdf/manual_de_procedimentos.pdf. Acesso em 06 de jan. de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Adoção de adolescentes e crianças com mais de sete anos ou deficiência - projeto “Adote Um Boa Noite” - ampliação para todo o Estado de São Paulo. Diário da Justiça Eletrônico, caderno administrativo, São Paulo, ano XI, edição 2579. Publicado em 08 de maio de 2018, p. 11.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto “Adote um Boa Noite” - Republicação e revisão dos requisitos - incentivo para adesão das Varas da Infância e Juventude do Estado de São Paulo. Diário da Justiça Eletrônico, caderno administrativo, São Paulo, ano XIV, edição 3232. Publicado em 08 de março de 2021, p. 8-9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSP. Adote um Boa-Noite. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/adoteumboanoite>. Acesso em 22 jul. 2020.

TRINDADE-SALAVERT, I. Subjetividades que se interligam: adotantes, adotados e intermediários. In: TRINDADE-SALAVERT, I. (org.). **Os novos desafios da adoção - interações psíquicas, familiares e sociais**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010, p. 15-43.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VARGAS, M. M. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998.

WINNICOTT, D. W. Duas crianças adotadas. *In*: SHEPHERD, R; JOHNS, J; ROBINSON, H. T. (org.). **D. W. Winnicott: pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 115-125. (Originalmente publicado em 1953).

WINNICOTT, D. W. Armadilhas na adoção. *In*: SHEPHERD, R; JOHNS, J; ROBINSON, H. T. (org.). **D. W. Winnicott: pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 1997, p. 126-130. (Originalmente publicado em 1954).

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010a. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ZORNIG, S. M. A. Transmissão psíquica: uma via de mão dupla. *In*: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010 b, p. 25-39.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

- 1) O que o levou a buscar a adoção? Conte-me do percurso até esta decisão.
- 2) Quais (eram) as suas expectativas com relação ao futuro filho adotivo? (E como está sendo?)
- 3) Como se vê no lugar de (Como é ser) pai/mãe de uma criança mais velha? (Como imaginava que seria?)
- 4) Como se deu a escolha da idade da criança pretendida?
- 5) Como se sente em relação à história de vida anterior da criança?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa a respeito da motivação à adoção de crianças maiores e adolescentes, intitulada “*A motivação à adoção de crianças maiores*”, que está sendo desenvolvida por mim através do Programa de Mestrado do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP, sob orientação da Professora Doutora Isabel Cristina Gomes.

O objetivo desta pesquisa é identificar e compreender as motivações de pretendentes que desejam adotar crianças maiores de sete anos e/ou adolescentes.

A sua participação se dará através da realização de uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas, a qual será gravada e posteriormente transcrita na íntegra, sendo guardada pela pesquisadora em local seguro.

Não existem riscos graves previstos na participação dessa pesquisa. Contudo, a entrevista pode gerar desconfortos relacionados à exposição de pensamentos e sentimentos durante a coleta de dados ou ao tempo demandado durante a entrevista. Nesses casos, fica assegurada total liberdade de desistir de participar ou se retirar da pesquisa a qualquer momento em que desejar fazê-lo, sem que isso implique qualquer prejuízo ou acarrete qualquer penalidade, represália ou constrangimento.

Os dados serão utilizados somente para análise e divulgação científica, sendo garantida a privacidade e o sigilo referente às informações e opiniões fornecidas, assim como o anonimato. A participação na pesquisa é voluntária e não acarretará nenhuma despesa ou ganho monetário ao participante. O benefício ao entrevistado consiste na colaboração na construção do conhecimento científico na área. Você tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa, bem como de desistir a qualquer momento, sem nenhuma penalização de qualquer ordem.

Qualquer dúvida poderá ser esclarecida mediante contato com a pesquisadora, que estará à disposição através do e-mail papuertas.beltrame@gmail.com ou telefone (12) 97402-4291. Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) caso queira receber esclarecimentos referentes à ética da pesquisa.

Você receberá uma cópia deste Termo, que deverá ser rubricado (em todas as folhas, com exceção da última) e assinado por você e pela entrevistadora.

Agradeço desde já sua participação.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, RG _____, tendo sido satisfatoriamente informado(a) sobre a presente pesquisa, concordo em participar da mesma.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Pesquisadora: Paula Puertas Beltrame
Telefone: (12) 97402-4291
E-mail: papuertas.beltrame@gmail.com
Endereço institucional: Av. Prof. Mello de Moraes, 1721
CEP 05508-030
Cidade Universitária – São Paulo – SP

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da EACH USP
Rua Arlindo Bettio, n. 1000, Prédio II, sala T14
Vila Guaraciaba
CEP 03828-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3091-1046
E-mail: cep-each@usp.br

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A motivação à adoção de crianças maiores

Pesquisador: Paula Puertas Beltrame

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 16468819.3.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.560.416

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa qualitativa com referencial teórico psicanalítico, na qual a Psicanálise é utilizada como método de investigação, sustentado pela singularidade da escuta e as noções de inconsciente e transferência.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e compreender as motivações de pretendentes que desejam adotar crianças maiores e adolescentes, a partir de sete anos de idade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Caso haja desconforto por parte do entrevistado frente a alguma questão da entrevista, o mesmo será manejado pela entrevistadora.

Benefícios: Contribuição para a construção de conhecimento na área da adoção tardia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para área que se destina.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP **Município:** SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

CEP: 03.828-000

E-mail: cep-each@usp.br

**USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP**

Continuação do Parecer: 3.580.416

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1367642.pdf	21/08/2019 13:01:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_plataforma_brasil_2.docx	21/08/2019 13:00:14	Paula Puertas Beltrame	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2.docx	21/08/2019 12:59:40	Paula Puertas Beltrame	Aceito
Outros	local_coleta_dados.pdf	21/06/2019 17:17:12	Paula Puertas Beltrame	Aceito
Outros	carta_protocolo_pesquisa.pdf	21/06/2019 16:32:50	Paula Puertas Beltrame	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	13/06/2019 09:31:43	Paula Puertas Beltrame	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 06 de Setembro de 2019

Assinado por:
Rosa Yuka Sato Chubaci
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP **Município:** SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br